

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vitória Comiran

PROJETO DESENVOLVIMENTISTA, PROPRIEDADE
DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA
NO NORTE DO RS (1930-1945)

Passo Fundo

2021

Vitória Comiran

PROJETO DESENVOLVIMENTISTA, PROPRIEDADE
DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA
NO NORTE DO RS (1930-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado

Passo Fundo

2021

CIP – Catalogação na Publicação

C733p Comiran, Vitória
Projeto desenvolvimentista, propriedade da terra e
produção agrícola no norte do RS (1930-1945) [recurso
eletrônico] / Vitória Comiran. – 2021.
2.8 MB ; PDF.

Orientação: Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo
Machado.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
de Passo Fundo, 2021.

1. Vargas, Getúlio (1882-1954) – Desenvolvimento
rural. 2. Produtividade agrícola – Rio Grande do Sul.
3. Propriedade territorial. I. Machado, Ironita Adenir
Policarpo, orientadora. II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

Banca Examinadora do Mestrado

Prof. Dr. Humberto José da Rocha (UFFS)

Prof. Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado (UPF)

Agradeço à professora e orientadora Ironita pela paciência, auxílio e incentivo durante este estudo, assim como por me encorajar desde a faculdade a iniciar e persistir na pesquisa acadêmica. Agradeço à minha família pelo apoio nesta caminhada, em especial minha mãe e dinda que sempre acompanharam de perto esta jornada.

O capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência.

(Zygmunt Bauman)

RESUMO

O mundo agrícola sempre foi importante para a constituição da história do Brasil. Em diferentes períodos representou como a situação política e econômica do país estava estruturada. Assim, conhecer e interpretar a organização do mundo agrícola em um espaço e temporalidade específico diz muito da história regional e nacional, das políticas de estado, das conjunturas socioeconômicas e políticas de seus protagonistas. Nesse sentido, este trabalho busca discutir as repercussões da política socioeconômica do governo Vargas (1930-1945), denominada desenvolvimentista, no mundo agrícola do norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa desenvolveu-se através da leitura de documentos da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, como: correspondências expedidas e recebidas; ofícios expedidos e recebidos; guias de recolhimento da dívida colonial; fichas de requerimento; registros de títulos; registros de concessões de lotes; protocolos de requerimento, documentos de despesas e da Diretoria de Agricultura. Analisa-se a ação da referida Comissão e Diretoria, principalmente, ao que se alude à propriedade da terra e à produção agrícola. Essas questões importantes ao mundo agrícola dizem respeito à experiência concreta do projeto socioeconômico desenvolvimentista do governo varguista. O estudo discute a estruturação da propriedade da terra no norte do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930-1945, identificando as práticas relacionadas ao mundo agrícola e seus atores, as possibilidades e os limites do projeto desenvolvimentista ao que se refere à produção agrícola e suas variáveis. Para realizar a pesquisa, primeiramente procura-se contextualizar o período da Era Vargas, o projeto socioeconômico e suas bases: nacionalismo; industrialização; intervencionismo pró-crescimento. Além disso, discute-se o mundo agrícola no norte no estado e as ações modernizadoras inseridas a partir de 1930 pelo governo varguista e que foram colocadas em prática pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, órgão do Estado. Sua atuação reflete, assim, o processo de ocupação, apropriação de novas terras e a capitalização da propriedade da terra no norte do RS.

Palavras-chave: Era Vargas. Mundo Agrícola. Norte Sul-Rio-Grandense. Produção Agrícola. Projeto Desenvolvimentista

ABSTRACT

The rural world has always been important for the constitution of the history of Brazil. In different periods it represented how the country's political and economic situation was structured. Thus, knowing and interpreting the organization of the rural world in a specific space and temporality speaks volumes about regional and national history, state policies, socioeconomic and political circumstances of its protagonists. In this sense, this work seeks to discuss the repercussions of the socioeconomic policy of the Vargas government (1930-1945), called developmentalist, in the rural world of northern Rio Grande do Sul. The research was developed through the reading of documents from the Land Colonization of Passo Fundo, such as: mail sent and received; letters sent and received; colonial debt collection guides; application forms; title records; records of batch concessions; application protocols and expense documents. The action of the referred Commission is analyzed, mainly, to what is alluded to the property of the land and the agrarian production. These issues of importance to the rural world concern the concrete experience of the developmental socio-economic project of the Vargas government. The study discusses the structuring of land ownership in the north of Rio Grande do Sul in the 1930s and 1930s, identifying the practices and their actors, the possibilities and the limits of the developmental project in relation to agricultural production and its variables. In order to carry out the research, we first seek to contextualize the Vargas Era period, the socioeconomic project and its bases: nationalism; industrialization; pro-growth interventionism. In addition, the rural world in the north of the state is discussed, as well as the modernization actions introduced since 1930 by the Vargas government and which were put into practice by the Passo Fundo's Land and Colonization Commission. Its performance thus reflects the process of occupation, appropriation of new land and the capitalization of land ownership in the north of RS.

Keywords: Agrarian Production. Developmentalism Project. Era Vargas. North South-Rio-Grandense. Rural World.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Lotes Rurais (1930-1945).....	66
Gráfico 2- Registro de Concessões de Lotes (1930-1945).....	68
Gráfico 3- Formas de Pagamentos dos Lotes Rurais (1934-1935).....	77
Gráfico 4- Quantidade de Lotes por Município da Dívida Colonial (1934-1935).....	79
Gráfico 5- Média da Arrecadação da Comissão entre 1930-1945	86
Gráfico 6 – Estabelecimentos Rurais (1920-1940) no RS	104
Gráfico 7 – Valor da Produção agrícola no RS	105

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Guia de Recolhimento da Dívida Colonial.....	70
Imagem 2- Título de Propriedade 1977.....	82
Imagem 3- Ofício Expedido pela Comissão de Passo Fundo (193185.....	90
Imagem 4 – Correspondência Expedida 1942.....	117

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Divisão Municipal do RS – 1872	59
Mapa 2- Divisão Municipal do RS – 1900	60
Mapa 3- População Total no RS em 1920	61
Mapa 4- Atuação da Comissão de Terras de Passo Fundo	63
Mapa 5- População Total do RS em 1940	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Movimento Imigratório no Rio Grande do Sul (1910) – Meses e Portos.....	58
Tabela 2- Movimento Imigratório Rio Grande do Sul (1910) - Nacionalidade e Portos.....	58
Tabela 3- Relação de Pagamentos dos Lotes Rurais (1934-1935).....	73
Tabela 4- Relação de Pagamentos dos Lotes Rurais (1944-1945).....	77
Tabela 5- Relação Ano x Número de Requisições.....	80
Tabela 6- Lote x Localidade x Área x Valor x Ano.....	83
Tabela 7- Relação das Despesas (1930-1945).....	87
Tabela 8- Relação do número de rebanhos presentes no RS de acordo com o Censo de 1920.....	96
Tabela 9- Relação das principais culturas produzidas no RS de acordo com o Censo de 1920.....	97
Tabela 10- Produção de cereais em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940.....	98
Tabela 11- Produção de raízes e tubérculos em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940.....	101
Tabela 12- Produção de leguminosas em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940.....	102
Tabela 13- Produção de diversos em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940.....	103
Tabela 14 – Distribuição de sementes no quinquênio de 1938-1942 no RS.....	106
Tabela 15– Publicações realizadas pela Diretoria de Agricultura.....	108
Tabela 16 – Máquinas e Instrumentos Agrícolas no RS (1920 – 1940).....	111
Tabela 17– Maquinário e Instrumentos nos municípios ao norte do RS (1940).....	113
Tabela 18 – Quantidade total de maquinário e instrumentos em 1940 por município.....	113
Tabela 19- Subdivisões da Diretoria de Agricultura no norte do RS.....	114
Tabela 20- Construções nas Estações e Campos do Interior (1938-1942).....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHR	Arquivo Histórico Regional
AL	Aliança Liberal
CNC	Conselho Nacional do Café
DNC	Departamento Nacional do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
RS	Rio Grande do Sul
SENAIC	Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. ERA VARGAS: O GOVERNO E A GÊNESE DESENVOLVIMENTISTA NO MUNDO RURAL.....	27
1.1 O mundo agrícola e a Era Vargas: a transição e o desenvolvimentismo.....	27
1.2 A criação da política socioeconômica desenvolvimentista ao mundo rural na Era Vargas.....	36
1.3 Rio Grande do Sul na Era Vargas: o mundo agrícola.....	44
2. A COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE PASSO FUNDO E A PROPRIEDADE DA TERRA.....	57
2.1 A atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo sobre a propriedade da terra.....	57
2.2 A colonização e a pequena propriedade.....	70
3. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E A DIRETORIA DE AGRICULTURA.....	95
3.1 Diretoria de Agricultura e produção agrícola sob a ótica desenvolvimentista a partir de 1930.....	95
3.2. Produção agrícola nos municípios situados no norte do Rio Grande Do Sul.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	123
FONTES.....	127

INTRODUÇÃO

A pesquisa “O projeto desenvolvimentista, a propriedade da terra e a produção agrícola no norte do RS (1930-1945)” problematiza a conjuntura socioeconômica e política do mundo agrícola através da análise da atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, no período de 1930 a 1945, discute-se ainda, a estruturação da propriedade da terra e as práticas agrícolas e seus atores, identificando as possibilidades e os limites do projeto desenvolvimentista, no que se refere ao regional.

A temática deste estudo justifica-se pelo fato de que há uma lacuna historiográfica no que diz respeito aos estudos referentes às estruturas agrárias e a propriedade da terra, em especial, sob o recorte do norte do estado do Rio Grande do Sul, durante a Era Vargas. No que tange à escolha desta temporalidade, nota-se que muitos estudos se voltam à compreensão da questão do mundo agrícola durante o período da República Velha, e, principalmente, no período posterior a 1960, quando a agricultura passa por um processo de modernização, deixando a Era Vargas, período de início de um avanço em projetos desenvolvimentistas, sem análises relacionadas à produção agrícola e à propriedade da terra.

A justificativa para a escolha do Rio Grande do Sul como espaço deste estudo está sustentada na questão de que o estado se destacava em relação à produção agrícola no cenário nacional, sendo um dos grandes produtores de excedentes como: arroz, trigo, milho, fumo e soja. Já a região norte do estado, pelo fato de abrigar a concentração da atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Este núcleo de ação fazia parte da 2ª Seção de Colonização, ramo da Diretoria de Terras e Colonização, que era uma das cinco diretorias comandadas pela Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas.

O papel principal da Comissão de Terras e Colonização era o de agir, administrando e atuando sobre as terras públicas do estado. Além da Comissão, parte da Diretoria de Terras e Colonização, utiliza-se no estudo dados e fontes da Diretoria de Agricultura que também atuava sobre o mundo agrícola do estado, através da organização da produção agrícola na região.

O termo “região” remete um espaço comum que, utilizando os critérios de um local que possuía, adotava ou compartilhava dos mesmos incentivos e anseios de um projeto desenvolvimentista, recebia as ações de um núcleo em comum, esse sendo, a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Assim, compreende-se que determinado espaço sofre e exerce influências em outros espaços e, ao realizar este estudo torna-se necessário analisar como as práticas político-econômicas do governo Vargas, sobre o mundo agrícola, atingiram a região

norte do Rio Grande do Sul onde se localizava a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo.

De acordo com Milton Santos (2014), além da compreensão e delimitação de uma temporalidade e espacialidade, torna-se necessário compreender as forças atuantes através de um olhar reflexivo, em questões como a modernização, a urbanização e o capitalismo que se intensificaram durante a Era Vargas, de modo que se busca entender como essas questões atingiram, ou seja, contribuíram à constituição e transformação do mundo agrícola, da produção agrícola e propriedade de terra no norte do Rio Grande do Sul.

Para compreender o tema alguns campos de estudo tornam-se essenciais, como por exemplo: desenvolvimento socioeconômico, política desenvolvimentista, propriedade da terra e mundo agrícola. Essas definições auxiliam no entendimento, tanto do mundo agrícola do Rio Grande do Sul quanto do contexto nacional em que esse se encontrava e todas as políticas e propostas voltadas ao estado.

Através da História Agrária pode-se discutir e compreender tanto a propriedade de terra quanto a conjuntura agrária. Utiliza-se como uma das referências sobre a realidade agrária ao longo da pesquisa a obra *“Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil”*. Na obra, de Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira da Silva, pode-se entender como se constituiu e transformou-se a realidade agrária no Brasil a partir dos conflitos políticos que envolveram ao longo da história a propriedade da terra e os agentes que fazem parte dela, agricultores, por exemplo.

Na obra, entende-se que os conflitos, por terra e trabalho, envolvendo a conjuntura agrária “[...] prendem-se bem mais a situações políticas e podem ser resolvidos através de iniciativas e decisões de poder” (LINHARES, SILVA, 1999, p. 14). Ou seja, é importante evidenciar que quando os autores discutem a realidade agrária relacionada às situações políticas e econômicas e as suas respectivas decisões de poder, essa questão está diretamente conectada com o problema de pesquisa antes discutido, pois é a partir de uma repercussão de um plano do governo Vargas, caracterizado por uma política desenvolvimentista, que se analisam as fontes da Comissão de Terras e Colonização e a sua repercussão na produção agrícola no estado.

Inserida na realidade agrária, a agricultura é uma das principais bases para a discussão deste estudo, pois se pode depreender como repercutiu a política desenvolvimentista do governo Vargas no mundo agrícola do norte sul-rio-grandense, isso, através da observação e análise das modificações presentes na agricultura, como transformação da produção, dos locais em que se produzia, dos métodos, etc.

De acordo com o autor Caio Prado Jr. em sua obra *“História Econômica do Brasil”*,

consegue-se compreender a importância da agricultura para a formação do Brasil. País esse que desde sua formação foi concebido como agrícola, tanto que, até o século XX, grande parte da população brasileira vivia na zona rural. Diferentes regiões do país se caracterizavam pela produção de excedentes, em especial, até o século XIX, a região Norte, principalmente com a produção da cana-de-açúcar. No entanto, pode-se evidenciar que a agricultura brasileira sofreu impactos advindos de um fortalecimento econômico a partir da metade do século XIX quando diferentes regiões ganharam força no que diz respeito à produção agrícola.

A região Centro-Oeste e o Sul do Brasil se caracterizaram, a partir de então, como grandes produtores agrários nacionais e, ao fim do século XIX, com a Primeira República, até 1930, observa-se com veemência este impulso agrário e a interferência desse no aspecto nacional. Para o autor entende-se que “[...] o que sobretudo favoreceu o Sul em contraste com o Norte, é que nele se aclimatou admiravelmente a cultura de um gênero que se tornaria no correr do séc. XIX de particular importância comercial: o café” (PRADO JR, 2012, p. 159).

Até o início do governo Vargas, em 1930, a realidade agrária do Brasil era caracterizada, como exemplificado, como exportadora dos excedentes que cada região caracteristicamente produzia: café, borracha, cacau e açúcar. De acordo com o autor, “É como se fossem diferentes unidades econômicas mais ou menos acidentalmente reunidas no corpo de uma só nação e levando vida à parte” (PRADO JR, 2012, p. 225). É a partir de 1930 que a idealização de projetos visando uma política de governo, que se caracterizava por uma nacionalização da produção, passou a fazer parte do ideário político, mudando, por consequência, a questão agrária e econômica brasileira.

Assim, ao realizar este estudo pode-se entender a importância da discussão sobre a propriedade de terra e a agricultura no governo Vargas, pois, para Paulo Zarth (1997), a importância da história agrária ocorre no questionamento e debate sobre a formação da sociedade brasileira, entendendo que suas bases agrárias foram importantes para a constituição do país.

Isto reflete o fato que, ao discutir as influências políticas e socioeconômicas do governo Vargas no mundo agrícola, questiona-se como estava formada a propriedade da terra e organizada a produção rural, entendendo que, esses aspectos influenciaram na formação da sociedade no período no norte do Rio Grande do Sul. Assim, a propriedade de terra faz parte do estudo da realidade agrária por se tratar de uma das principais bases da formação da sociedade brasileira.

Se ao longo do período colonial a característica da propriedade de terra era a do latifúndio caracterizado pela crescente exploração e pelo trabalho escravo, é a partir do século

XIX que algumas mudanças começam a ser percebidas no que se diz respeito à propriedade de terra, como é o caso da formação da pequena propriedade. Entretanto, mesmo a progressiva modificação não eliminou o latifúndio, e esse continuou sendo a estrutura fundiária predominante no país. De acordo com o autor Caio Prado Jr, pode-se entender a formação da pequena propriedade, no que descreve:

O crescimento e conseqüente adensamento da população, a partilha por sucessão hereditária, a desagregação do regime servil, as crises atravessadas pelo sistema da grande exploração e sua ruína em diferentes regiões do país, figuram entre as circunstâncias principais que favorecem a eclosão de uma nova economia de caráter camponês e fundada na pequena propriedade. Mas o fator imediato e mais importante que inicialmente condicionará o estabelecimento e progresso desse novo tipo de organização agrária, será a grande imigração européia do século passado, reforçada no atual pela asiática (japoneses). A ambição pela posse da terra forma nesses imigrantes um impulso muito poderoso, e constitui ela com certeza um dos mais fortes senão o mais forte estímulo que os leva a abandonarem sua pátria onde tal oportunidade lhes é negada (PRADO JR, 2012, p. 249).

Observa-se, na citação acima, que a participação dos imigrantes ocorre de forma fundamental para a constituição da pequena propriedade no Brasil, como exemplifica Roberto Smith na obra *“Propriedade da Terra e Transição”* (1990, p. 288), “O encadeamento entre as questões da propriedade da terra, o cultivo produtivo e o trabalho livre através da colonização, que o fim gradual da escravidão provocaria, estava, pois, na ordem de preocupações centrais da estruturação social e normativa da nação emergente”.

A questão da imigração esta diretamente relacionada à propriedade da terra, pois, como Zarth cita, “Além dessas questões de mercado e de projetos de desenvolvimento agrícola, o sentido da imigração consistia sobretudo numa estratégia de valorização das terras [...]” (ZARTH, 1997, p.57).

Os imigrantes que passaram a se estabelecer no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX, além de estarem diretamente ligados à estratégia citada de valorização da terra, eram inseridos na ótica da modernização da agricultura, como menciona Both, “[...] tais políticas foram desenvolvidas a partir do estabelecimento de critérios étnicos, uma vez que os caboclos, os indígenas e os negros eram considerados incapazes de superar a “condição de atraso” em que viviam” (BOTH, 2014, p. 347). Deste modo, apesar da crescente imigração no período estudado, não se pode desconsiderar a atuação dos demais grupos no Rio Grande do Sul.

Partindo então, da questão da transformação do cenário agrícola nacional, com novos agentes e uma diferente formatação da propriedade da terra pode-se interpretar a partir do

desenvolvimento socioeconômico como esse possui relação com os conceitos anteriores: a propriedade da terra e a realidade agrária.

Falar do desenvolvimento socioeconômico de uma região ou nação implica estabelecer relação entre o grupo político no poder e os reflexos de suas ações em determinada sociedade. Na Era Vargas, um determinado projeto socioeconômico, denominado desenvolvimentismo, é a base para entender a concretização e o modo como ocorreu a efetivação de práticas político-econômicas ao mundo agrícola no norte do Rio Grande do Sul.

Para compreensão de uma estrutura econômica desenvolvimentista que surge a partir de 1930, partindo do entendimento que ela influencia o mundo agrícola e a realidade agrária, precisa-se identificar o que o conceito desenvolvimentista significa. Para Pedro Cezar Dutra Fonseca, na obra “*Desenvolvimentismo: a construção do conceito*”, a conceituação em si serve para designar “[...] fenômeno da esfera do pensamento (ideologia ou teorias) como para nomear práticas históricas de política econômica, estas geralmente associadas a ‘Estado desenvolvimentista’” (FONSECA, 2015, p.15).

O grande objetivo do desenvolvimentismo quanto prática de governo é o desenvolvimento econômico como chave do crescimento nacional, utilizando como meio principal a industrialização. Assim, o autor discute a conceituação do termo e como ele se aplica como prática de governo, como segue:

Já se a conceituação parte da política econômica, o caminho é inverso: o desenvolvimentismo é entendido primordialmente no campo material da história: trata-se de uma política econômica efetivamente praticada por governos em determinado tempo e lugar. Por certo, desde cedo, o desenvolvimentismo apareceu também como pensamento ou ideologia para sugerir ou justificar um projeto de mudança, como antes se mencionou. Todavia, esta última opção, embora contemple no conceito de desenvolvimentismo as ideologias e as teorias, supõe que estas necessariamente estão inseridas em determinada experiência histórica, e é esta que lhes dá razão de existência e sentido (FONSECA, 2015, p. 39).

Deste modo, como contextualiza o autor, o termo indica uma política de governo que projeta mudanças nas estruturas socioeconômicas de um Estado. Esclarece-se, aqui, que apesar do fundamento teórico da política sócioeconômica desenvolvimentista possa ser entendido como linear e percebido como harmonioso em alguns casos, ressalta-se que as questões envolvendo a propriedade da terra são entendidas como processos conflituosos, com a participação de agentes com diferentes interesses e que possuem olhares distintos sobre as ações do governo em relação à propriedade da terra e a produção agrícola.

Nesta pesquisa, no entanto, os conflitos acerca da propriedade da terra durante a Era Vargas nos municípios de atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo não

são estudados, pois os dados sobre estas relações conflituosas envolvendo o mundo agrário estão presentes nos processos civis¹, documentação não utilizada para estudo nesta pesquisa.

Seguindo assim, sobre o projeto desenvolvimentista, segundo o teórico Fonseca, o desenvolvimentismo foi sendo construído como projeto de governo a partir de três pilares: a industrialização, o intervencionismo pró-crescimento e o nacionalismo.

Estas três bases pelas quais se construiu o desenvolvimentismo podem ser entendidas do modo que, a partir de 1930, o governo Vargas inseriu diversas mudanças políticas e econômicas no cenário nacional, repercutindo-as no mundo agrícola, através de uma educação rural, créditos e incentivos para os produtores alavancarem a produção agrícola, modernizando o aparelhamento utilizado, assim como os meios de fluxo para transitar os excedentes, por exemplo, a construção de pontes e estradas.

A primeira base do desenvolvimentismo é o nacionalismo. Todas as ações político-econômicas desenvolvidas pelo governo Vargas foram interligadas a partir do viés nacionalista, pois, se durante a República Velha como Caio Prado Jr. exemplificou, havia diferentes unidades econômicas dentro do mesmo corpo nacional, a partir de 1930, a nacionalização da produção é uma das principais características do governo Vargas e, a partir desta questão, observa-se no norte do Rio Grande do Sul, como a Comissão de Terras e Colonização atuou frente às políticas desenvolvimentistas com o caráter nacionalista introduzido pelo governo Vargas.

O caráter nacionalista implementado pelo governo Vargas esteve presente em diferentes âmbitos da sociedade, mas, principalmente, na propriedade de terra e na produção agrícola através do investimento para alavancar a produção nacional para o mercado interno, ou seja, a nação se torna o destino do projeto, pois, “No plano internacional, os seus objetivos principais se resumem, em via de regra, na independência e fortalecimento da nação com relação aos países estrangeiros, e, no plano interno, na integração e no desenvolvimento” (LAUERHASS JR, 1986, p.17).

Através das ações nacionalistas no âmbito econômico, o governo Vargas realizou suas políticas governamentais por meio do segundo pilar desenvolvimentista: o intervencionismo pró-crescimento. Entende-se como intervencionismo as ações que servem para interceder, nos diferentes âmbitos sociais, tanto as ações ligadas à política, economia, finanças, as ações sociais e, por consequência, o mundo agrícola.

Para o autor Pedro Cezar Dutra Fonseca, o intervencionismo pró-crescimento entende-

¹ Um estudo mais aprofundado sobre as relações do mundo rural através dos processos civis esta presente em: MACHADO, Ironita P. **Entre Justiça e Lucro**: Rio Grande do Sul 1890-1930. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

se como “A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade” (FONSECA, 2015, p. 20).

Tanto o intervencionismo pró-crescimento, visando o desenvolvimento nacional, quanto o nacionalismo, agiam juntamente com a terceira base do desenvolvimentismo: a industrialização. Essa assumiu seu caráter principal no cenário nacional a partir de 1930. Se durante a República Velha o modelo essencial era o agroexportador, o governo Vargas insere na perspectiva nacional um modelo voltado ao mercado interno, através da nacionalização da produção, do intervencionismo e da industrialização.

A industrialização era o meio utilizado para “[...] acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário” (FONSECA, 2015, p. 21). Tanto o meio urbano quanto o rural sofreram interferência da industrialização, pois muitas indústrias e institutos passaram a ser criados pós-1930 como meio de alavancar e controlar a produção agrícola no cenário nacional. Para alavancar um projeto industrial era necessário que o setor primário produzisse para o mercado interno, assim, fortificando a produção agrícola e modernizando os meios pelos quais estes excedentes chegavam às indústrias, como estradas, por exemplo.

Além do conceito de desenvolvimento socioeconômico descrito acima, o uso da História Social também está presente na pesquisa a partir do olhar crítico das fontes. Algumas tipologias de fontes utilizadas no trabalho do historiador são características de uma história social por abordarem, de um aspecto informativo, como grupos sociais e indivíduos se portavam e registravam suas ações. Os censos, por exemplo, são um meio utilizado pelo campo da História Social, pois “As repercussões sociais dos fatos políticos e econômicos, seja nos grupos específicos ou em um conjunto mais amplo, devem ser também objetos privilegiados para os historiadores sociais” (BARROS, 2005, p. 14). Os censos são um exemplo, entre muitas outras tipologias de fontes presentes na pesquisa que se referem ao mundo agrícola da região norte do Rio Grande do Sul.

Além da fonte descrita acima, foram selecionados alguns documentos que descrevem as práticas da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, assim como contém informações de sua atuação de um modo geral. As fontes utilizadas na pesquisa fazem parte de um amplo acervo de documentos da Comissão de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul presente no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. A Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo fez parte da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio e pode

ser compreendida como uma ramificação dessa, desse modo, conduzia as ações referentes à posse da terra, sua ocupação, legitimação e utilização e refletia o aspecto político e ideológico do governo central.

As fontes neste estudo são: relatórios destinados ao interventor, cadernos de informações, correspondências, ofícios, protocolos de requerimentos, planos de trabalho, documentos de despesas, cadernos de informações e relatórios de dívida colonial. Assim, abaixo, discorre-se sobre o que cada tipologia de fonte tem a oferecer para a pesquisa.

Para a análise da documentação, realiza-se a leitura crítica deste corpus documental, isso, através da elaboração de gráficos, mapas e tabelas. Estas elaborações tornam o trabalho de análise mais direto e objetivo, para, posteriormente, cruzar todas as informações retiradas de cada documento, possibilitando a interpretação de como ocorreu a repercussão do projeto desenvolvimentista do governo Vargas no mundo agrícola norte sul-rio-grandense através da atuação da Comissão no que diz respeito à propriedade da terra e a produção agrícola.

As correspondências recebidas pela Comissão tratam de questões do governo federal sobre solicitações e pedidos feitos, como: pedidos de concessão de lotes; recibo de pagamentos de lotes urbanos/rurais; recebimento de plantas; despacho de petição; despacho de mercadorias; notas de despesas; expedição de títulos de propriedade. As correspondências expedidas abordam as mesmas solicitações, mas eram enviadas ao governo federal, como sendo pedidos e informações da atuação da Comissão de Terra sobre efetivação de funcionários; recibo de pagamento de lotes; concessão de lotes urbanos/rurais; materiais para expediente; arrecadação da dívida colonial; contratação de funcionários; despacho de requerimento.

As correspondências auxiliam na pesquisa, pois a partir dessas, tanto recebidas quanto expedidas, pode-se verificar como o projeto desenvolvimentista do governo Vargas influenciava tanto na manutenção interna, relaciona à efetivação de funcionários, quanto uma delimitação da atuação referente a propriedade de terra, os lotes, cedidos ou não, a localidade e tamanho desses, observando assim, as mudanças ou continuidades na manutenção da propriedade de terra no norte do estado.

Os documentos de despesas, por sua vez, traziam questões como as despesas ordinárias: nomeação de funcionários; folhas de pagamentos; diárias; materiais para expedientes (veículos e eventuais); custeio de aparelhagens. Já as despesas extraordinárias relatavam as demarcações de terras; conservação de estradas, pontes e construções. Esses documentos também possibilitam compreender a atuação da Comissão de Terras no que nos diz respeito a entender como ela se organizava em relação ao que o mundo agrícola necessitava no momento, informações referentes aos funcionários, as funções, o que isso implicava na produção

agrícola, o que ela necessitava de materiais, auxílio na produção e custeios.

Os cadernos de informações demonstravam questões sobre as concessões de terras no norte do Rio Grande do Sul, em municípios como Palmeira, Encantado, Passo Fundo, Soledade, Guaporé, Iraí e Cruz Alta. Os ofícios tratavam de encaminhamentos referentes às despesas da Comissão, arrecadação de dívida colonial e requerimento de novos títulos; pedido de expedição de títulos e solicitação de concessões; relatório de trabalhos executados; relatório de serviços; propostas já autorizadas para a melhoria da Inspetoria na Comissão de Passo Fundo; lista de efetividade dos funcionários da Comissão; recibos; requerimento de indenização; pedido de material e requisição de transporte.

Já os protocolos de requerimentos tratavam de pedidos de concessões de lotes, títulos de propriedade e demarcações. O período disponível para estudo no AHR é a temporalidade do Estado Novo (1937-1945). Sendo assim, essa fonte é estudada como um demonstrativo, pois não se encontra em completude para análise. Para melhor compreensão, as temporalidades foram colocadas nos gráficos e tabelas analisadas, visto que algumas são demonstrativas e não do período completo da Era Vargas.

A partir da leitura destes documentos pode-se entender a atuação da Comissão de Terras na manutenção ou transformação da propriedade da terra, tanto compreendendo de que modo a Comissão empregou a modernização do mundo agrícola no período, através de auxílio dos mecanismos envolvidos nas propostas desenvolvimentistas do Estado, quanto como ocorria a apropriação e os lotes que aqui eram efetivados, assim como observar os documentos referentes à dívida colonial e sua interferência na propriedade da terra no estado.

Outro documento analisado ao longo da pesquisa é o Relatório (1937 – 1942) destinado ao interventor do estado. O relatório se divide em: Diretoria de Produção Animal; Diretoria de Produção Mineral; Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio; Diretoria de Agricultura; Diretoria de Terras e Colonização. Para esta pesquisa utiliza-se as partes referentes à Diretoria de Agricultura, verificando a repercussão da política desenvolvimentista do governo Vargas na produção agrícola no norte do estado e a Diretoria de Terras e Colonização¹, em que a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo fez parte, transformando-se durante o Estado Novo na Inspetoria de Terras do Centro.

O relatório apresenta a atuação como um todo do projeto desenvolvimentista do governo Vargas, podendo auxiliar ao passo que se analisa as outras fontes descritas, pois a partir do relatório tem-se um olhar geral da atuação da Secretaria Geral no processo de repercussão do projeto socioeconômico do governo Vargas.

Além dessas fontes primárias, busca-se dados e informações referentes ao Rio Grande

do Sul, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul onde se encontra o “*Resumo Histórico da Estatística no Rio Grande do Sul*” publicado por Gaspar de Oliveira em 1938. Também, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas disponibiliza tabelas setoriais referentes à área econômica ligada ao desenvolvimento agropecuário e industrial da Era Vargas, auxiliando, ao longo da pesquisa, na compreensão de como estava formado o mundo agrícola, a propriedade da terra no norte do estado, e como esta foi se modificando a partir de 1930, assim como a produção agrícola.

Ao compreender de que modo o projeto desenvolvimentista do governo Vargas repercutiu na atuação da Comissão de Terras, observa-se os resultados no aspecto socioeconômico dos censos, especialmente quando analisado o censo agropecuário, e percebe-se a modificação de uma estrutura social a partir de 1930. O censo serve, assim, como ferramenta para compreender quantitativamente as mudanças introduzidas pela política de governo Vargas no mundo agrícola no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, para analisar as práticas políticas-econômicas do governo Vargas ao mundo agrícola a partir de 1930, a pesquisa necessita compreender como este mundo agrícola, tanto no aspecto nacional quanto regional, estava organizado durante o governo anterior (1889-1930), observando assim, as mudanças e continuidades destas práticas políticas destinadas ao mundo agrícola durante a Era Vargas.

Durante a República Velha (1889-1930) o mundo agrícola estava projetado, especialmente, vinculado a agro exportação, onde os estados, através de uma economia não unificada no sentido nacional, gerenciavam sua produção agrícola. A república federativa assegurada pela Constituição de 1891 produzia uma independência dos estados frente à sua economia e ao seu viés produtivo. O autor Boris Fausto, na obra “*História do Brasil*”, afirma que “Deste modo, eles garantiam uma importante fonte de renda que possibilitava o exercício da autonomia” (FAUSTO, 1995, p. 249). As oligarquias que dominavam o cenário econômico no período se favoreciam através da econômica cafeeira e, assim, monopolizavam as ações políticas com o fortalecimento de seus poderes estaduais.

A principal característica dos excedentes agrários produzidos durante a República Velha era a destinação à agro exportação, nesse período tinham-se como principais produtos agrários o café, a borracha, o cacau e o açúcar. A partir do século XIX a pequena propriedade de terra passou a fazer parte do mundo agrícola brasileiro, entretanto, as produções desses principais excedentes eram realizadas a partir dos latifúndios.

No Rio Grande do Sul, a charqueada foi um dos principais meios econômicos do estado durante o período de transição para o século XIX, influenciando a manutenção da grande

propriedade e da utilização de mão de obra escravista. A pequena propriedade gerenciada pelos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul durante o século XIX ofereceu uma nova direção sobre a visão da propriedade da terra no Brasil.

Durante a República Velha, o estado caracterizou-se pela modificação da estrutura produtiva, identificada por dois tipos de diversidade econômica: ao sul a pecuária, enquanto ao norte a agricultura da pequena propriedade, como afirma o autor Ronaldo Herrlein Jr, na obra *“A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação”*:

No século XIX, as necessidades de ocupação e povoamento do território continuaram determinando a imigração para o Rio Grande do Sul, redundando no estabelecimento de um segundo sistema econômico, a agropecuária das colônias de imigrantes europeus, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Esse segundo sistema econômico regional experimentou um intenso processo de diferenciação, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais (HERRLEIN JR, 2004, p.179).

Assim, observamos que as relações produtivas do estado “[...] estabeleceram então um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção” (HERRLEIN JR, 2004, p.177). Se ao longo da República Velha observa-se uma característica produtiva independente de cada estado, sendo a do Rio Grande do Sul subdivida em duas grandes forças produtoras, notamos que as relações capitalistas começaram, de modo progressivo, a fazer parte do mundo agrícola sul-rio-grandense, isso, tendo em vista o que afirma o autor:

A contribuição da agropecuária colonial ao crescimento da produção estadual deu-se pela ampliação da produtividade e pelo aumento da área cultivada, avançando sobre a fronteira agrícola regional em expansão, deslocando-se para o norte e o noroeste do território estadual, que passava a ser ocupado por novos colonos e pela descendência daqueles já estabelecidos nas colônias antigas (HERRLEIN JR, 2004, p. 180).

A partir de 1930, no entanto, com o início do governo Vargas, esse processo passa a ser acentuado. Se antes o estado se organizou a partir de dois núcleos bastante distintos de produção, com o aumento da imigração e da formação da pequena propriedade, principalmente no norte do estado, é a datar de 1930 que a introdução de novas técnicas e de uma nova política de governo caracterizada pelo viés nacionalista, pela produção voltada ao mercado interno e por um projeto econômico desenvolvimentista que se observa a modificação da estrutura do mundo agrícola. Além disso, a atuação do governo no mundo agrícola passa a ser efetuada pela Comissão de Terras e Colonização, direcionando assim, novos projetos e ações do governo no núcleo do mundo agrícola: a produção agrícola e a propriedade da terra.

Uma das principais características da Era Vargas e que influenciou tanto no aspecto regional quanto nacional as ações do governo, foi o que Raymundo Faoro caracteriza como modernização, na obra *“A questão nacional: a modernização”*. A partir da modernização das técnicas e das ações destinadas ao mundo agrícola que se nota como o objeto de estudo desta pesquisa, o mundo agrícola, obteve mudanças no que tange ao período anterior. A modernização segue o fluxo do desenvolvimento, principalmente a partir do avanço da industrialização e da inserção de novas tecnologias. Segundo o autor “[...] modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes” (FAORO, 1992, p. 8).

Desta forma, a condução da política desenvolvimentista através do viés da modernização por um grupo do governo ingressante ao poder em 1930, é a chave para compreender como estes projetos do governo Vargas repercutiram no mundo agrícola do norte sul-rio-grandense. Assim, esse estudo está orientado pelas perspectivas historiográficas até aqui apontadas. Para melhor organizar a apresentação desta pesquisa, propôs-se uma estrutura em três capítulos.

No primeiro capítulo discute-se o contexto histórico da Era Vargas, abordando os fatores políticos e econômicos do período e como as propostas do governo foram destinadas ao mundo agrícola nas diversas regiões que compõe o espaço nacional, isso, através da revisão historiográfica e dos discursos pronunciados por Getúlio Vargas durante seu governo, focando, sobretudo, na região norte do Rio Grande do Sul. Em seguida, após entender como os projetos do governo Vargas se concretizaram na região norte do estado, discute-se, por meio do desenvolvimentismo e suas bases (nacionalização, intervencionismo e industrialização), pelo viés da modernização, através da análise historiográfica, o estudo do Rio Grande do Sul, tanto as bases rurais efetivadas durante a República Velha como a forma que ele estava organizado durante a Era Vargas.

No capítulo seguinte, procura-se debater a respeito de como a propriedade da terra estava delineada durante a Era Vargas, através da atuação da Comissão de Terras, no norte sul-rio-grandense. Assim, identifica-se como o projeto desenvolvimentista do governo agiu sobre a propriedade da terra, as modificações das estruturas vigentes e as permanências de estruturas e práticas próprias da República Velha, problematizando questões como: ocupação, tamanho do lote, dívida, equipamentos e necessidades dos produtores.

Já no terceiro capítulo, o estudo recai sobre o desenvolvimento agrícola no norte do estado, analisando como o projeto desenvolvimentista do governo Vargas foi posto em prática pela Diretoria de Agricultura (vinculada a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do

RS - SAICE) no que se refere à produção agrícola. Problematizando a questão da modernização agrícola, isso, através das opções por métodos, técnicas e como práticas agrárias foram implementadas, tendo por base sínteses quantitativas.

1 ERA VARGAS: O GOVERNO E A GÊNESE DESENVOLVIMENTISTA NO MUNDO AGRÍCOLA

Neste capítulo a partir da revisão bibliográfica discute-se, primeiramente, o âmbito nacional de atuação do governo varguista, debatendo suas políticas de governo referente ao mundo agrícola, partindo então, para uma análise do Rio Grande do Sul, a produção agrícola e a propriedade de terra., a começar da contextualização histórica busca-se entender como o projeto político desenvolvimentista se fez presente nas ações da Comissão de Terra e Colonização de Passo Fundo.

O governo de Getúlio Vargas em nível federal projetou novos anseios político-econômicos ao país, esses influenciaram as relações socioeconômicas de diferentes regiões do Brasil, como é o caso do Rio Grande do Sul. A base dos ideais do governo ligados à modernização e investimentos no setor agrário esteve sustentada por um projeto ideológico desenvolvimentista que marcaria as relações ao longo da Era Vargas (1930-1945).

A Era Vargas foi um período histórico brasileiro marcado por uma série de acontecimentos políticos, assim, para compreender como essa época se consagrou no cenário político-econômico e como suas práticas influenciaram e agiram sobre o mundo agrícola no norte sul-rio-grandense, precisa-se entender a transição da República Velha para a Era Vargas e, também, como essa mudança repercutiu no mundo agrícola no cenário nacional e, principalmente, no Rio Grande do Sul.

1.1. O mundo agrícola e a Era Vargas: a transição e o desenvolvimentismo

Para entender a Era Vargas precisa-se voltar o olhar, primeiramente, para a República Velha, período entre 1889 a 1930, podendo assim, perceber como as políticas econômicas do Estado direcionadas ao mundo agrícola estavam estabelecidas no período anterior ao governo varguista, compreendendo então, como estas práticas se diversificaram a partir de 1930 e em que contexto histórico este processo de alteração ocorreu.

A República Velha foi um período histórico brasileiro posterior à Proclamação da República. Esta época tem uma série de características particulares no setor econômico e foram elas essenciais para a repercussão da sucessão político-econômica que ocorreu a partir de 1930 no governo varguista.

Durante a República Velha as bases da organização política e econômica da nação

estavam sustentadas a partir do poder exercido pelos estados, apoiado em um modelo baseado na república federativa. Nesse sentido, pode-se entender como o poder executivo federal, durante o período, organizou e exerceu o poder dos estados membros, com base nos estudos de Boris Fausto:

A primeira Constituição da República inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República federativa liberal. A chave da autonomia dos Estados - designação dada às antigas províncias - estava no artigo 65 § 2º da Constituição. Aí se dizia caber aos Estados poderes e direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional (FAUSTO, 1995, p. 249).

Deste modo, os estados membros, em suas atribuições de poder, poderiam decretar impostos sobre as suas exportações, enquanto os impostos referentes às importações ficavam a cargo da União. Cada estado comandava sua formulação econômica e, deste modo, este período ficou conhecido também como República Oligárquica, pois as diferentes oligarquias da época, especialmente São Paulo e Minas Gerais, gerenciavam a produção dos principais excedentes econômicos do país e realizavam a sucessão da política nacional.

Um dos principais produtos exportados e característico do período era o café. Durante a República Velha o café “[...] manteve de longe o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras, com uma média em torno de 60% do valor total” (FAUSTO, 1995, p. 279). A burguesia do café, gerenciada, principalmente, pelo estado de São Paulo, controlava o poder político e econômico de forma nacional, isso, a partir de todo o repertório de produção do produto que se desenvolveu até 1930.

A produção cafeeira, no entanto, não se deu de forma uniforme no país, apesar do excedente ser o maior produto destinado à exportação, não foram todas as regiões que se destacaram como produtoras do café. De acordo com Caio Prado Jr.:

O desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil, desde o último decênio do séc. XIX, admirável no conjunto, foi, entretanto, muito irregular se considerarmos as diferentes regiões do país. Não houve de modo algum crescimento uniforme e harmônico; e à expansão em alguns setores correspondeu o declínio, e mesmo o aniquilamento completo em outros (PRADO JR. 2012, p. 226).

São Paulo foi o estado que se destacou pela produção cafeeira e onde a burguesia do café se fez ascendente na política nacional. Observa-se que apesar da volumosa produção as técnicas para a manutenção e desenvolvimento não se modificaram e permaneceram, conforme o autor expõe “[...] sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado” (PRADO JR. 2012, p. 227).

O autor destaca em sua obra “*História Econômica do Brasil*” fatores que influenciaram

o país entre o período de 1889-1930 e aponta reflexos importantes que auxiliaram, de alguma forma, a crescente produção cafeeira que alavancou a economia nesse ínterim, mas que também, por fatores externos, repercutiu na grande crise que resultou na queima de diversas sacas de café, em 1931, pelo governo varguista.

Prado Jr explica ainda, que as contribuições das políticas do período, resultaram no que hoje se conhece como a grande expansão e produção da lavoura cafeeira da República Velha, quando evidenciava:

O entrelaçamento de causas e efeitos é neste caso, como sempre, completo. É, aliás em boa parte o progresso da técnica moderna que permitirá aquele acentuado desenvolvimento da produção brasileira, pondo a seu serviço não somente a maquinaria indispensável (sem os aperfeiçoados processos de preparação do café não teria sido possível a larga expansão da sua cultura) e a energia necessária para acioná-la (a eletricidade), como também os transportes ferroviários e marítimos indispensáveis para a movimentação através de grandes distâncias, dos volumes imensos da produção agrícola do país (PRADO JR., 2012, p. 207-208).

Uma das modificações que é estritamente significativa para o direcionamento do que seria no período pós-1930 o sistema agrário nacional, é a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, caracterizado pela ascensão dos imigrantes e pela sua mão de obra, tanto nas grandes lavouras quanto nas pequenas propriedades. De acordo com Renato Perissinotto, a produção nas grandes propriedades ocorreu, pois “[...] o café era destinado ao mercado externo, o que exigia grandes capitais e imensas extensões cultivadas” (PERISSINOTTO, 1994, p. 34). No final da República Velha milhares de imigrantes adentraram o país em busca de condições de trabalho, sendo a sua maioria europeus advindos da Itália. Quando se refere à imigração, no aspecto nacional no período, pode-se compreendê-la a partir do que Boris Fausto exemplifica:

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período de 1887-1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Essa concentração se explica, entre outros fatores, pela forte demanda de força de trabalho para a lavoura de café naqueles anos (FAUSTO, 1995, p. 275).

Observa-se aqui, então, que o café era o principal excedente da produção agrícola e, que a mão de obra utilizada foi, principalmente, a de imigrantes, ocorrido através do crescente fluxo de estrangeiros que entraram no país para trabalhar nas fronteiras agrárias. Entretanto, mesmo que se entenda este período como caracterizado a partir de um sistema agroexportador liderado pela produção cafeeira, precisa-se compreender que o mundo agrícola no período também se

caracterizava pela produção de outras culturas.

Ressalta-se o fato de que o café não era o único excedente produzido. Longe disso, diversos outros produtos ganharam destaque economicamente durante a República Velha, como é o caso do cacau, da borracha e do açúcar.

A borracha possuiu destaque econômico na região Norte, na bacia Amazônica, e a extração da seringueira só foi possível pelo grande número de migrações para a região. De acordo com Caio Prado Jr. “No decênio 1901-10 a exportação da borracha será em média anual de 34.500 toneladas, num valor de mais de 220.000 contos, ou sejam 13.400.000 libras esterlinas-ouro. O que vem a representar 28% da exportação total do Brasil” (PRADO JR., 2012, 237).

Já a produção do cacau, por sua vez, se desenvolveu no sul da Bahia, pois, segundo o autor:

É aí que se localiza o grande centro moderno da produção brasileira de cacau. Aproveitará para isto as admiráveis disposições naturais do local (clima, solo, acesso fácil), e as terras virgens de uma região que a colonização deixara até o século passado quase intacta. A produção baiana chegará a contribuir com mais de 90% da produção total do Brasil (PRADO JR, 2012, p. 241).

Além destes dois excedentes que contribuíram economicamente ao setor agrário brasileiro, percebe-se, durante a República Velha, a notoriedade da produção de açúcar ao lado da cafeicultura. As principais regiões que se destacaram nessa produção foram o Nordeste e Sudeste. Observa-se até aqui, portanto, que a realidade agrária do Brasil, durante a República Velha, fez-se presente nas grandes propriedades através do trabalho livre e da cultura do café, mas em outras regiões com outros excedentes, como borracha, cacau e açúcar.

No final da República Velha, enquanto, de um lado, a produção cafeeira, liderada pela burguesia do café, alavancou suas riquezas nos estados específicos de produção, do outro, observa-se a má administração da União, a falta de uma centralização política e de um plano geral de produção, o que resultou na superprodução do café, e, por consequência, o enfraquecimento do sistema agrário brasileiro. A crise gerada pela superprodução cafeeira teve suas implicações no início do governo Vargas, esse fato teve resultado na manutenção de uma centralização política e dos novos ideais político-econômicos que surgiram pós-1930.

Não se pode desconsiderar que apesar da agricultura ser a base econômica do país no período, no início do século XX, a industrialização começou a ganhar forma, mesmo não sendo estimulada do mesmo modo que ao longo do governo Vargas, ela começou a fazer parte da vida político-econômica do país, como exemplifica Fausto sobre a atividade em que se dedicavam

os brasileiros:

No curso das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividades 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços (FAUSTO, 1995, p. 281-282).

A ascensão crescente da indústria no período, mesmo sem uma política específica ligada ao desenvolvimento industrial, se fez presente em decorrência do número de pessoas que passaram a migrar, no início do século XX, das zonas rurais para os municípios, alavancando um processo de urbanização, principalmente, no estado de São Paulo. De acordo com Boris Fausto, analisa-se congruentemente como estes fatores influenciaram na produção agrícola de outros estados, como é o caso do Rio Grande do Sul, pois “No começo do século XX, São Paulo importava parte desses produtos de outros Estados, destacando-se o arroz do Rio Grande do Sul” (FAUSTO, 1995, p. 284).

O Rio Grande do Sul além de se caracterizar pela produção agrícola voltada ao mercado interno, tema que adentra-se mais profundamente no próximo subcapítulo, possuía uma situação político-econômica característica, que influenciou na tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930.

No estado sul-rio-grandense, em 1922, os antigos federalistas e os dissidentes republicanos formaram a Aliança Libertadora, com o “propósito de impedir mais uma reeleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado” (FAUSTO, 1995, p. 317), lançando a candidatura de Assis Brasil. No ano de 1927, Getúlio Vargas foi eleito governador do estado, comandando entre 1927-1930. No período anterior (1926-1927) havia sido Ministro da Fazenda do governo de Washington Luís. Através da Aliança Liberal lançou-se sua candidatura para presidente da República no ano de 1930, tendo João Pessoa como vice-presidente. Do outro lado concorria Júlio Prestes como sucessor de Washington Luís.

Observa-se que a grande diferenciação da Aliança Liberal quando formada foi elaborar um projeto que não se vinculava ao antigo andamento da República Velha, como pode-se observar o que Boris Fausto explana:

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas a do café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como extensão ao direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias (FAUSTO, 1995, p. 319-

320).

Assim, nota-se que a AL, formada por Getúlio Vargas, surgiu com novas propostas, principalmente analisando a questão econômica, de produção de excedentes alternativos, não se moldando apenas na exportação cafeeira.

A eleição de 1930, no entanto, resultou em uma série de fatores que implicaram na Revolução de 30, acarretando em diferentes transformações político-econômicas e na entrada de uma nova classe de políticos no poder. Vargas, na liderança da AL, comandou as tropas revolucionárias que, em novembro de 1930, retiraram do poder o então presidente Júlio Prestes, dando início à Era Vargas. Este período que vai de 1930 até 1945 divide-se em três fases: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937); Estado Novo (1937-1945).

Durante o Governo Provisório, o governo Vargas começou a moldar seu ideal político, realizando algumas modificações no cenário nacional, sendo estas: deposição dos governadores; dissolução da Constituição de 1891; fechamento do Congresso Nacional. As mudanças que ocorreram no âmbito nacional a partir de 1930 não se sucederam rapidamente, muito menos no primeiro ano do governo. Foram modificações de uma estrutura política e econômica e que levaram anos até serem implantadas e suas efetivações tornarem-se evidentes. O período do Governo Provisório é repleto de tentativas de um reajustamento econômico do país em decorrência da crise de 1929 que afetou as exportações de café brasileiro e, conseqüentemente, a economia neste estágio. As conseqüências do impacto da crise ficaram presentes, no sentido econômico, até o final deste estágio, como pode-se perceber. “A crise mundial trazia como conseqüência uma produção agrícola sem mercado, a ruína dos fazendeiros, o desemprego nos grandes municípios. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporara” (FAUSTO, 1995, p. 331-332).

Assim, como conseqüência da crise que assolou a produção cafeeira, que em decorrência da sua superprodução afetou a economia nacional, o governo Vargas traçou algumas estratégias como, por exemplo, a limitação do poder dos Estados, esses não podiam mais adquirir empréstimos no exterior, como ocorria durante a República Velha. Este comportamento do governo Vargas frente ao processo político-econômico caracteriza-se como o processo de centralização, que permaneceu até 1945.

O primeiro grande sinal da centralização econômica do governo foi a criação do Conselho Nacional do Café (CNC). O Conselho, administrado pela federação, controlava os interesses cafeeiros e, em 1933, passa a ser o Departamento Nacional do Café (DNC). A criação

de um aparelho do governo para o controle da produção do café (CNC/DNC) demonstra que o governo Vargas não abandonou nem desassistiu esse setor durante seu período no poder. No entanto, deve-se compreender que a vertente econômica do governo Vargas não se baseou apenas na produção deste excedente.

Uma das medidas encontradas pelo governo Vargas para enfrentar a superprodução cafeeira e a crise de 1929 foi a da compra dos excedentes por um preço menor, retirado do imposto sobre exportação, e, posteriormente, a queima da produção comprada. Assim, “O esquema brasileiro teve longa duração, embora alguns de seus aspectos tenham sido alterados no correr dos anos. A destruição do café só terminou em julho de 1944. Em trezes anos foram eliminados 78,2 milhões de sacas [...]” (FAUSTO, 1995, p. 334).

O governo também propôs a criação de institutos que alavancassem a produção agrícola nacional de outros excedentes, como erva-mate, cacau, açúcar, algodão, etc. Como indica no discurso pronunciado em 1934:

A fim de coordenar o problema do açúcar, criou-se o Instituto do Açúcar e do Alcool, que, evitando a especulação baixista sobre esse produto, está cuidando da instalação de grandes destilarias para a fabricação de álcool-combustível, em que será transformado o excesso das safras açucareiras (VARGAS, 1935, p. 32).

A evidente centralização econômica do governo varguista foi uma de suas características que, além do fato ligado a produção cafeeira, pode-se observar em outros momentos do governo que serão explorados posteriormente. O governo Vargas, entretanto, também foi responsável por uma política nacionalista que implicou em diversos aspectos, entre eles, o setor agrário.

Os ideais do governo varguista quanto ao mundo agrícola, especificamente, se basearam e foram sendo construídos ao longo dos anos, isso, a partir dos pilares do desenvolvimentismo. A construção de uma política desenvolvimentista necessita de suas três bases: nacionalização; industrialização; intervencionismo pró-crescimento, no entanto, essas bases precisam estarem conectadas e fortificadas a partir de uma convicção ideológica comum.

Diferentes são as experiências ideológicas que podem servir como base para que um governo realize seu projeto político desenvolvimentista, como Pedro Cezar Dutra Fonseca na obra *“Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”* exemplifica. Para o autor, existem quatro grandes correntes pelas quais o desenvolvimentismo pode ocorrer, estas são: os nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas.

Entende-se que por trás de um projeto desenvolvimentista deve haver um planejamento e uma doutrina que guie as ações do governo, pois sem uma ideologia que vincule e norteie a

prática do desenvolvimentismo, ele não se torna válido. Por muitos anos, as bases que intercedem o desenvolvimentismo existiram, mas não significaram um projeto desenvolvimentista do governo, pois não se encaixavam como sendo um guia, um plano de ação (FONSECA, 2004)

O desenvolvimentismo quanto prática de governo só esteve inteiramente associado na política nacional, a partir de 1930, quando Vargas assume o poder. Neste sentido, todo o aparelhamento que sustenta o ideal desenvolvimentista (nacionalismo, industrialização, intervencionismo pró-crescimento) esteve presente de modo articulado e norteado por um ideal em comum: o positivismo.

O positivismo é a liga que permeia o plano geral de ação desenvolvimentista. Para Fonseca, o positivismo significa um ideário, uma ideologia que de sua forma particular e, a partir de um plano de pensamento, sucede as ações desenvolvimentistas que ocorreram ao longo do governo Vargas. De acordo com o autor, sobre a construção do desenvolvimentismo quanto prática do governo, é constituído:

Só através do Estado, como instituição que materializa por excelência a racionalidade burocrática e política, isto pode ser conseguido. Como toda boa ideologia, constrói-se um projeto de sonho que se propõe factível e realizável – e que, portanto, incita a um programa de ação (FONSECA, 2004, p. 3).

O positivismo esteve presente como ideologia antes mesmo de 1930. No Rio Grande do Sul, especialmente no Partido Republicano Rio-Grandense, ele já se fazia presente na forma de pensamento e transparência das ações do governo regional. A partir de 1930, com o governo Vargas, a ideologia se fez evidente no cenário nacional da mesma forma. Para Fonseca:

Em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, os positivistas eram bastante numerosos, sendo que no primeiro, através da liderança de Júlio de Castilhos, tornou-se ideologia oficial ao ser adotado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e pela Constituição Republicana estadual. Esta estabelecia a “ditadura científica” de Comte, com supremacia do Executivo, ao retirar do Legislativo – a Assembléia dos Representantes -, o direito de fazer leis, que caberia ao Presidente do Estado (FONSECA, 2004, p. 13).

Três vertentes positivistas podem ser percebidas: a religiosa, a científica e a política. O que interessa como ideal de pensamento para alavancar o desenvolvimentismo é a vertente política do positivismo, nessa destaca-se, principalmente, preceitos sobre a administração e sobre as finanças.

Para entender como a ideologia positivista intervinha e servia para um projeto socioeconômico do governo Vargas, precisa-se compreender o que esta ideologia pregava, indo

além de um forte conhecimento da administração e das finanças públicas. O positivismo se dispunha na intervenção econômica do Estado, no ideal de progresso e em sua difusão e na constituição de um “[...] “problema social” cuja relevância exigia a presença do poder público (FONSECA, 2004, p. 14).

Entende-se, então, que estas visões citadas do que o positivismo pregava levou com que:

Apesar de apegado a princípios ortodoxos de política econômica, o positivismo foi crucial para a formação do desenvolvimentismo, pois pragmaticamente ampliava a agenda do Estado, aceitando sua participação quando houvesse “necessidade social” – expressão ampla o suficiente para abranger o próprio desenvolvimento econômico e acolher suas principais propostas. E, como já foi mencionado, por acenar a um futuro a ser buscado, com a história correndo a seu favor – daí progressista -, ao entendê-la como um processo evolutivo e conclamando os governantes para sua construção (FONSECA, 2004, p. 17).

Assim, a ideia de um desenvolvimentismo a partir de uma modernização e de um progresso começou a ser o viés do governo Vargas, o que tornou-se possível, partindo de um “processo evolutivo”, o desenvolvimentismo através da base nacionalista, da industrialização e do intervencionismo pró-crescimento. Entendendo assim como o ideal desenvolvimentista ocorreu e compreendendo por qual ideologia ele agiu a partir de 1930 depreende-se o que a modernização significa em todo este processo.

Modernização e modernidade mesmo que em um primeiro aspecto possam ser compreendidas como continuidade, expressam sentidos diversos. Durante a Era Vargas entende-se as propostas do governo, no sentido econômico, como moldadas pela modernização gerada pelos projetos desenvolvimentistas.

A modernização se interliga à um processo envolto em um planejamento, uma disciplina, uma ideologia que a partir de um modelo a tem como seu resultado, como esclarece Raymundo Faoro em que “Na modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança” (FAORO, 1992, p. 8).

A modernização implica, diretamente, em um governo que, a partir de uma política clara e propostas desenvolvimentistas, comanda a nação. Deste modo, a trajetória do governo Vargas deu-se a partir de uma ideologia positivista que intercedeu suas propostas desenvolvimentistas ao país e, refletiu em um processo que gerou aspectos ligados à modernização da sociedade.

Quando se observa o mundo agrícola vinculado a este sistema de projetos e interesses socioeconômicos e modernizadores, compreende-se que ele esteve como pauta do governo

desde seu início em 1930. Todas as questões que envolvem a criação de propostas desenvolvimentistas, de modernização e do mundo agrícola foram sendo construídas ao longo do governo e fizeram parte da própria característica do governo federal varguista.

Para a autora Aspásia Camargo, no capítulo da obra *“As Instituições Brasileiras na Era Vargas”* o governo Vargas se caracteriza por:

Vargas se projeta como a vanguarda da sociedade agrária que o molda como indivíduo e homem público, mas vive também o dismantelamento dos valores, dos modos de vida que condicionaram suas origens. Preside à reciclagem do sistema agroexportador, cujo colapso apressou, na grande crise de 1929, a busca dos inesperados caminhos da industrialização. As medidas de emergência adotadas para debelar os efeitos perniciosos da crise do café são, em verdade, o caminho aberto para uma reorientação profunda de metas sociais e valores políticos, num processo de transformação econômica que a todos arrasta, recortado pelas velhas e novas contradições que emergem. Comprometido com o passado, mas voltado para as potencialidades que abrem novas perspectivas à sociedade do futuro, Vargas promove a um só tempo práticas temporalmente diversas, ajustando aos seus métodos de ação, que tão bem conhece, novas tendências que lhe são reveladas, e que ele operacionaliza e manipula (CAMARGO, 1999, p. 15).

A reorientação descrita pela autora, dos sistemas sociais e políticos, é a característica marcante e a consequência da própria Revolução de 1930. No que diz respeito ao mundo agrícola, o governo Vargas modificou as estruturas agrárias através de um processo de construção que obteve seu ápice durante o Estado Novo (1937-1945), mas, para compreender este ápice necessita-se analisar desde o começo do governo como ocorreu a construção das políticas desenvolvimentistas em torno do mundo agrícola. Assim, o próximo subcapítulo propõe um ensaio sobre o avanço das políticas socioeconômicas desenvolvimentistas ao mundo rural entre 1930-1945.

1.2 A criação da política socioeconômica desenvolvimentista ao mundo agrícola na Era Vargas

Desde o início do governo, Getúlio, em seus discursos, realizava manifestações acerca do setor agrário e a necessidade de um fortalecimento da produção agrícola e sua diversificação. As primeiras iniciativas que se direcionaram ao mundo agrícola quanto ideal, foram as ideias de uma educação rural; reorganização do Ministério da Agricultura; amparo ao trabalhador rural e extinção do latifúndio.

Observam-se estes fatores no primeiro discurso pronunciado por Vargas em 1930:

12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e

inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; 14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando; 15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural; 16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade (VARGAS, 1935, p. 19-20).

Devem-se ressaltar alguns pontos dos ideais do governo varguista ao mundo agrícola durante o Governo Provisório. Primeiramente, esse período serve como linha de frente para novos planejamentos, ou seja, o governo Vargas projetou aqui as mudanças e as metas que pretendia alcançar e modificar em decorrência ao que havia na Primeira República.

Ao diversificar e reorganizar a produção agrícola e o Ministério da Agricultura, o governo tende a ajustá-los aos seus moldes, ao formato de uma nacionalização da produção, de um incentivo à diversificação dos excedentes e da proteção do mercado interno.

O nacionalismo defendido pelo governo Vargas se mostrou presente na defesa da produção agrícola e em sua diversificação. Para o governo varguista, ainda antes do pico industrial, a agricultura era compreendida como elemento essencial para retirar o país da crise gerada em 1929 que se refletiu posteriormente na economia. As etapas do projeto desenvolvimentista do governo Vargas ao mundo agrícola se conectaram em processos.

Assim, pode-se entender como o nacionalismo era entendido pelo governo Vargas de acordo com John Wirth, na obra *“A política do desenvolvimento na era de Vargas”* alude:

Em tal política, há dois pressupostos principais: primeiro, o de que os recursos naturais da nação devem ser controlados e distribuídos por nacionais ou pelo Estado; segundo, o da existência de um sistema de valores para a determinação de prioridade e avaliação de resultados em termos das necessidades da nação – como decidir entre a ênfase na indústria pesada e a ênfase na agricultura, estabelecer a combinação de fatores militares com fatores estritamente econômicos, ou calcular o tempo que a nação poderá esperar para atingir a condição de grande potência (WIRTH, 1973, p. 17-18).

Ainda durante o Governo Provisório, os primeiros processos são referidos às propostas de uma nova estrutura agrária para superar a crise, essa, baseada, sobretudo, na diversificação da produção, voltada ao mercado interno, como afirma Caio Prado Jr:

O progresso desta nova economia em germinação é condicionado sobretudo pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que

prevalece o elemento produção. Concorre para isto, em primeiro lugar, o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidade (PRADO JR., 2012, p. 288-289).

A diversificação e nova estruturação da produção agrícola só foram possíveis a partir da intervenção do Estado neste processo, assim como, em relação ao próprio trabalhador rural. A intervenção do governo Vargas agiu tanto sobre as políticas sociais voltadas ao trabalhador do campo quando do seu meio de trabalho.

A intervenção do Estado partindo do reajustamento se fez presente também de iniciativas econômicas através do Crédito Agrícola, pois o mundo agrícola era concebido como peça fundamental para o crescimento e progresso da nação. Também pode-se observar a relação do Crédito Agrícola com o papel intervencionista do estado, isso, desde 1933, no discurso de Getúlio Vargas, em que ele disserta especificamente sobre a lavoura da cana e o auxílio do governo, sendo necessária a modernização do aparelhamento agrícola, trazendo o progresso para aquilo que considerava rudimentar, como ele explana:

No tocante propriamente à lavoura da cana, as medidas a executar precisam ser generalizadas, compreendendo, também, o amparo aos pequenos cultivadores, geralmente sacrificados às exigências do usineiro e do grande industrial. A maioria deles planta rudimentarmente em terra emprestada, para vender pelo preço que lhes quiserem pagar. Não raras vezes, o produto da colheita mal recompensa o trabalho de transportá-la até o engenho, quase sempre pertencente ao proprietário do solo, onde o lavrador vive a título precário. A proteção mais proveitosa seria a que lhes garantisse os meios necessários para se tornarem donos da terra cultivada. Facilitar-lhes o acesso à propriedade equivalerá a pôr ao seu alcance a riqueza, com o trabalho estável e organizado, e o bem-estar, com a posse do teto, refugio da família (VARGAS, 1935, p. 345-346).

A modernização da lavoura agrícola foi sendo incentivada nos primeiros anos do governo Vargas, que buscava desenvolvê-la para o fortalecimento da indústria, outro projeto da Era Vargas. O financiamento da produção, a partir do Crédito Agrícola, foi uma das principais ações do governo Vargas para o fortalecimento agrário nacional. Na visão do Estado, as indústrias montadas a partir dos principais excedentes agrícolas nacionais, necessitavam, sobretudo, de produtores preparados, equipamentos e incentivos no melhoramento dos próprios excedentes.

De acordo com Fonseca, observa-se que:

Pela proposta do governo, o banco deveria contar com uma carteira hipotecária e uma carteira econômica. À carteira hipotecária caberia, dentre outras incumbências, conceder empréstimos aos produtores em prazo de até 30 anos, tendo como garantia suas propriedades, além de financiamentos de curto de prazo de capital de giro, de armazenamento e venda da produção. Já à carteira econômica caberia realizar

empréstimos sobre warrants e sobre notas promissórias para agricultores, pecuaristas e municípios, além do próprio Estado. Nota-se que a indústria não está ainda o centro da proposta; ela é mencionada, não é excluída da área de atuação do banco, mas – talvez pelo próprio predomínio do setor primário no Estado –, este vai merecer mais destaque tanto no discurso como no volume das operações realizadas (FONSECA, 2004, p. 19).

A partir do que o autor explana compreende-se que o Governo Provisório foi caracterizado, sobretudo, pela introdução dos ideais desenvolvimentistas, ligados à modernização e previamente moldados como plano de governo. Estas ideias e projetos seguiriam até o final de seu governo, como pode-se identificar no discurso de Vargas, de 1939, que também se referia ao Crédito Agrícola:

Os resultados conseguidos pela Carteira do Banco do Brasil são francamente animadores, e mais decisivos se apresentarão quando pusermos em prática as medidas planejadas para ampliar os financiamentos e estender os seus benefícios a um número cada vez maior de lavradores. Tem-se em vista, para tanto, utilizar reservas dos institutos de seguro social e de economia popular, a fim de ser possível conceder empréstimos por maior prazo e a menor juro. Não é razoável que o dinheiro amealhado pelo povo se aplique, de preferência, nos aperfeiçoamentos urbanos, servindo para construir suntuosas avenidas e arranha-céus, enquanto a lavoura luta com dificuldades (VARGAS, 1939, p. 41).

O mundo agrícola esteve presente neste plano por ser a principal vertente econômica do país durante todo o processo histórico anterior, como se observou na República Velha.

Entretanto, como se mencionou anteriormente, ainda era necessário iniciar-se o próximo processo ligado ao projeto desenvolvimentista, a industrialização, o que foi feito pelo Governo Constitucional. Ainda que durante o período de 1934-1937 a industrialização estava em processo de construção, verificou-se que as iniciativas do governo Vargas foram de: reestruturação do setor agrário; nacionalização da produção, essa sendo voltada ao mercado interno para um processo gradual de investimentos no processo industrial nacional.

O Governo Constitucional foi instituído após a eleição da Assembleia Nacional Constituinte e, em 14 de julho de 1934, a nova Constituição brasileira foi promulgada. No dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República. A Carta de 1934 versava sobre novos parâmetros diversos à antiga Constituição de 1889, principalmente quando observa-se o setor econômico. Sobre a Constituição, observamos o que o autor Thomas Skidmore, na obra *“Brasil: de Getúlio à Castelo”*, afirma:

A Constituição de 1934 era um produto híbrido. Como documento jurídico, concretizava um grau notável, tanto os ideais do liberalismo político quanto os do reformismo econômico. Os constitucionalistas liberais podiam ficar satisfeitos com o fato de que, mesmo a estrutura federal sendo ainda muito parecida com a da

República Velha, havia agora garantias de eleições livres, asseguradas pelo Código Eleitoral, entidade federal com poderes para fiscalizar as eleições e apuração dos votos e reconhecimento dos eleitos (SKIDMORE, 2010, p. 39-40).

O novo caráter da Constituição de 1934 encontrava-se no modo em que planejava e introduziu as características do projeto desenvolvimentista do governo Vargas em vários âmbitos que repercutiam no mundo agrícola. Um destes âmbitos é o trabalhista. O governo federal varguista se caracterizou especialmente pelas políticas do governo direcionadas aos trabalhadores como observa Dezemone:

Os inúmeros entraves burocráticos e legais à sindicalização rural reforçariam o distanciamento entre trabalhadores do campo e da cidade, ao mesmo tempo que, atribuídos a uma política do Estado, apontam para a intencionalidade da preservação das relações tradicionais no mundo rural (DEZEMONE, 2009, p. 74).

Mesmo que as políticas voltadas ao trabalhador rural não fossem estimadas como às destinadas ao trabalhador urbano, observa-se que alguns aspectos podem ser evidenciados, como destaca o autor:

O comportamento em relação aos trabalhadores do campo foi explicado pelo “desejo de manter boas relações com os grandes proprietários e o fato de não existirem, em sua época [a de Vargas], mobilizações significativas no campo”. O que se percebe aqui, novamente, é a ideia da manutenção das relações sociais tradicionais no campo como condição para implementar os direitos sociais nas cidades e o projeto intervencionista promotor da industrialização, com um governo Vargas que “praticamente ignora” os camponeses (DEZEMONE, 2009, p. 4).

A industrialização só poderia ser alcançada a partir da intervenção do Estado em fortalecer a produção agrícola e os trabalhadores rurais, pois esses âmbitos estavam correlacionados no plano de atuação do governo. Ressalta-se na elaboração da Constituição a intervenção do Estado na produção agrícola, como mostra o art. 121, por exemplo, em que fala sobre a regulamentação da produção agrícola:

§ 4.º O trabalho agrícola será objecto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferencia na colonização e aproveitamento das terras públicas (BRASIL, 1934).

No momento em que o Estado intervinha no mundo agrícola, na produção e no aparelhamento do produtor, ele estava criando mecanismos de impulsionar a industrialização destes excedentes, isso em um processo em que a economia estava voltada ao mercado interno, os municípios estavam crescendo e a urbanização demandava um Estado com uma indústria

forte. Assim, pode-se observar no que cita Corazza:

O desenvolvimento industrial consistido na crescente transformação das matérias-primas básicas, fornecidas pela agropecuária, por processos produtivos mais complexos, é de grande importância para a sociedade, ao incrementar seu bem-estar, ampliando e qualificando sua provisão de bens e serviços [...] (CORAZZA, 2007, p. 137).

Os ideais ligados ao desenvolvimento industrial foram sendo acentuados a partir da constituição do Estado Novo. Mas, durante o Governo Provisório (1930-1934) as iniciativas e planejamentos do governo frente à situação político-econômica ao mundo agrícola foram sendo moldados e instituídos na sociedade através de incentivos ao Crédito Agrário, à diversificação da produção e, atenção especial ao trabalhador rural, isso, entendendo que o setor agrário foi por muitos anos, até a ascensão da industrialização no Brasil, o principal referencial econômico nacional.

O Governo Constitucional introduziu, além da visão da importância do setor agrário para economia nacional, a modelação do projeto industrial. No ano anterior às eleições de 1938 ocorre um golpe de Estado, em que Vargas, através da repressão e do autoritarismo, instaura a ditadura do Estado Novo. A ditadura se estabelece após a tentativa, em 1937, do “golpe comunista”, o chamado Plano Cohen, fazendo com que o estado de guerra fosse instaurado em 10 de novembro de 1937, iniciando o Estado Novo, como Boris Fausto explana:

O Estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio, a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos (FAUSTO, 1995, p. 364-365).

As características marcantes deste novo estágio da política brasileira foram as constantes repressões, quando se observa o cenário político, por exemplo, e o crescente investimento na industrialização, quando se analisa o cenário econômico. Pode-se compreender que o interesse do governo nesse período encontra-se na modernização e no desenvolvimento das estruturas urbanas, principalmente, e não mais em grau focado, no setor agrário e no mundo agrícola, como era o caso do governo transitório, no período anterior à 1934, como nota-se:

Precisamos equipar as vias férreas do país, de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações,

particularmente no que se refere à penetração do hinterland e articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação (VARGAS, 1937, p. 28).

No discurso de Vargas verifica-se que apesar do incentivo no meio urbano, uma das preocupações do governo Vargas, conseqüentemente, era uma produção de excedentes designada, pois sem ela, não haveria exportação ou insumos destinados aos centros de consumo interno.

Logo se compreende que o projeto desenvolvimentista do governo Vargas une duas visões que progridem juntas. O mundo agrícola, ou seja, o setor agrário, a produção, as técnicas empregadas e o produtor, e a industrialização. Apenas o progresso, a modernização, o incentivo e o desenvolvimento dos aparatos necessários para o avanço de ambos os setores, o industrial e o agrário, trariam a ascensão econômica nacional.

Para Otávio Guilherme Velho, na obra *“Capitalismo autoritário e campesinato”*, entende-se a correlação dos dois elementos citados anteriormente a partir de que “[...] uma parte do excedente derivado da agricultura estava sendo reinvestido através de toda espécie de artifícios na indústria” (VELHO, 2009, p. 118).

Durante o Estado Novo ocorreu no cenário mundial a Segunda Guerra Mundial, acontecimento esse que interferiu diretamente na economia nacional durante o período de (1939-1945). De acordo com Caio Prado Jr., pode-se compreender que:

[...] assistimos a um revigoração esporádico do tradicional sistema do passado, abrindo-se para tal sistema (isto é, uma economia exportadora de produtos primários e voltada essencialmente para o exterior), nova e brilhante oportunidade. Com uma intensidade de que havia muito o país não tinha notícia, o Brasil se fazia de novo alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentares e matérias-primas exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenhavam as grandes potências de que o Brasil era e ainda é tributário (PRADO JR., 2012, 301-302).

Desse modo, as necessidades externas correspondentes à guerra resultaram no avanço da indústria que necessitava exportar, assim como dos excedentes produzidos pelo setor agrário. Na Constituição de 1937, observamos que o governo Vargas relaciona estes dois elementos do seu projeto desenvolvimentista como sendo responsabilidade do Conselho Nacional de Economia, o que nota-se no art. 61:

São atribuições do Conselho da Economia Nacional:

f) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições econômicas, geográficas e sociais do País, tenham por objeto:

I - racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria (BRASIL, 1937).

O que se observa é que o Estado assume o papel de interventor. A intervenção ocorre a partir da organização do aspecto agrário e industrial pretendendo o progresso e o desenvolvimento econômico. Essa intervenção do Estado nos aspectos econômicos durante a Era Vargas foi uma das principais características do período, sendo uma das bases do projeto desenvolvimentista do governo de Getúlio, o intervencionismo só pode estar presente, de modo amplo, a partir de 1930, quando o capitalismo adentrou no aspecto econômico da sociedade.

Para Otávio Guilherme Velho (2009), foi sendo construído, ao longo da Era Vargas, e, principalmente, durante o Estado Novo, um capitalismo autoritário, regido pela centralização do âmbito político e econômico. O projeto desenvolvimentista também era, a partir do seu modo de atuação, um projeto centralizador e capitalista, que utilizava desses elementos para ser o agente transformador e modernizante da sociedade brasileira.

Durante o Estado Novo o governo varguista voltou-se principalmente ao trabalhador urbano, o operariado, não deixou de lado, entretanto, mesmo que não atuando da mesma forma, o trabalhador do campo, já que compreendia que esses eram fundamentais para a economia nacional, e, assim, deveriam ter condições de manter-se fixados no campo, como Vargas menciona em seu discurso em 1941:

Com esse intuito é que se empenha o Governo Nacional em fixar no campo os brasileiros animosos, reunindo-os em núcleos de colonização e amparando-os convenientemente, nada lhes pedindo além da disciplina de um trabalho metódico e persistente. O lote de terra já lavrada, a casa de moradia da família, sementes, instrumentos agrários, escolas profissionais e assistência médico-sanitária serão postos à sua disposição, gratuitamente, e sobre o fruto do seu trabalho nenhum ônus pesará, abolidos impostos, taxas e tributos, até que as colônias, florescentes e prósperas, se emancipem da proteção governamental (VARGAS, 1941, p. 262).

Segundo Velho, uma das justificativas para a força deste modelo de Estado centralizador e capitalista, desenvolvido pelo governo Vargas está no que diz:

[...] uma população em expansão e uma economia de exportação particularmente próspera anteriormente (permitindo um grau significativo de urbanização) já haviam criado um mercado de certo vulto, uma indústria burguesa “espontânea” incipiente e um volume razoável de capital que nas circunstâncias de guerra e depressão tendiam a buscar uma aplicação alternativa (VELHO, 2009, p. 125).

As modificações introduzidas na sociedade em comparação à República Velha, como a urbanização e a industrialização, são características do papel transformador do Estado, adotado a partir de 1930 e, que foram utilizadas em diferentes circunstâncias, como por exemplo, a Segunda Guerra Mundial, isso para alavancar este modelo através da centralização do Estado e

a intervenção na economia.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, na obra “*Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*”, a centralização assumida como papel primário do governo Vargas era “[...] o caminho para a nacionalização e a modernização do poder público no Brasil” (GOMES, 2005, p. 109).

Inserido no meio e sendo um dos principais motores econômicos do período, o mundo agrícola fez parte deste sistema introduzido e instaurado ao longo dos anos pelo governo Vargas. Sofreu com a centralização, a intervenção, a modernização e a nacionalização. Todos esses processos resultaram na transformação do mundo agrícola no cenário nacional e, principalmente, o que nos diz respeito, no mundo agrícola do norte do Rio Grande do Sul.

Deste modo, para compreender como de fato a política desenvolvimentista do governo Vargas repercute no mundo agrícola do Rio Grande do Sul, na próxima seção discute-se o mundo agrícola no norte do Rio Grande do Sul através da contextualização que foi realizada sobre o projeto socioeconômico do governo varguista.

1.3 O Rio Grande do Sul na Era Vargas: o mundo agrícola

Delimitando o estudo contextualizar-se-á o mundo agrícola sul-rio-grandense, especificamente a região norte, analisando as permanências e mudanças das estruturas fundiárias e agrárias na passagem da República Velha à Era Vargas, para tanto, torna-se necessário o debate sobre os conceitos de região e de fronteira. Isso, considerando que o Rio Grande Sul foi um dos principais estados produtores agropecuários. Ao lado de São Paulo e Minas Gerais, o estado esteve à frente da produção de excedentes no período. Como não se limitava à produção destinada à exportação conseguiu se diferenciar ao longo do governo varguista e desenvolver uma economia capitalista.

Os conceitos de região e fronteira serão aqui debatidos, pois esses são fundamentais ao observar a repercussão de uma política socioeconômica no mundo agrícola de uma região específica que ocasionou, por consequência, a expansão de uma fronteira agrária no norte sul-rio-grandense.

Nota-se que para o estudo da História, o conceito de fronteira é essencialmente importante no que tange a análise dos processos históricos de uma sociedade, seja a partir do viés econômico, político, social ou cultural. A definição de fronteira é utilizada para expressar os limites, não apenas geográficos, mas de conjunto, conexão, como também de ruptura, onde ocorre certa descontinuidade de estruturas vigentes. Fronteira pode ser aquilo que rompe e

separa, mas também o ponto de conexão.

A fronteira põe à mostra as relações dos indivíduos entre si, assim como entre estruturas criadas e dispostas em diferentes períodos históricos. Sobretudo, a fronteira pode ser tanto física, como um limite, um ponto específico que demarca limites geográficos, mas uma fronteira histórica, e é esta condição específica que aqui se alude. Fronteiras, no sentido histórico, são espaços repletos de relações, amigáveis ou conflituosas.

Nesta pesquisa sobre a repercussão da política desenvolvimentista do governo Vargas na atuação da Comissão de Terras e da Diretoria de Agricultura no norte do Rio Grande do Sul, o conceito de fronteira quanto um lugar de conexões, rompimento, conflitos e relações humanas pode ser compreendido ao observar as mudanças que ocorreram no período histórico analisado, a Era Vargas, e assim, pensando fronteira como um lugar de relações e não de delimitação geográfica. A fronteira que está constantemente em modificação e avanço.

Quando se analisa o conceito dentro da proposta apresentada, compreende-se que a fronteira aqui evidenciada pode ser o ponto de modificação das estruturas do mundo agrícola que aconteceu a partir da revolução de 1930, por exemplo. Isso pode significar que o choque entre novas propostas com um ideal desenvolvimentista frente às práticas da República Velha no que diz respeito ao mundo agrícola e os aspectos ligados à agricultura e à propriedade, podem ser entendidos como uma fronteira econômica, que a partir do governo Vargas, esteve em constante mudança.

O mundo agrícola, aqui, é a fronteira de análise. A partir dela observa-se e estudam-se as modificações ocorridas desde 1930, principalmente, com base nas práticas econômicas ligadas ao desenvolvimentismo. Se por um lado é na fronteira que ocorrem as relações humanas e as conexões, utiliza-se dela para entender, de certo modo, as mudanças e repercussões introduzidas no mundo agrícola a datar de um momento histórico específico, caracterizado pela envoltura dos aspectos socioeconômicos.

As fronteiras não são estáticas e estão sempre em movimento, seja externo ou interno, movimento humano que rege e modifica ao passar do tempo o significado daquela fronteira. Na pesquisa, trata-se o mundo agrícola a partir da fronteira que avança, não apenas física, mas de relações, onde sistemas se estabelecem e prosseguem, como é o caso das relações desenvolvimentistas e do capitalismo.

A fronteira que se utiliza como modelo ao longo deste estudo é a terminologia da fronteira econômica do Brasil a partir de 1930, e é baseado nela, a inserção do desenvolvimentismo e suas implicações no mundo agrícola no que diz respeito à agricultura e à propriedade. A fronteira pioneira retratada pelo autor Joe Foweraker na obra *“A luta pela*

terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais”, essa, de acordo com o autor pode ser compreendida pela ocupação geográfica, primeiramente:

[...] fronteira pioneira é um processo historicamente específico de ocupação de novas terras. O período do processo corresponde à fase das mais altas taxas de industrialização e urbanização no Brasil, e começa no momento em que a economia brasileira, pela primeira vez em sua história, experimenta um grande excedente de mão de obra (FOWERAKER, 1982, p. 31).

Para o avanço da fronteira pioneira deve-se estar a economia sob um sistema capitalista. Assim, como o autor expõe, o “[...] ciclo da fronteira é primeiramente determinado pelas relações sociais capitalistas que dominam a formação social [...]” (FOWERAKER, 1982, p. 32), sendo assim, a partir das relações sociais, conflituosas ou passivas, que regem o ambiente da fronteira através dos termos descritos anteriormente, é que o desenvolvimento de um sistema econômico marcado pelas relações capitalistas pode agir e trazer transformações nas fronteiras agrícolas brasileiras.

A ocupação da terra faz parte de um processo histórico brasileiro marcado por conflitos, e assim, a fronteira pioneira age introduzindo transformações políticas, econômicas e sociais ao passo que avança. Muitas das mudanças trazem relações conflituosas com quem já estava na região, demonstrando o processo de recíproca, por exemplo, o adverso ao outro.

Ao discutir o processo das relações desenvolvimentistas durante a Era Vargas no mundo agrícola, em especial nas questões que envolvem a agricultura e a propriedade, passa-se a debater o avanço de uma fronteira sobre o mundo agrícola do norte do Rio Grande do Sul e sua repercussão nas questões envolvendo a propriedade da terra e a produção agrícola.

Essas relações são importantes para compreender como os projetos do governo agiram na região a partir da ótica do mundo agrícola. Ou seja, sabendo que a fronteira é um lugar de avanço, socialização, conflitos e disputas de interesses, as questões que envolvem o avanço de uma fronteira com novas perspectivas econômicas que introduzem ações desenvolvimentistas no mundo agrícola do norte do Rio Grande do Sul são de fundamental importância. Uma das principais questões referentes ao estudo político-econômico do mundo agrícola no Rio Grande do Sul, de notável importância para compreender como ocorriam as relações entre o governo Vargas e as ações instituídas no estado sul-rio-grandense, é o estudo sobre o capitalismo em formação.

Para Milton Santos, a modernização e o avanço do capitalismo estão relacionados com o aperfeiçoamento de novas técnicas (SANTOS, 2014). Esta questão pode ser orientada à interpretação do mundo agrícola, ao passo que se imagina o Rio Grande do Sul, por exemplo

como um estado que por diversos períodos da história nacional caracterizou-se pela exímia produção extrativista, pecuarista e agrícola.

De acordo com Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva no texto “*Região e História Agrária*”, não se pode fazer uma história agrária a partir do âmbito nacional, deve-se buscar afirmação, no entanto, no aspecto regional (LINHARES; SILVA, 1995). Mais do que a região de delimitação desta pesquisa, o norte do Rio Grande do Sul se refere à um espaço que possui em comum uma mesma característica socioeconômica, por exemplo, um espaço que partilha da mesma organização.

Assim, entende-se que o conceito de região possui “[...] utilização mais funcional e dinâmica, desvelando, na prática, os mecanismos de constituição do caráter regional de um espaço geográfico” (LINHARES; SILVA, 1995, p. 24). A característica de uma região pode ser definida utilizando os critérios da posse da terra, da produção, da estrutura fundiária, de uma política socioeconômica, de uma estrutura de trabalho, etc.

Assim, o regional é muito mais do que um espaço físico, é um conjunto de relações estruturadas em torno de identidades particulares. O enfoque regional oferece novas óticas às análises nacionais, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história a partir da ótica que desvela o específico, o próprio, o particular – movimentos sociais, ação do Estado, atividades econômicas, identidade cultural etc. – nas suas múltiplas relações com o geral (RECKZIEGEL, 1999).

O conceito de região aqui contextualizado faz referência ao espaço em comum marcado pelas territorializações promovidas pelo Estado através da Comissão de Terras e Colonização no que se diz respeito à propriedade da terra e os investimentos na colonização ao norte do Estado. Ou seja, uma região que experenciou um projeto conjunto de governo relacionado à ocupação e territorialização do espaço.

Deste modo, a pesquisa utiliza como recorte a região norte do Rio Grande do Sul, no entanto, não toda a região, emprega-se como delimitador a atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, logo, o espaço de ação deste estudo se tornar a região, dentro do norte do estado, em que a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo esteve atuando no período de 1930-1945.

Durante o século XIX a produção agropecuária estadual estava vinculada principalmente ao charque. O sul do estado foi o principal motor da economia sul-rio-grandense neste período através da pecuária extensiva. As características do mundo agrícola neste período estavam baseadas no latifúndio e na mão-de-obra escrava, como afirma Ronaldo Herrlein Jr. “[...] As charqueadas marcaram o panorama econômico do Rio Grande do Sul, tornando-se o

novo centro reitor da pecuária extensiva [...]” (HERRLEIN JR., 2004, p. 178).

Para o autor, a estruturação da economia sul-rio-grandense configurou-se em:

[...] um sistema econômico pecuário-charqueador, constituindo uma economia regional subsidiária em seu papel de atendimento à demanda nacional de charque, porém relativamente auto-suficiente no provimento da maior parte dos recursos necessários à sua reprodução. As atividades econômicas para exportação e o latifúndio marcaram apenas uma parte da economia regional, porém sem a mesma densidade econômica e demográfica das plantations ou das atividades de extração mineral. Na grande propriedade fundiária, a pecuária conformou-se como atividade mercantil não-escravista e com uma forma de inserção parcial no mercado, através das charqueadas escravistas, ambas atividades econômicas com restrita capacidade de transformação e diferenciação (HERRLEIN JR., 2004, p. 178-179).

No entanto a constituição do mundo agrícola não se estabeleceu somente nestes moldes e nesta região. Ao final do século XIX e início do século XX, as transformações ocorreram no setor agrário sul-rio-grandense, a partir da imigração. Essa influenciou diretamente o uso da terra e o mundo agrícola do estado. Como entende-se:

No século XIX, as necessidades de ocupação e povoamento do território continuaram determinando a imigração para o Rio Grande do Sul, redundando no estabelecimento de um segundo sistema econômico, a agropecuária das colônias de imigrantes europeus, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar (HERRLEIN JR., 2004, p. 179).

A massa de imigrantes que chegaram ao Brasil foi consideravelmente alta, cerca de 3,8 milhões, de acordo com Boris Fausto (1995), entre eles se encontravam italianos, alemães, japoneses, espanhóis e portugueses. Os italianos foram o grupo que mais imigrou para o Brasil, cerca de 35,5%, e a região Sul e Centro-Sul foram as que mais receberam esses estrangeiros.

O estado passou a desenvolver os incentivos necessários para promover a vinda dos imigrantes, a ocupação e exploração de terras e, conseqüentemente, a diversificação econômica visando o fortalecimento do mercado interno. Também, o processo imigratório no sul do estado, assim como no norte, ocorreu a partir do interesse de formar pequenos proprietários em contrapartida ao trabalho nas fazendas de gado, pois o charque, principal produto que sustentava a economia sul-rio-grandense, começou a sofrer com a crise, como diz Fonseca:

É inegável que entre 1890 e 1930 houve alguns períodos de euforia, mas o que se constata é a queda da participação do charque no valor das exportações, que de 30,3% em 1890, ao longo dos anos 20 só uma vez chegou a mais de 20%, e em 1928 perfez apenas 16,7%. Mesmo assim, foi o charque o primeiro produto em valor das exportações durante a República Velha - com exceção dos últimos anos, quando

perderá para a banha (FONSECA, 1985, p. 266).

Assim, no contexto em que a crise diminuía a força do charque na economia do Rio Grande do Sul, o estado propunha uma diversificação agrícola para fortalece-la baseada na policultura, ao passo que entende-se que “[...] o governo deve ter presente que a policultura será a saída para a economia gaúcha; não é a industrialização, mas a diversificação dentro do setor primário que se apresenta como solução [...]” (FONSECA, 1985, p. 269).

Ao se estabelecer no estado, esses imigrantes ajudaram a moldar uma nova frente econômica, assim como, um diferente tipo de sistema agrário do que havia no sul do estado. No norte do Rio Grande do Sul estabeleceu-se a agropecuária colonial das frentes imigrantes que se organizaram na região. Pode-se compreender esse processo, na obra “*O banquete dos ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)*”, onde Helen Ortiz diz que:

No Rio Grande do Sul, a retomada da colonização colonial-camponesa contribuiu para modificar significativamente o espaço e a sociedade locais. Instalados nas várias colônias – públicas e particulares – que foram se formando, os novos moradores participavam de uma economia que se contrapunha à dominante, representada pela produção latifundiária pastoril-charqueadora, ainda dominada pela escravidão. As propriedades coloniais camponesas eram pequenas, apoiadas no trabalho familiar e destinadas à policultura (ORTIZ, 2006, p. 67).

No entanto, estes imigrantes e colonos que se estabeleceram no norte do estado e se organizaram a partir da pequena propriedade não produziam apenas para sua subsistência. A produção dessas colônias era destinada ao mercado interno, e se justifica pelo fato de que “Os colonos deviam necessariamente produzir excedentes monetizáveis para fazer frente à dívida colonial, do contrário, perdiam os lotes. A seguir, eram obrigados a pagar os impostos coloniais” (MAESTRI, 2005, p. 49).

Assim, o processo imigratório foi decorrência de um projeto de governo que, a partir do ideal pretendido pelo governo, de uma necessidade de ocupação, através do pensamento de racionalização capitalista, da região e da mão de obra para a produção agrícola destinada ao mercado interno, proporcionou a vinda e o estabelecimento tanto de estrangeiros e descendentes, quanto grupos que migravam de outras regiões. Esta ocupação pelos colonos imigrantes estava sustentada no ideal de que a ocupação valorizaria o preço da terra, visto que estes imigrantes trabalhavam para sua subsistência e, também, destinavam produção ao mercado interno, movimentando a lógica capitalista.

De acordo com Zarth compreende-se que além da lógica capitalista, o ideal para a

vinda de imigrantes para as colônias no norte do estado, justificava-se também, através do que menciona:

Outro aspecto importante considerado pelas autoridades locais para justificar a necessidade de imigrantes, e que também se relaciona com a política de valorização de terras, é o isolamento da região. A colonização se fazia necessária para amenizar o relativo isolamento regional (ZARTH, 1997, p.58).

Além do isolamento da região, os grupos que já viviam neste território, e que eram considerados inferiores e não se encaixavam nos padrões de uma racionalização capitalista eram, assim, rejeitados. De acordo com Nunes e Schmitz, na obra *“Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira: atuação nos toldos indígenas sob suas jurisdições”* verifica-se que a exclusão de caboclos e indígenas no processo referente à propriedade da terra fazia parte do interesse do governo de agir sobre a colonização que intensificou-se nos anos finais do século XIX e início do século XX, como mencionam:

Esse movimento que acabou por levar os índios cada vez mais para dentro das matas fechadas se deu principalmente pela visão que o estado possuía das terras. As áreas que não possuíam um título comprobatório de propriedade seriam pertencentes ao estado (no caso, o Rio Grande do Sul), e por isso, ele poderia dispor delas como bem entendesse. A questão é que indígenas (e caboclos também), apesar de ocuparem suas terras por longa data, não possuíam um papel lhes conferindo a propriedade das mesmas; isso fez com que mesmo habitadas, essas terras fossem consideradas devolutas, e assim, disponíveis para o uso no projeto de colonização, e que seus ocupantes antigos passassem a serem reconhecidos como intrusos frente aos colonos que, por meio da compra possuíam um título de propriedade legal sobre a terra ocupada. Afinal, sem o documento sobre a área que ocupavam, índios e caboclos foram sendo cada vez mais pressionados pela colonização oficial, sendo expulsos das terras que ocupavam (NUNES; SCHMITZ, 2018, p. 8).

A partir deste processo observa-se como a capitalização da terra ocorria, pois durante os anos de 1889 e 1930 houve a expansão dos projetos de colonização e de formação do colonato e do pequeno proprietário, estruturando as bases do capitalismo, momento em que o Estado ficou dependente da economia nacional, como expõe Machado:

No Brasil, o período de 1889 a 1930 caracterizou-se pela constituição de uma agricultura mercantil de alimentos e de matérias primas destinadas ao abastecimento do mercado pelas indústrias de bens de consumo que iam se instalando no país. Nesse período, diante da conjuntura socioeconômica, ocorreu a expansão dos projetos de colonização e de formação do colono pequeno proprietário. Nesse quadro da República Velha, no Rio Grande do Sul estruturaram-se as bases para o desenvolvimento do capitalismo, ficando o Estado numa situação de dependência da economia nacional. A potencialidade para o desenvolvimento do capitalismo encontrava-se nas regiões caracterizadas pela agricultura em pequenas propriedades, pois nestas a capitalização era incipiente (MACHADO, 2012, p. 87).

Estas questões expostas, sobre o incentivo à colonização visando o desenvolvimento

de uma ótica capitalista e de uma produção ao mercado intero, também esta interligada com a visão positivista adotada pela administração pública no Rio Grande do Sul durante o período anterior à 1930. De acordo com Caron e Tedesco “[...] o positivismo adotou no Brasil – e mais especificamente no Rio Grande do Sul – uma fisionomia *progressista* que se fez presente em ideais abolicionistas, de industrialização, no federalismo, etc” (CARON; TEDESCO, 2012, p. 222).

Neste sentido, a adoção de ideais compreendidos como modernizadores e de progresso, de investimento na colonização de imigrantes visando um melhor desempenho no mundo rural, por exemplo, e reverberizando economicamente no mercado interno, era uma das preocupações do governo positivista durante o período, pois “[...]o imigrante era visto como o elemento civilizador, que faria a modernização do campo, implantando técnicas modernas na agricultura tradicional” (CARON; TEDESCO, 2012, p. 226).

Entende-se a importância dada ao mundo agrícola no período através da ótica de que a agricultura era de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico, pois, de acordo com Antônio Barros de Castro, na obra “*7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*”:

A geração de um excedente de alimentos e matérias-primas constitui, na realidade, pré-condição mínima para a ocorrência do desenvolvimento econômico, ou seja, somente quando a população trabalhando na agricultura consegue produzir além de suas necessidades, torna-se possível a uma comunidade (com seus próprios recursos) iniciar um processo de diferenciação de atividades e promover o surgimento da vida urbana (CASTRO, 1988, p. 96).

Foi, então, a partir da concepção e importância dada à agricultura durante o processo de imigração, valorização da terra e incentivos à colonização da propriedade da terra que se configurou durante os anos posteriores, o governo Vargas, o avanço econômico e industrial proporcionados, entre outros fatores, pelos incentivos ligados ao mundo agrícola.

Para entender como este processo ligado à ocupação da terra, à produção agropecuária que se caracterizou ao norte do estado, o avanço de um sistema capitalista e, posteriormente, à influência de um projeto desenvolvimentista repercutiram na atuação da Comissão de Terras, necessita-se voltar para 1850 quando ocorre a Lei de Terras e, então, compreender o impacto que essa gerou no mundo agrícola.

A Lei de Terras de 1850 foi instaurada para administrar e organizar as terras públicas, tanto no processo de apropriação quanto no de colonização. A Lei de Terras foi uma das bases pelas quais o Estado legitimaria a propriedade da terra e separaria as esferas públicas da privada.

A Lei, no entanto, não levava em conta as especificidades e interesses regionais. Neste

momento surgiu a modernização da propriedade fundiária, fundamentando os elementos do antigo regime com novas necessidades conjunturais que levaram o Estado a uma nova relação com a sociedade (MACHADO, 2012).

Assim, é a partir de 1850 que se diferencia posse de proprietário, estabelecendo que a compra fosse o único meio de aquisição de terras. Para a posse ser reconhecida ela deveria ser fruto de ocupação pacífica e, principalmente, ser efetivamente habitada e cultivada pelo posseiro. A propriedade seria o poder de direito e a posse o poder de fato, assim, a posse é essencial para o sujeito adquirir a propriedade (MACHADO, 2012).

E é nesse contexto que a Comissão de Terras surge. Após a Proclamação da República, o primeiro presidente do Estado do Rio Grande do Sul foi Júlio de Castilhos, pelo Partido Republicano Rio-Grandense. A partir de um ideal positivista, ele defendia a introdução das terras devolutas no processo de colonização. Partindo de seu ideal político, propunha que:

Os republicanos instalavam uma nova ordem para o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul, congregando antigas e novas forças sociais ligadas ao desenvolvimento da agricultura, pecuária, comércio e indústria. Portanto, com base nas diretrizes da nova ordem, objetivaram-se a diversificação econômica promovendo a proliferação da livre empresa, a acumulação baseada no trabalho assalariado, a introdução de novas técnicas, a valorização do preço da terra, a diversificação da produção, abertura de novos mercados e o crescimento da pequena propriedade (MACHADO, 2012, p. 88).

A sucessão de Júlio de Castilhos ocorre em 1898, quando Borges de Medeiros assume a presidência do estado. Seu papel como presidente foi o de estabilizar os projetos e propostas do governo anterior. O trabalho do governo castilhista-borgista esteve diretamente ligado ao papel da terra, pois era o princípio do processo de capitalização.

Dessa forma, através da necessidade de uma reorganização da terra e da sua produção, criou-se em 1876, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, no Rio de Janeiro. A ramificação deste aparato no Rio Grande do Sul encontrava-se em Porto Alegre, a Inspetoria Especial de Terras e Colonização, essa, subdividida nas Diretorias de Comissão de Terras. Como a administração das terras era do estado, quem comandava as Diretorias era a Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O processo de constituição de uma organização que intercede as políticas voltadas ao mundo agrícola, fez com que, em 1908, a primeira Comissão de Terras do norte do estado fosse instaurada em Erechim.

Torna-se importante observar que, desde a República Velha, a terra possuiu um papel importante na economia do estado do Rio Grande do Sul, e era entendida como base da

expansão econômica (MACHADO, 2012), ocorrendo então, capitalização do processo ligado à terra, sua ocupação e produção. Os interesses econômicos e capitalistas também se deram a partir da organização destas propriedades que se estabeleceram ao norte do estado. Para Herrlein Jr.:

A contribuição da agropecuária colonial ao crescimento da produção estadual deu-se pela ampliação da produtividade e pelo aumento da área cultivada, avançando sobre a fronteira agrícola regional em expansão, deslocando-se para o norte e o noroeste do território estadual, que passava a ser ocupado por novos colonos e pela descendência daqueles já estabelecidos nas colônias antigas (HERRLEIN JR., 2004, p. 180).

As produções nos núcleos coloniais ao norte, de agropecuária colonial, voltaram-se também à policultura através dos incentivos e investimentos do governo do estado nestes locais. Os imigrantes que se estabeleceram na região, tanto no período tratado, quanto os que vieram a partir das ondas imigratórias dos últimos vinte anos do século XIX, assim como os demais grupos presentes ao norte do estado, auxiliaram, portanto, na ampliação do mercado consumidor.

Pode-se compreender de que modo ocorreu as ações do estado sobre as companhias colonizadoras e sobre a formação das pequenas propriedades no que expõe Zarth: “O comércio de terras desenvolvia-se através das companhias colonizadoras, que compravam grandes áreas de terras de um fazendeiro que as havia monopolizado anteriormente e as negociava com os colonos em pequenos lotes” (ZARTH, 1997, p. 61).

Deste modo, juntamente com os incentivos ao comércio de terras e de formação da pequena propriedade pelos colonos imigrantes, o estado também passou a investir na industrialização e nos aspectos ligados a esta que contribuisse para um fortalecimento do mercado interno.

O Rio Grande do Sul como sendo um dos principais estados durante a República Velha, ao lado de São Paulo e Minas Gerais, vivenciou o processo de industrialização e de aprimoramento da agricultura. A esse respeito, Heloísa Jochims Reichel, no texto “*A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha*” diz que “o desenvolvimento industrial gaúcho se caracterizou por incrementar uma produção voltada para atender a expansão do mercado interno” (REICHEL, 1979, p. 255).

No delinear de uma produção agrícola, foi sendo desenvolvida no estado a industrialização de modo vagaroso. A indústria no Rio Grande do Sul, segundo Reichel “[...] se apresentava formada por pequenas empresas com baixo volume de capital investido, o que permite concluir pelo seu baixo nível tecnológico e pela sua estrutura quase artesanal” (REICHEL, 1979, P. 257).

Assim, observa-se que, apesar de um início industrial, não havia grandes investimentos em aparatos tecnológicos para ascensão da industrialização, no entanto, utilizando da produção de diferentes excedentes agropecuários o estado passou a delinear o seu avanço industrial, como observa a autora:

[...] Rio Grande do Sul, mesmo apresentando uma estrutura industrial muito próxima do artesanato ocupou lugar de destaque no conjunto da economia nacional, desenvolvendo setores que aproveitavam suas riquezas agro-pecuárias como a lã, para fabricação de tecidos, as frutas, para a de conservas e bebidas, o fumo para a de cigarros e charutos e o couro, para a de calçados (REICHEL, 1979, p. 260).

Nesse sentido, Luiz Fernando Mazzini Fontoura em *“Agricultura da Associação à Modernização”* diz que foram diferentes os incentivos que no período anterior à 1930 o governo do estado realizou. Em suas palavras: “Quando presidente do estado, ainda que por dois anos, (1928-30), Vargas estimulou a produção de trigo e arroz, dando, assim, os primeiros passos da lavoura mecanizada sob orientação do Estado, fato este ampliado quando chegou à presidência da República” (FONTOURA, 2007, p. 117). Sendo assim, ainda pode-se acrescentar que:

O Censo de 1920 reflete esta reorientação da economia gaúcha, que deixa de ser exclusivamente pecuária, como fora no Império: o Rio Grande do Sul aparece como o primeiro produtor de batata-inglesa (42,9% da produção brasileira), de mel (52,9%) e de trigo (86,2%). E o segundo produtor de fumo (19,7%) e mandioca (17,2%). O terceiro em arroz (13,6%), feijão (16,7%), mate (10%) e milho (23%) (FONSECA, 1985, p. 71).

A capitalização do processo de produção no mundo agrícola no norte do estado fez parte de um decurso de estimulação das manufaturas e, conseqüentemente, das indústrias que se instalaram posteriormente. O início do processo de desenvolvimento do mundo agrícola iniciou-se a partir de incentivo do governo de Getúlio Vargas, no período em que foi presidente do estado. Os incentivos dizem respeito ao aspecto de proteção da lavoura, impulso à mecanização, estimulação de associações entre produtores, como se pode ver seu governo propôs “[...] a união dos produtores pelo cooperativismo e sua sindicalização, promovendo meios ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos transportes e ao crédito rural” (FONTOURA, 2007, p. 118).

Estes mecanismos de desenvolvimento de mundo agrícola tornaram-se mais cada vez mais acentuados a partir de 1930, quando Vargas assume a presidência da República. Tanto o desenvolvimento agrícola quanto o industrial do Rio Grande do Sul refletem o avanço capitalista no estado e retratam o projeto desenvolvimentista do governo Vargas, apoiado na modernização, intervenção e no nacionalismo.

Deste modo, compreende-se que a economia do Rio Grande do Sul no período passou por um processo de transição, da estrutura fundiária e agropecuária. Percebe-se a mudança de um estado com uma pecuária extensiva, para a subdivisão ao norte de uma agropecuária colonial, a diferenciação de novos excedentes vinculados à demanda do mercado interno, a formação da pequena propriedade, o início de uma indústria sul-rio-grandense. Esses processos resultaram em uma transição capitalista do Rio Grande do Sul, marcada pela mercantilização da propriedade da terra, mudança essa, que ganharia a força necessária e as políticas centralizadoras para alavancar sua produção durante a Era Vargas.

Enfim, o processo de transformação do mundo agrícola da República Velha à Era Vargas e as políticas destinadas à produção agrícola se modificaram conforme a transição do governo. Durante a República Velha, o mundo agrícola estava envolto em uma economia agrário-exportadora, em que o principal excedente produzido era o café, feito desenvolvido através de empréstimos adquiridos no exterior em decorrência do poder dado aos estados através de uma ideologia liberal e da república federalista.

Nesse contexto, o mundo agrícola no Rio Grande do Sul, no entanto, se caracterizava até a Era Vargas pela produção do charque na metade sul do estado. Através da grande propriedade e do trabalho escravo, as charqueadas destinavam-se ao mercado interno brasileiro. No entanto, no final do século XIX e primeiros anos do século XX, os incentivos à imigração fizeram com que principalmente o norte do Rio Grande do Sul fosse a região de destino destes estrangeiros, já que houve estímulo à colonização de novos espaços. Deu-se, assim, o avanço da fronteira agrária no norte do estado, através do encorajamento desenvolvido pela Comissão de Terras de ocupar e legislar sobre as terras existentes.

Sobre a propriedade da terra no Rio Grande do Sul durante a República Velha compreende-se o que Machado expõe:

A emergência da pequena propriedade no norte do Rio Grande do Sul, correspondendo à terceira e última fase das migrações internas a partir de 1890. Assim, o problema da terra torna-se mais complexo, pois às questões relativas à má distribuição, à má medição e à legitimação de lotes soma-se a escassez de terras férteis devolutas na área primeiramente destinada à colonização. Portanto, as questões de demarcação de propriedade, de sujeição de todos os títulos de propriedade, de disputas de terras e de arrendamento que caracterizam o sistema rural brasileiro e rio-grandense no último quartel do século XIX chegam à República no contexto das migrações internas e da busca de novas frentes de colonização, promovendo o aprofundamento das questões de ocupação e gerando conflitos pela disputa de terras, questões comuns tanto nas áreas próximas aos latifúndios, na fronteira quanto nas zonas de colonização determinadas pelo governo (MACHADO, 2009, p. 58).

A ocupação de novas terras ocorreu tanto pelos imigrantes quanto pelos fazendeiros e empresários, isso ocorreu devido à expansão das colônias e da exploração da região, alavancando o mercado de terras no Rio Grande do Sul, principalmente ao norte. A expansão ocorreu também com a agricultura a partir de 1890, como expõe Tedesco e Sander:

Os imigrantes, com suas famílias, pelo incentivo dado à produção de alimentos, à aquisição de terras, à possibilidade, ainda que precária, de escoamento do produto até os espaços de consumo, os solos de mata muito férteis, dentre outras razões, desenvolveram a agricultura regional (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 77-78).

Assim, estabeleceu-se nesta parte do estado um regime baseado na pequena propriedade, na agricultura baseada na mão de obra familiar, utilizando, assim, os recursos naturais. Essa produção direcionava-se tanto aos colonos, subsistência, quanto voltada ao mercado interno, como passou a ocorrer no final da República Velha e início da Era Vargas. Ao passo que a transformação econômica do estado ocorria, nota-se o processo de capitalização da propriedade da terra.

Os colonos deveriam produzir para o mercado interno e pagar a dívida colonial que instituíram com o governo ao formarem sua propriedade no norte do estado. Conforme a produção de excedentes ocorria, as indústrias foram se formando na região e alavancando a economia regional e a produção agrícola no estado.

Entre o início do século XX e a Era Vargas, assim, o processo envolvendo o estabelecimento de imigrantes nas pequenas propriedades e de modificação da agricultura passou a se diferenciar, como observa Tedesco e Sander:

Esse processo foi, aos poucos, perdendo espaço para uma outra forma de organização produtiva e relacional em geral. O esgotamento dos solos, a necessidade de fragmentar a unidade (seja por herança, seja pela saída de membros da família), a pequena porção de terra, o baixo preço dos produtos agrícolas, pressões por tornar a atividade rural uma atividade empresarial com o uso intensivo de máquinas e de produtos comercializáveis vincularam o agricultor não mais só ao comerciante (agora urbano), mas ao banco, às cooperativas, as agroindústrias, ao urbano em geral (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 79).

As companhias privadas também possuíram seu papel na formação e colonização dos espaços no norte do Rio Grande do Sul, através de incentivos como construções de ferrovias, que possuíam o importante papel de “[...] dinamismo aos processos de ocupação e valorização de terras” (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 83).

Assim, através da contextualização do processo de ocupação e formação da pequena

propriedade no norte do RS e observado como o mundo agrícola no Rio Grande do Sul estava estruturado o capítulo seguinte propõe a discussão da atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo no mundo agrícola do norte do RS. O capítulo disserta, através da análise das fontes, a repercussão da política desenvolvimentista do governo Vargas na atuação da Comissão, considerando as questões referentes à propriedade da terra, sua ocupação, manutenção e capitalização.

2 A COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE PASSO FUNDO E A PROPRIEDADE DA TERRA

A par das Constituições de 1934 e 1937 dado o projeto socioeconômico durante o governo Vargas, em âmbito nacional, e, em como esta reverberou no mundo agrícola, neste capítulo, busca-se analisar a repercussão da política desenvolvimentista do governo Vargas referente à propriedade da terra, através da atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, vinculada à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul (SAICE/RS)², no norte sul-rio-grandense, no período de 1930 a 1945.

2.1 A atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo sobre a propriedade da terra

As documentações analisadas nesta seção se referem aos: títulos de propriedade; guias de recolhimento da dívida colonial; requerimentos de concessões de lotes; cadernos de informações; cadernos de despesas e arrecadações e ofícios. Nestas se pode verificar como ocorria o processo de compra das propriedades rurais no norte do Rio Grande do Sul, os valores médios estabelecidos, o tamanho das propriedades formadas, as regiões de abrangência e as orientações para os colonos se estabelecerem nestes lotes rurais. Procura-se compreender, através da análise das fontes, o processo de organização da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo para a concretização destas propriedades rurais no norte do estado.

Primeiramente, entende-se que o aumento da população no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX fez com que o estado precisasse intervir no processo de apropriação e legitimação de novas terras. Para isso, dedicou-se a gerenciar a ocupação ao norte do RS, principalmente através das companhias de loteamentos. Em relação à essa questão,

² A SAICE foi criada pelo Decreto Estadual 5.970, em 26 de junho de 1935, no governo de José Antonio Flores da Cunha (1930- 1937).

observa-se nas tabelas abaixo (1 e 2) a movimentação de imigrantes no estado no ano de 1910:

Tabela 1- Movimento Imigratório no Rio Grande do Sul (1910) – Meses e Portos

Meses	Portos	Meses	Portos
Janeiro	104	Julho	131
Fevereiro	142	Agosto	92
Março	91	Setembro	112
Abril	90	Outubro	111
Maió	81	Novembro	179
Junho	119	Dezembro	221

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatísticas v. 1-3, 1916-1927. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Elaboração da autora.

O que se observa é a movimentação nos portos no Rio Grande do Sul no ano de 1910 relacionada à vinda de imigrantes e, conseqüentemente, o aumento populacional no estado. Nesta outra tabela, podem-se verificar as nacionalidades que mais imigraram para o Rio Grande do Sul:

Tabela 2- Movimento Imigratório Rio Grande do Sul (1910) – nacionalidade e portos

Nacionalidade	Portos
Alemães	368
Franceses	33
Espanhóis	151
Ingleses	62
Italianos	232
Portugueses	265
Total	1.111

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatísticas v. 1-3, 1916-1927. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Elaboração da autora.

Esses dados expressam à movimentação migratória de várias nacionalidades que mais imigraram para o Rio Grande do Sul no início do século XX, demonstrando apenas o ano de 1910 já se pode expressar uma média destes deslocamentos. Assim, entre o final do século XIX e início do século XX, a população do Rio Grande do Sul cresceu cerca de 0,125%, isso, entre os anos de 1872 e 1912, de acordo com o censo populacional disponível pelo IBGE.

O aumento da população no Rio Grande do Sul pode ser observado também através da divisão municipal, principalmente analisando o norte do estado, pois, as colônias ao norte, resultantes da crescente migração para a região, repercutiram em uma nova divisão entre os

municípios, como demonstra o mapa 1:



Mapa 1- Divisão Municipal do RS - 1872

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Acesso em: 05 jul. 2020.

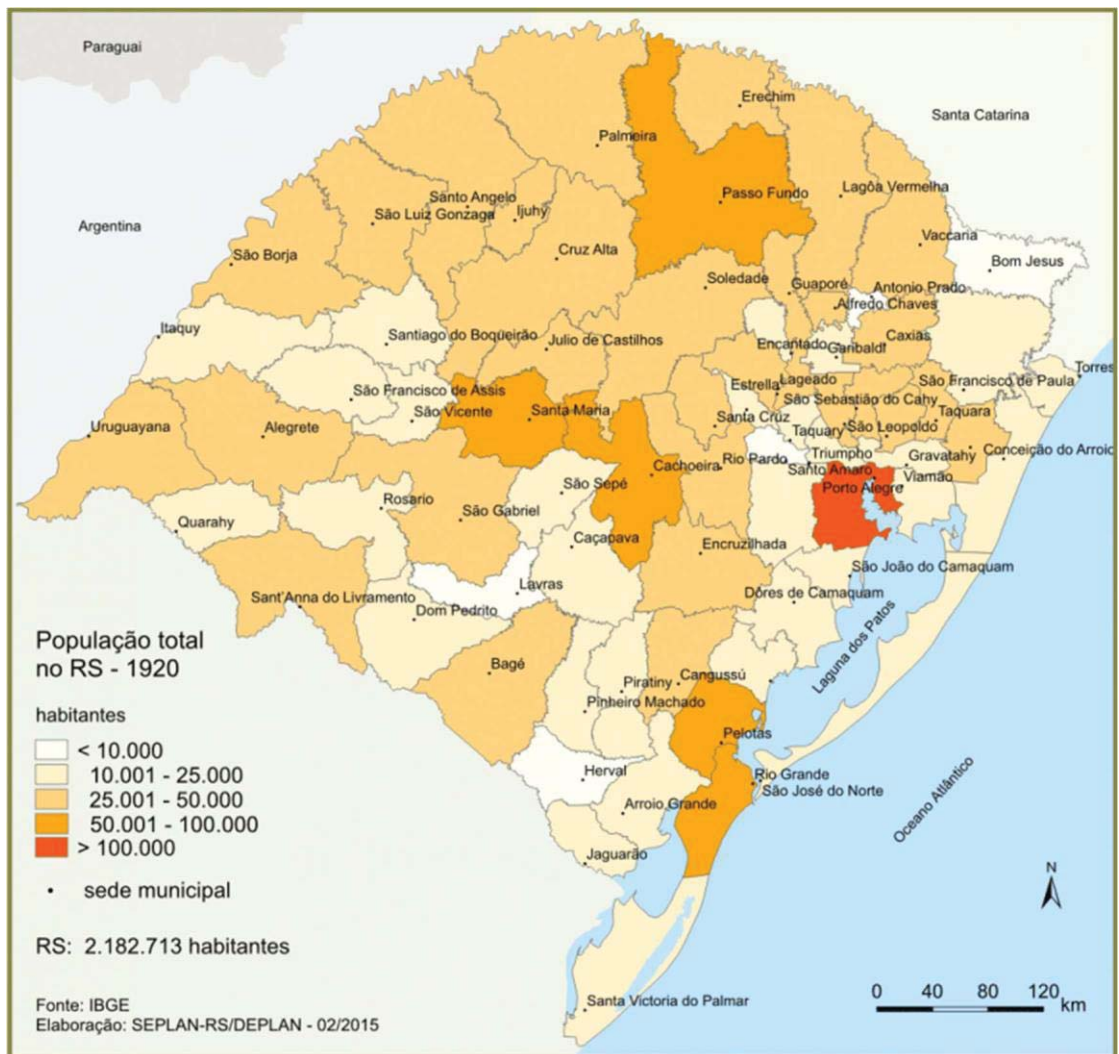
No mapa acima se verifica os municípios ao norte com suas vastas extensões, abrangendo uma região muito superior ao que há atualmente, totalizando 28 municípios. No mapa 2, entretanto, pode-se notar que as regiões estavam muito mais subdivididas, como se observa:



Mapa 2- Divisão Municipal do RS - 1900

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Acesso em: 05 jul. 2020.

Neste mapa, conquanto, já se nota um aumento no número de municípios, 66 no total, e o norte do estado com uma maior subdivisão de municípios. Neste mesmo período, de 1872 – 1912, de acordo com os mesmos dados disponíveis pelo IBGE, a população do Rio Grande do Sul era cerca de 1.149.070 habitantes, já em 1920, o estado contava com 2.182.713 habitantes. Pode-se verificar com maior clareza o aumento populacional no estado a partir do mapa 3, de 1920:



Mapa 3- População Total no RS em 1920

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Acesso em: 05 jul. 2020.

Deste modo, verifica-se um crescente aumento populacional no Estado e, assim, a necessidade desse de alocar a população através da apropriação e legitimação de terras, pois de acordo com Nora:

A partir de 1892, o governo federal, em virtude da presença de significativo número de imigrantes estrangeiros, planejou desenvolver a agricultura e carrear mão-de-obra especializada para a incipiente indústria brasileira, tudo com o apoio de proprietários particulares, companhias de colonização e bancos de incentivo (NORA, 2002, p. 36).

Assim, percebe-se que o mecanismo encontrado pelo Estado para realizar a apropriação e todos os processos ligados à posse de terras no norte do Rio Grande do Sul, e às localidades que estavam crescendo demograficamente e economicamente, envolvendo, tanto os imigrantes que chegavam ao estado, quanto os demais habitantes que aqui estavam, foi a criação das

Comissões de Terras e Colonização.

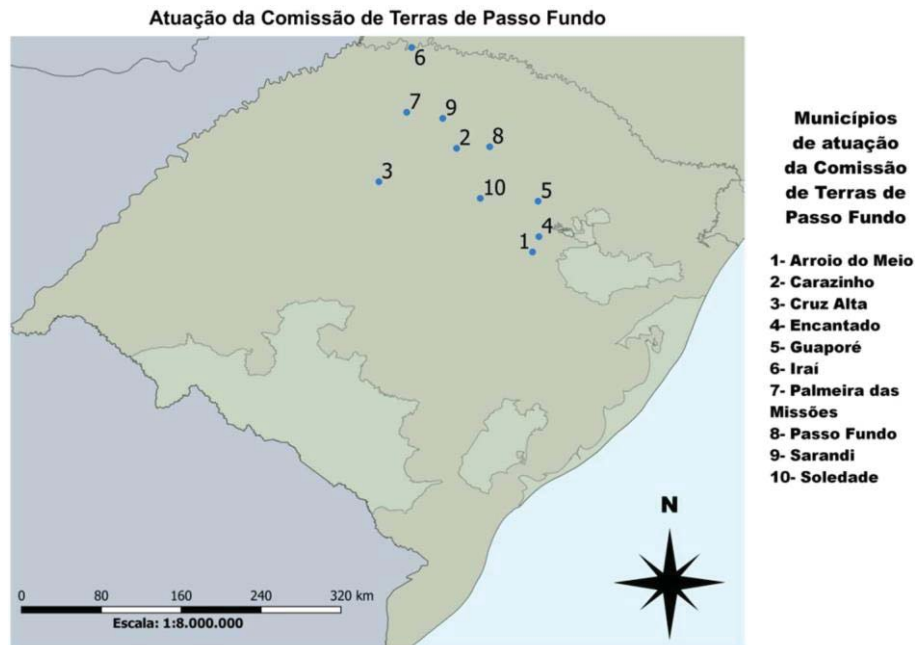
Para entender o modo como foi repercutida a política desenvolvimentista, através da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, precisa-se compreender como essa estava estruturada, entendendo assim, sua atuação acerca da propriedade da terra. A Comissão de Terras e Colonização foi reconhecida no decreto de 5 de março de 1887 da Constituição Estadual elaborada por Júlio de Castilhos. O programa principal da Comissão foi levado adiante durante o governo sucessor, de Borges de Medeiros, que preferenciou a legitimação de terras e recolhimento de impostos.

A Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo fez parte da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria do Estado dos Negócios e Obras Públicas². Criada em 1907, a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo tinha o objetivo de gerenciar as terras públicas do estado, tanto no processo de apropriação quanto de capitalização da terra. Deste modo, a colonização do norte do estado foi administrada pela atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Assim, tanto a Comissão de Passo Fundo quanto as demais no Rio Grande do Sul realizavam o trabalho de discriminação de terras, verificação e medição de lotes para novos proprietários, recebimento da dívida colonial, além de trabalhar na edificação de estradas e no aparelhamento necessário para construções substanciais para a modernização da produção agrícola, principalmente.

A análise da atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo ocorre a partir da região norte, ou seja, os municípios que faziam parte do núcleo de ação envolvendo a propriedade da terra. No mapa a baixo, pode-se compreender e visualizar a localização dos municípios de atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo:

² A CTC na década de 1930 estava vinculada à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio (SAICE),

atualmente Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado (SAAE), criada pelo Decreto Estadual 5.970, em 26 de junho de 1935, no governo de José Antonio Flores da Cunha (1930-1937).



.Mapa 4- Atuação da Comissão de Terras de Passo Fundo.

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF). Elaboração da autora.

O mapa demonstra as dez localidades de atuação da Comissão de Passo Fundo após a nova organização dos municípios durante o início do século XX, como se verificou no mapa 2, na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul. A sede da Comissão se localizava em Passo Fundo e, a partir da sua organização discriminando terras, títulos de propriedades, concessões de lotes, recolhimento da dívida colonial e atuação no que se refere à manutenção das atividades de conservação e manutenção, gerenciava as questões referentes à propriedade da terra nos municípios observados no mapa.

A atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo passou por algumas modificações ao longo de sua história. No ano de 1922, a Comissão foi extinta pelo decreto nº 2.728 e, no mesmo ano, foi reconstituída pelo decreto nº 2.915. Em 1929, a Comissão de Palmeira foi subordinada à de Passo Fundo através do decreto nº 4.337.

O processo que envolve a colonização de novas terras no norte do estado está envolto na transição que ocorreu sobre a propriedade da terra. Se anteriormente havia o intruso, na visão do estado, a posse da terra, a partir deste novo processo de colonização gerenciado pelas Comissões de Terras e Colonizações, agia-se capitalizando e tornando a terra mercadoria. Assim, se configurou novas relações territoriais entre os ocupantes e o papel da propriedade da terra no processo socioeconômico de desenvolvimento.

Da forma com que a Comissão de Terras estava sujeitada à Diretoria de Terras e Colonização, se torna evidente o modo como ocorria as relações entre esses dois órgãos. Agindo paralelamente nos processos acerca da terra, sua organização, a partir de um viés principal, se tornava importante para estabelecer a ordem e a coerência de suas ações.

Observa-se, na leitura de Jacomelli, o papel do Estado no procedimento de tutor da propriedade da terra durante a criação das Comissões de Terras no início do século XX. Para a autora:

O Estado estava organizado de forma centralizadora. O controle do poder acontecia através de uma prática autoritária e pelos veios da ação paternal. As tramitações pertinentes à terra, por exemplo, não se constituíam em simples procedimentos de compra e venda, mas implícita estava concepção de um Estado paternal, visto que os indivíduos solicitavam a concessão do Estado e deste esperavam a obtenção do benefício (JACOMELLI, 2004, p. 47).

Neste sentido, esta compreensão do papel administrado pelo Estado em relação à atuação da Comissão se torna fundamental, pois todas as documentações analisadas possuem este direcionamento: pedidos ou respostas de requisições feitas ao Estado, esse envolvendo e centralizando todas as ações ligadas à posse da terra, dependendo, assim, de sua autorização e efetivação para serem formalizadas. Na concepção do Partido Republicano Riograndense, um Estado centralizador servia para “[...] defender os interesses do povo gaúcho” (JACOMELLI, 2004, p, 48).

Durante a República Velha, o Estado e seu papel de tutor ficaram caracterizados através do clientelismo como sendo “[...] um mecanismo incorporado nas instituições formais por meio da operação de um sistema político que beneficiava os grupos locais e estaduais vinculados ao partido no poder, observando a lógica hierárquica instituída” (JACOMELLI, 2004, p. 52).

Durante a Era Vargas também nota-se o Estado e suas práticas-políticas centralizadas, logo, a partir das documentações analisadas compreende-se como o Estado varguista, a partir da atuação da Comissão, repercutiu o projeto desenvolvimentista. Primeiramente, a colonização era um plano fundamental do governo estadual, no sentido de que, novos colonos ocupando novas terras implicavam em mão de obra e isso gerava mais força produtiva para o fortalecimento do mercado interno.

A Diretoria de Terras e Colonização, responsável pelas Comissões de Terras e, posteriormente, as Inspetorias de Terras, possuía um papel fundamental dentro do governo do estado e na efetivação da política desenvolvimentista do governo Vargas no mundo agrícola. Pode-se perceber como a prática ocorria através das atividades realizadas pela Diretoria como um todo no mundo agrícola.

As principais funções estabelecidas pela Diretoria de Terras e Colonização em relação ao mundo agrícola do norte do Rio Grande do Sul relacionavam-se à legitimação de terras. Nos relatórios analisados observou-se que entre o período de 1938-1942³, por exemplo, houve uma legitimação total no estado de 113.174,705m² de lotes rurais. Além disso, houve: expedição de títulos de legitimação; concessões de terras; expedição de títulos de propriedade; registro de terras na faixa das fronteiras; arrecadação da dívida colonial; serviço florestal; viação colonial; exploração das estradas de rodagem; proteção aos indígenas; desmatamento e destocamento; confecções de mapas e plantas sobre estudo do relevo; construção e conservação das estradas de rodagem.

A fonte abrange o período de 1938-1942, pois foi nesse que se concentraram a maior quantidade de registros referente à atuação sobre a propriedade da terra no Rio Grande do Sul. Pode-se interpretar este fator pela conjuntura do Estado Novo, que agiu intervindo no mundo agrícola do estado. Constatou-se que o Estado do Rio Grande do Sul investiu 1.378.296,00 Cr\$ em demarcações de lotes rurais, assim como, 83.877,00 Cr\$ em discriminação de terras em todo seu território durante o período citado.

Deste modo, através destas iniciativas que caracterizaram-se como o papel central da Diretoria de Terras e Colonização e que resultavam, por consequência, na atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, o projeto desenvolvimentista foi sendo concretizado. O estado, assim, se dispôs à auxiliar os colonos que se instalavam ao norte, assistindo com a mecanização da lavoura e do crédito rural.

Com isso, a força produtiva instalada nas propriedades incentivava a produção agrícola. Deste modo, colonizar implicava no pagamento de tributos pela propriedade da terra adquirida, evitando, assim, ocupações consideradas espontâneas. De acordo com Jacomelli “[...] a colonização oficial constituiu-se em instrumento eficaz: controlando, disciplinando, distribuindo a terra, os cargos e benefícios públicos em âmbito local [...]” (JACOMELLI, 2004, p. 11).

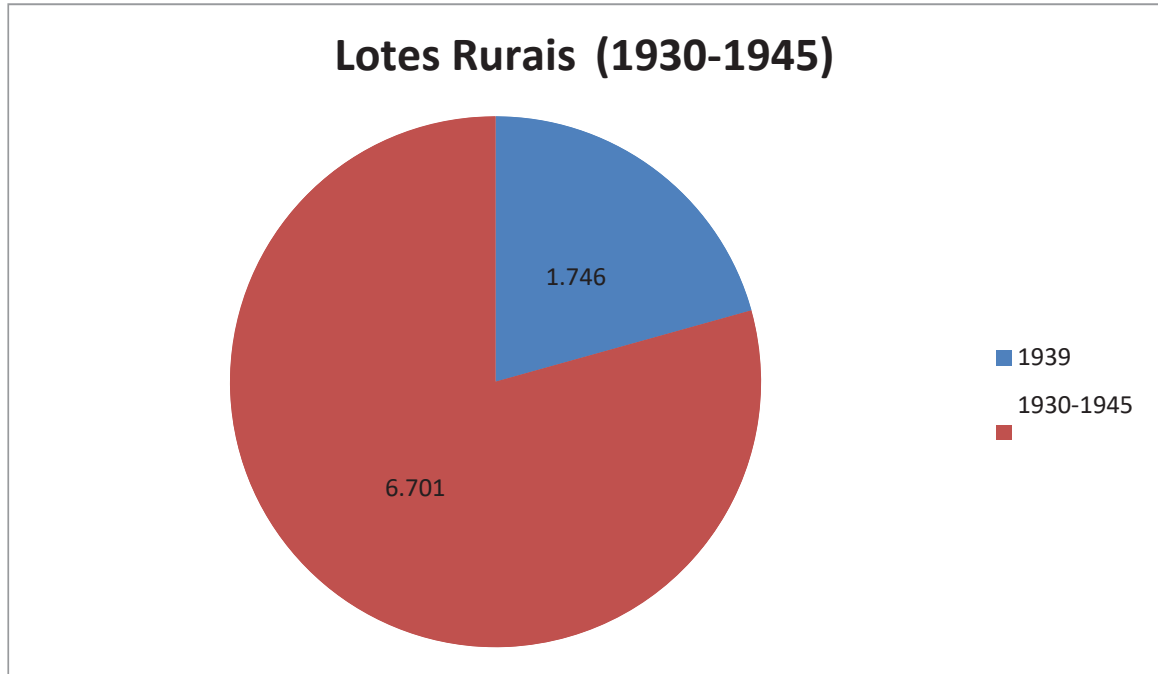
Compreendendo aqui a configuração da propriedade da terra como sendo dever do Estado protegê-la, a partir do momento que o Estado, durante a Era Vargas, agia como centralizador das ações referentes à propriedade da terra ele assumia o papel de tutor. Logo, os colonos, fazendeiros, empresários e imigrantes, ao comprarem e adquirirem os lotes de terra, subordinavam-se às regras pré-estabelecidas pelo Estado.

Destarte, através dos cadernos de informações analisou-se que durante o período de

³ Período de abrangência do Relatório realizado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

1930-1945 foram concedidos cerca de 8.446 lotes rurais pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1- Lotes Rurais (1930-1945)



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).
Elaboração da autora.

No gráfico acima observa-se que 21% do total dos lotes rurais concedidos entre o período de 1930-1945, ou seja, 1.746 lotes, foram deferidos no ano de 1939. Os demais 6.701 lotes representam 79% das terras conferidas no período de 1930-1945. Pode-se entender que 1939 foi o ano com mais concessões de lotes no norte do estado, justamente pelo fato do período do Estado Novo (1937-1945) ser o de maior atuação e prática do projeto desenvolvimentista do governo varguista.

Por ser um período com um viés mais centralizador, foi um momento em que o governo federal atuou fortificando políticas econômicas voltadas aos estados e municípios. Logo, interpreta-se que este íterim do governo concentrou mais ações voltadas à propriedade da terra e à estrutura agrária.

Os cadernos de informações⁴ da Comissão de Passo Fundo demonstram que a partir do momento que os lotes rurais eram concedidos aos colonos, esses deveriam pagar o valor

⁴ Secretária das Obras Públicas - Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: Cadernos de Informações. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13. Os cadernos de informações são documentos que contêm todas as informações dos lotes rurais adquiridos pelos colonos, desde informações sobre o pagamento, localização, até planta do lote e suas medições.

respectivo, que variava de acordo com a localização dos lotes e da área. De acordo com a média realiza a partir da análise das fontes, verificou-se que Palmeira e Passo Fundo possuíam a maior média de preço por metro quadrado, totalizando 15 réis.

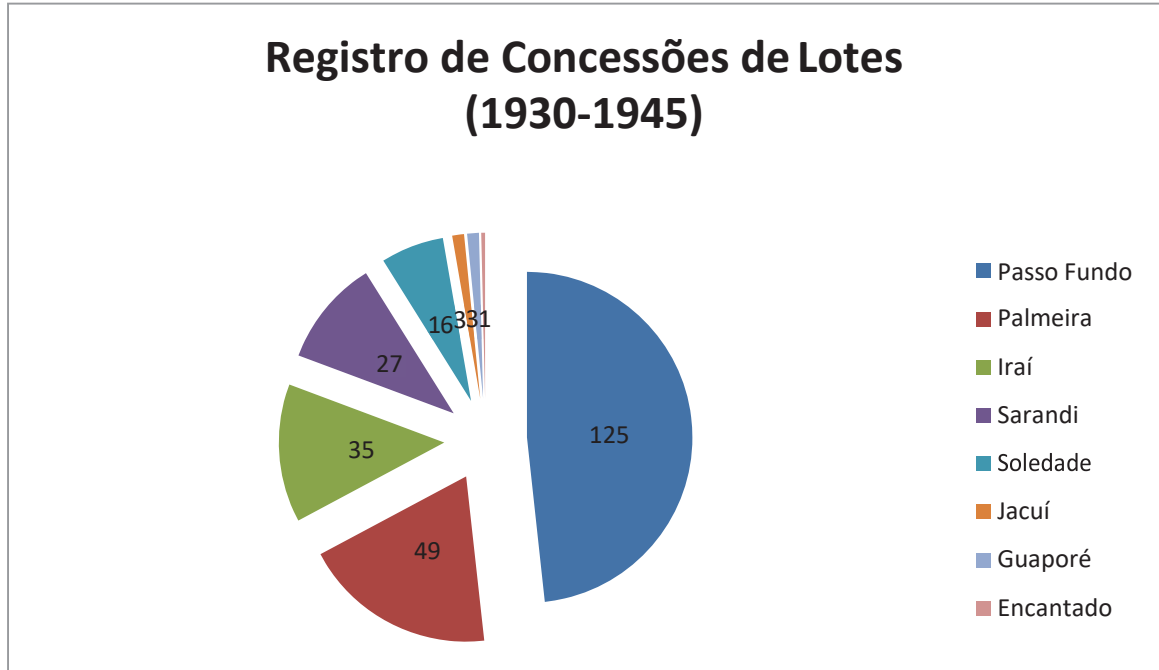
Dos municípios de atuação da Comissão de Terras, (Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Encantado, Arroio do Meio, Soledade, Sarandi, Palmeira das Missões, Guaporé, Iraí,), Passo Fundo foi a que se verificou a menor área de lote concedido com 1.000 m² com um valor de 500\$000 (quinhentos mil réis) e a maior área com 350.000 m² com um valor de 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis), no entanto, o maior valor de lote encontrado não foi na região de Passo Fundo, mas em Palmeira, com o valor de 4:564\$000 (quatro contos e quinhentos e sessenta e quatro mil réis), sendo um lote de 326.000 m². Através da interpretação dos cadernos de informações, a média analisada do tamanho dos lotes rurais concedidos pela Comissão de Passo Fundo era de 275.929 m².

Portanto, observou-se que estavam se formando ao norte do estado pequenas propriedades com cerca de 275.929 m² e que seus valores variavam conforme a localização e estrutura do lote rural, os lotes mais caros situavam-se em regiões mais centralizadas, dessa forma os colonos conectavam com maior facilidade sua produção agrícola com os centros comerciais, como Passo Fundo e Palmeira, por exemplo.

Outra fonte interpretada e que registra as concessões de terras no norte do estado são as guias de registros de concessões de lotes⁵. Essas se subdividem no período de 1930-1945, no entanto, verificou-se que a quantidade de registros é bem inferior aos cadernos de informações abordados anteriormente. Se esses possuíam um total de 8.446 lotes concedidos, apenas 259 concessões estão documentadas nos registros de concessões de lotes da Comissão de Passo Fundo, como se observa no gráfico 2:

⁵ Secretária das Obras Públicas - Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: Guias de Registros de Concessões de Lotes. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13. Os registros de concessões de lotes informam, através da sequência do número da ordem, o nome do colono, a data da concessão e a localização do lote rural.

Gráfico 2- Registro de Concessões de Lotes (1930-1945)



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Elaboração da autora.

Como Passo Fundo era o município sede da Comissão de Terras, ela possuiu o maior número de concessões inseridas no registro da Comissão, somando 125, pois o município, durante o século XX, foi um dos centros econômicos da região norte do estado, como cita Tedesco: “Madeireiras, moinhos, casas de comércio, pequenas indústrias metalúrgicas, olarias, matadouros, ferrarias e múltiplas agroindústrias artesanais marcaram época no município do início até meados do século XX” (TEDESCO, 2016, p. 17).

Deste modo, a região de Passo Fundo atraiu um grande número de pessoas que além de se dedicarem ao comércio, atividade muito exercida durante os anos 1930, também se empenhavam na produção agrícola. Entende-se que o município encontrava-se em um contexto que: “O processo de migração interna, principalmente de deslocamento de descendentes dos primeiros imigrantes em busca de novas terras, fez do norte e nordeste do estado, após as primeiras décadas do século XX, uma região cujas terras estavam praticamente ocupadas” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.57).

Passo Fundo era um dos municípios de referência da região norte. Além do comércio, o mundo agrícola era muito importante, e pela sua produção de milho e trigo, principalmente, interligava a região norte utilizando a malha ferroviária, sendo também, caminho para passagem

para outros estados, logo:

O solo fértil e de topografia fácil para o manuseio do solo produtivo, um contingente de consumidores localizados regionalmente etc., talvez tenham auxiliado na constituição de uma rede comercial/de comerciante rurais muito bem vinculados com a dinâmica da organização econômica, populacional e política urbana de Passo Fundo (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 65).

Por conseguinte, entende-se que, o município de Passo Fundo era o centro produtivo e organizacional da região norte do estado. Assim, após os colonos adquirirem os lotes rurais através das concessões, eles assumiam uma dívida com o Estado pela propriedade obtida. As documentações referentes à dívida eram as guias de recolhimento da dívida colonial, como mostra a imagem abaixo:

Imagem 1- Guia de Recolhimento da Dívida Colonial

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRETORIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 3.ª SECÇÃO - TERRAS E COLONISAÇÃO

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONISAÇÃO
 DE
PASSO FUNDO

Dívida Colonial N.º 46 II Via
Guia de Recolhimento Por saldo 615\$800
 \$
 Total 615\$800

O sr. Candido David de Araujo Concessionario
 do lote rural n.º 185 d. a Secção Ligeiro
 com a area total de 207.720 metros quadrados, ao preço
 de 15 reis por metro quadrado, situado no setimo distrito
 do municipio de Passo Fundo , vae á Exatoria Estadual de
Passo Fundo recolher por S a l d o a quan-
 tia de 615\$800 que lhe serão creditados no respectivo Livro
 Cadastro a pag.

..... Passo Fundo 5 de março de 193 4

Fredrico Witzphale
 Chefe da Comissão

Rs. 615\$800

Recebemos a quantia acima de Seis centos e quinze mil e oito
centos reis constantes da presente guia, escriturada
 a fls. 1 do liv. 1 desta Exatoria.

Exatoria de Passo Fundo , 5 de março de 193 4

O COLETOR O ESCRIVÃO
[Assinatura] *[Assinatura]*

Fonte: Guia de Recolhimento da Dívida Colonial. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Rio Grande do Sul. 1934.

Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Na imagem acima nota-se que nas guias de recolhimento da dívida colonial constava o nome do requerente, a localização do lote, seu número, área, valor, preço por metro quadrado e condições de pagamento.

Além do valor pago pela propriedade rural, ficavam a cargo dos colonos algumas responsabilidades a partir do momento que ocupavam os respectivos lotes. Deste modo, discute-se no subcapítulo posterior as obrigações direcionadas aos colonos em seus lotes rurais através do estudo dos títulos de propriedade e das ações realizadas pelos colonos para manutenção das pequenas propriedades.

2.2 A Colonização e a pequena propriedade

Podemos compreender as obrigações estabelecidas aos colonos presentes nas emissões dos títulos⁶ de propriedade através dos registros que descreviam todas as atividades que deveriam ser realizadas pelos colonos em seus respectivos lotes. Assim, os concessionários de lotes rurais deveriam seguir as orientações que estabeleciam:

- conservação dos marcos divisórios do lote;
- seis dias de trabalhos anuais no que se refere à manutenção das estradas em que se localizam o lote;
- exploração do subsolo a partir da autorização do estado;
- conservação da mata de um quarto da parte concedida;
- o lote não pode ser arrendado pelo concessionário, apenas quando adquirido outras terras que ocorra sua atividade.

Ao interpretar as obrigações impostas aos colonos dos lotes, nota-se que esses não poderiam modificar os marcos da propriedade rural. Nos cadernos de informações constavam as observações sobre as condições das propriedades adquiridas, se eram propícias para culturas diversas, se os terrenos eram nivelados, pedregosos, com morros e etc. Geralmente, os lotes mais baratos possuíam um terreno menos regular para cultivo, assim, para que os colonos adquirissem propriedades com uma melhor condição de produção e mais perto dos centros comerciais, necessitavam desembolsar mais dinheiro, demonstrando o processo de capitalização da propriedade da terra e a indução do projeto desenvolvimentista que visava a

⁶ Secretária das Obras Públicas - Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: Títulos de Propriedades de Lotes Rurais. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.7. Os títulos de propriedade de lotes rurais são documentos gerados após o pagamento integral do lote rural por parte do colono. O título informa o número do lote, sua localização e a quem ele era passado à favor.

modernização no campo, logo, como abordado anteriormente, lotes em melhores condições proporcionariam esta modernização com maior veemência.

Assim, o primeiro item que implica em conservação dos marcos divisórios do lote resulta em: o que foi estabelecido nos títulos e cadernos de informações que delimitava os lotes com as marcações ao sul, norte, leste e oeste, não poderiam ser alterados, mesmo que o terreno não proporcionasse as melhores condições de produção para o colono, ou, se esse desejasse aumentar o tamanho da sua propriedade, tentando delimitar novos marcos divisórios de seu lote.

Seguindo a interpretação das obrigações que consta na fonte referida, os colonos deveriam, inevitavelmente, trabalhar seis dias do ano na manutenção das estradas que passavam pelos seus lotes. Essa obrigação pode ser entendida no sentido de manter a organização das regiões em que a Comissão gerenciava os lotes rurais, assim como, de responsabilizar os colonos pela manutenção e regularidade das ações para um ordenamento, tanto de sua propriedade quanto dos meios de movimentação, como estradas, que interligavam os lotes rurais, pois, na lógica de movimentação dos excedentes das colônias agrícolas para os centros comerciais, as estradas deveriam estar em boas condições para um bom funcionamento. Essa lógica também pode ser interpretada no sentido de modernização, pretendida pelo governo varguista, dos aspectos ligados ao mundo agrícola.

Nas observações contidas sobre os lotes adquiridos havia as informações sobre as redes fluviais. No aspecto que segue a respeito das obrigações sobre a exploração do subsolo pelos colonos apenas com autorização do Estado, nota-se que não era permitido, assim, um uso discriminado do subsolo e, conseqüentemente, dos aspectos fluviais. A partir desta questão, nota-se que em 1934 houve o Decreto Nº 24.643, de 10 de julho, sobre o Código de Águas, que competia ao Ministério da Agricultura o cuidado sobre, como mostra o artigo 68:

Art. 68. Ficam debaixo da inspeção e autorização administrativa:

- a) as águas comuns e as particulares, no interesse da saúde e da segurança pública;
- b) as águas comuns, no interesse dos direitos de terceiros ou da qualidade, curso ou altura das águas públicas (JÚNIOR; FARIAS; 2007, p. 225).

Assim, competiam à União, estados e municípios os cuidados referentes à exploração das águas e do subsolo durante a Era Vargas. Assim como esta obrigação, o colono também deveria preservar um quarto da mata original presente na sua propriedade. Verifica-se que o Código Florestal foi criado durante o governo varguista em 1934, através do Decreto Nº 23.793, de 23 de janeiro. No artigo 23 observa-se como o governo agia sobre a questão ambiental, como segue “Nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de três quartas

partes da vegetação existente [...]” (BRASIL, 1934).

O artigo 25 do respectivo decreto também intercede que:

Art. 25. Os proprietários de terras, próximas de rios e lagos, navegados por embarcações a vapor, ou de estradas de ferro que pretenderem explorar a indústria da lenha para abastecimento dos vapores e máquinas, não poderão iniciar o corte de madeiras sem licença da autoridade florestal. (BRASIL, 1934).

Assim, observa-se que o Estado elaborou atribuições aos colonos, que além de se referirem diretamente às suas propriedades rurais, especificavam regras referentes à manutenção do ecossistema local.

Outra questão direcionada aos colonos como obrigação era que os proprietários não poderiam arrendar os lotes. Isso significa que não poderia conceder a propriedade da terra para um terceiro utilizá-la, explorá-la, a partir de um pagamento específico, ou seja, um aluguel do lote rural.

Deste modo, seguindo essas disposições, os lotes rurais eram concedidos aos colonos para esses ocuparem e exercerem suas atividades de produção e exploração na propriedade da terra. Nas guias de recolhimento da dívida colonial⁷, no AHR, não está documentado todo o período da Era Vargas, estando catalogado apenas o período de 1934-1935 e 1944-1945. Assim, utilizando da temporalidade disponível analisaram-se, primeiramente, os anos de 1934-1935, constatando 65 guias de recolhimento da dívida colonial. Como nota-se na tabela 3:

Tabela 3- Relação de Pagamentos dos Lotes Rurais da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo (1934-1935)

(continua)

Lote Rural N°	Localização	Condição do pagamento	Valor	Área do Lote	Ano
31	Rio Bonito - Passo Fundo	À vista	525\$000	525.000m ²	1934
30	Rio Bonito - Passo Fundo	À vista	345\$000	345.000m ²	1934

⁷ Secretária das Obras Públicas - Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: Guias de Recolhimento da Dívida Colonial. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13. As Guias de Recolhimento da Dívida Colonial informam o pagamento à vista ou o parcelamento dos lotes rurais, assim como os juros em decorrência de atrasos no pagamento do lote.

(continuação)

Lote Rural N°	Localização	Condição do pagamento	Valor	Área do Lote	Ano
29	Rio Bonito - Passo Fundo	À vista	130\$000	130.000m ²	1934
19	Carreteiro - Passo Fundo	À vista	210\$000	210.000m ²	1934
185	Ligeiro - Passo Fundo	À vista	615\$800	207.720m ²	1934
4	Jaboticaba – Palmeira	Em prestações	3:500\$000	250.000m ²	1934
305	Fortaleza – Palmeira	Em prestações	3:750\$000	250.000m ²	1934
½-112	Fortaleza - Palmeira	À vista	70\$000	126.000m ²	1934
301	Fortaleza - Palmeira	Em prestações	4:650\$000	310.000m ²	1934
308	Fortaleza - Palmeira	Em prestações	3:750\$000	250.000m ²	1934
15	Fortaleza - Palmeira	À vista	111\$500	238.000m ²	1934
1	Ligeiro - Passo Fundo	À vista	500\$000	500.000m ²	1934
10	Ligeiro - Passo Fundo	À vista	263\$800	263.750m ²	1934
11	Ligeiro - Passo Fundo	À vista	236\$300	236.233m ²	1934
53	Bento Gonçalves – Guaporé	À vista	1:500\$000	250.000m ²	1934
51	Bento Gonçalves – Guaporé	À vista	1:500\$000	250.000m ²	1934
49	Bento Gonçalves – Guaporé	À vista	1:500\$000	250.000m ²	1934
39	Sertão - Passo Fundo	À vista	471\$000	125.000m ²	1934
43	Mato Castelhana - Passo Fundo	À vista	1:000\$000	347.825m ²	1934
121	Marechal Floriano – Guaporé	À vista	1:885\$100	310.837m ²	1934
10	José de Alencar – Guaporé	Em prestações	1:100\$000	236.710m ²	1934
152	Castro Alves – Guaporé	À vista	1:200\$000	200.000m ²	1934
156	Marechal Floriano – Guaporé	À vista	1:400\$000	250.000m ²	1934

(continuação)

Lote Rural N°	Localização	Condição do pagamento	Valor	Área do Lote	Ano
10	Carazinho	À vista	2:700\$000	270.000m ²	1934
G	Colombo - Guaporé	À vista	1:757\$000	325.400m ²	1934
A	Bento Gonçalves – Guaporé	À vista	2:800\$000	679.780m ²	1934
104	Fortaleza - Palmeira	Em prestações	295\$000	228.000m ²	1934
103	Fortaleza - Palmeira	Em prestações	395\$000	272.000m ²	1934
36	Fortaleza - Palmeira	Em prestações	395\$000	250.000m ²	1934
31	Fortaleza - Palmeira	Em prestações	295\$000	252.000m ²	1934
¼ 54	Setembro - Guaporé	À vista	378\$200	75.625m ²	1934
51 A	Ernesto Alves – Guaporé	À vista	707\$100	145.842m ²	1934
70	Linha 1º de Março – Guaporé	À vista	311\$300	145.750m ²	1934
69	Linha 1º de Março – Guaporé	À vista	1:325\$000	275.000m ²	1934
-	2º distrito de Passo Fundo	À vista	256\$400	256.360m ²	1935
-	11º distrito de Passo Fundo	À vista	329\$100	329.016m ²	1935
56	Bento Gonçalves – Guaporé	À vista	125\$000	125.000m ²	1935
B	Sertão - Passo Fundo	À vista	415\$000	415.000m ²	1935
61-62	Palmeira	À vista	1:066\$000	1.066.000m ²	1935
9	Cruz Alta	À vista	195\$000	238.260m ²	1935
10	Carreiro - Passo Fundo	À vista	704\$000	240.330m ²	1935
	Herval Seco – Palmeira	À vista	1:000\$000	1.000.000m ²	1935
-	Carreteiro - Passo Fundo	À vista	191\$700	191.700m ²	1935
7	Cruz Alta	À vista	946\$000	226.000m ²	1935
288	Ligeiro - Passo Fundo	À vista	538\$000	269.000m ²	1935
128	Mato Castelhana - Passo Fundo	Em prestações	400\$000	238.991m ²	1935

(conclusão)					
Lote Rural N°	Localização	Condição do pagamento	Valor	Área do Lote	Ano
5 ^a	Guaporé	À vista	907\$500	151.250m ²	1935
-	São Pedro - Guaporé	À vista	148\$500	24.750m ²	1935
16	Cruz Alta	À vista	78\$800	261.000m ²	1935
42	Cruz Alta	À vista	460\$000	165.000m ²	1935
-	Mato Castelhana - Passo Fundo	À vista	208\$200	416.377m ²	1935
122	Ligeiro - Passo Fundo	À vista	376\$200	130.883m ²	1935
23	Herval - Passo Fundo	Em prestações	200\$000	235.000m ²	1935
60	Guarita – Palmeira	À vista	583\$400	250.000m ²	1935
139	Guarita – Palmeira	À vista	637\$500	250.000m ²	1935
9	Guarita – Palmeira	Em prestações	400\$000	250.000m ²	1935
195	Guarita – Palmeira	À vista	541\$000	250.000m ²	1935
202	Guarita – Palmeira	Em prestações	3:500\$000	250.000m ²	1935
35	Guarita – Palmeira	Em prestações	4:358\$200	311.300m ²	1935
25	Guarita – Palmeira	Em prestações	3:598\$000	257.000m ²	1935
	Guarita – Palmeira	Em prestações	3:346\$000	239.000m ²	1935
33 e 34	Mato Castelhana - Passo Fundo	À vista	325\$800	320.230m ²	1935
59	São Pedro - Guaporé	À vista	132\$000	160.500m ²	1935
58	São Pedro - Guaporé	À vista	132\$000	160.500m ²	1935

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

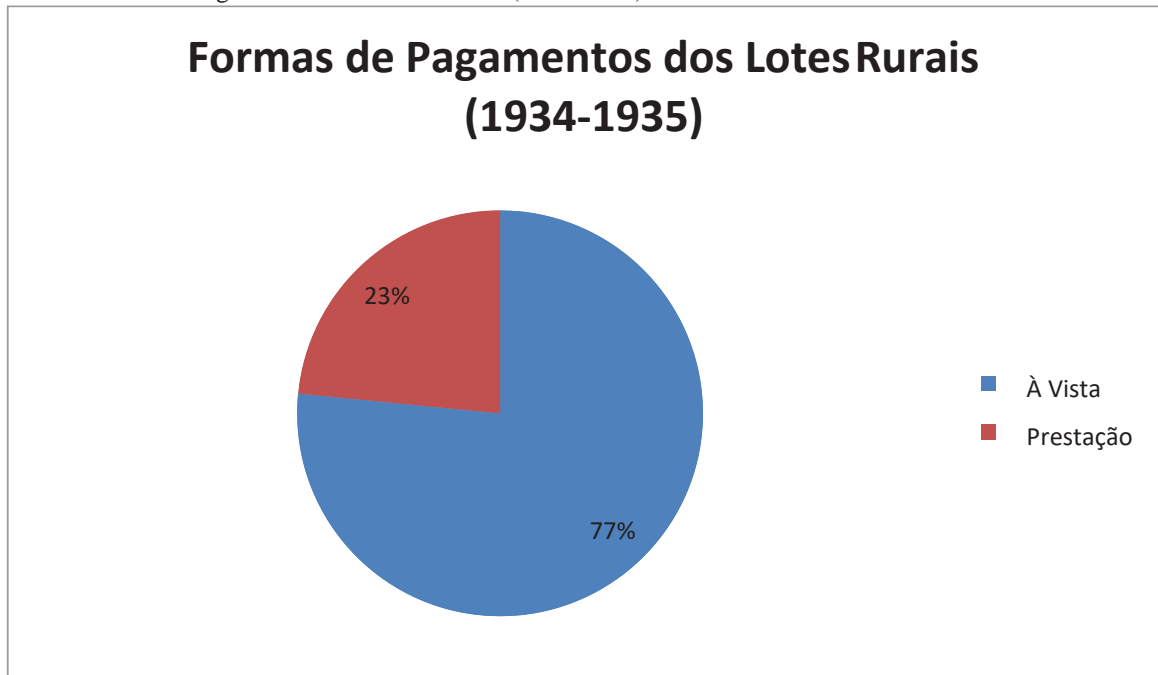
Elaboração da autora.

Nesta tabela evidencia-se a diferença entre o tamanho dos lotes rurais e seus respectivos valores no norte do RS. Observando os ideais que sustentaram o governo Vargas desde 1930 e que nortearam o projeto desenvolvimentista do governo, nota-se que as propriedades de terras estavam com uma média de tamanhos, caracterizando pequenos lotes rurais. A pequena propriedade foi defendida por Vargas em seu primeiro discurso como chefe de Estado em 1930, todavia, o latifúndio continuou sendo a principal constituição da propriedade de terra no país. No entanto, entende-se que a pequena propriedade era importante para a constituição do projeto

desenvolvimentista do governo Vargas, pois o projeto da SENAIC movimentava novos colonos ocupando novas áreas, isto geraria mais habitantes e mais mão de obra para produção nos lotes rurais.

No gráfico 3 abaixo se pode verificar a proporção entre as formas de pagamentos destas dívidas:

Gráfico 3- Formas de Pagamentos dos Lotes Rurais (1934-1935)



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Elaboração da autora.

Das 64 guias verificou-se que 49 foram pagas à vista e 15 em prestações. Já entre o período de 1944-1945, pode-se verificar na tabela 4:

Tabela 4- Relação de Pagamentos dos Lotes Rurais (1944-1945)

Lote Rural Nº	Localização	Condição do pagamento	Valor	Área do Lote	Ano
35 ^a	Carreiro – Campo do Meio	Em prestações	345,000C (2.058,000C)	147.000m ²	1944
57	Carreiro – Campo do Meio	À vista	1.500,000C 750,000C da terra + 750,000C de juros	750,000m ²	1944
27	Carreiro – Campo do Meio	À vista	280,40C	140.220m ²	1944
102 ^a	General Osório	À vista	1.350,000C	125.000m ²	1945

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).
Elaboração da autora.

Foram observados na catalogação do AHR apenas os anos de 1944 e 1945, assim, apenas em uma guia da dívida colonial foi notado a presença de juros em que o colono chegou a pagar 100% dos valores de suas terras. O valor⁸ inicial dessa era de Cr\$ 750.000 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros) em um lote de 750.000 m², ou seja, inicialmente o valor por metro quadrado era de 0,001 cruzeiro, acrescido mais Cr\$ 750.000 de juros o valor total da propriedade ficou Cr\$ 1.500.000.

Como o lote mencionado foi pago à vista entende-se que houve atraso em seu pagamento, logo, quando soldado o valor do lote acrescido com os juros, a propriedade passou ao nome do colono. Observou-se que os pagamentos eram realizados diretamente na Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, ou Inspetoria de Terras e Colonização do Centro a partir de 1939. Assim, os documentos contavam com a respectiva assinatura do arrecadador.

A diferenciação da forma como os colonos pagavam pelas propriedades da terra, demonstra muito do tamanho dos lotes, em especial. O lote das colônias⁹, em média, era de 25 hectares, que poderia variar entre: 500 x 500 m, 250 x 1 000 m e 100 x 2 500 m.¹⁰ Quanto maior a propriedade da terra, maior o valor a ser pago pelo colono. De acordo com a documentação analisada, o valor médio pago pelos colonos pelas propriedades rurais foi de 1:058\$928.

Na tabela 3, demonstrativa do ano de 1934-1935, verifica-se que as quatro localidades (Passo Fundo, Palmeira, Cruz Alta, Guaporé) exceto Carazinho, que constava com apenas uma guia de recolhimento da dívida colonial, possuíam grandes diferenças entre os tamanhos e valores dos lotes. O maior valor foi o de Palmeira com 4:650\$000 (quatro contos e seiscentos e cinquenta mil reis), cerca de 15 réis o metro quadrado.

A maioria das propriedades com maior área, exemplificadas na tabela 3, foram pagas em prestações, e as de menor valor, e, conseqüentemente, menor área, foram pagas à vista. O tamanho das propriedades demonstra o processo capitalista, que reflete na concepção de que quanto maior a propriedade mais produtiva elas tendem a serem, assim, as companhias de loteamentos, como a Comissão de Terras de Passo Fundo, favoreceu o avanço demográfico no

⁸ Através do Decreto 4.791 de 5 de outubro de 1942 a moeda nacional foi modificada, entrou em vigor o Cruzeiro. Um cruzeiro correspondia à mil réis.

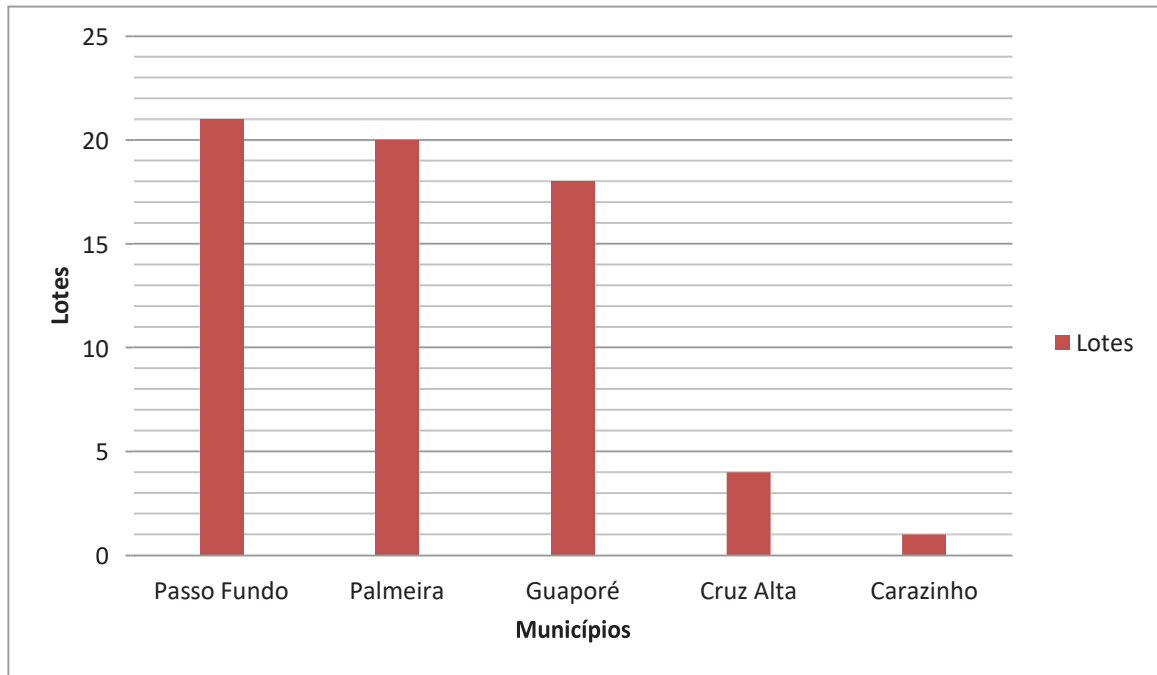
⁹ Dado retirado da obra Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil realizada pelo IBGE em 1948.

¹⁰ “Um outro, de 24 ha (1 200 x 200 m) é também de uso freqüente no Estado. Informações escassas se referem ao tipo de 275 x 1 100 m (30,2500 ha), que parece ter pouco emprêgo. O mesmo se dá com o de 2 200 x 110 m (24,2000 ha), equivalente a 10 "alqueires paulistas", bastante conhecido em São Paulo e Santa Catarina” (IBGE, 1948, p. 51).

norte do estado, agindo sobre o mercado de terras, tornando as propriedades mercadorias e auxiliando na capitalização destas terras.

No gráfico 4 pode-se entender onde os lotes mais se localizavam, como mostra:

Gráfico 4- Quantidade de Lotes por Município da Dívida Colonial (1934-1935)



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Elaboração da autora.

Analisando o gráfico 4 identifica-se que Passo Fundo foi a região onde os lotes mais se localizavam, 21 no total, seguido por: Palmeira (20), Guaporé (18), Cruz Alta (4) e Carazinho (1). Deste modo, para o colono adquirir uma propriedade rural com melhores viabilidades produtivas, que possibilitasse produção de insumos ou a criação de animais, além de uma melhor mobilidade, como estradas que permitissem uma maior facilidade no deslocamento dos insumos, por exemplo, ou rios, o colono deveria, como contramão, pagar mais pelo metro quadrado de sua propriedade rural.

Outra documentação que se torna válida à análise visando compreender a propriedade da terra no norte do estado e a atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo são os protocolos de requerimentos¹¹. Os protocolos de requerimento eram cadernos em que se anotavam, seguindo a ordem do requerente, o nome dos colonos, a data de recebimento do

¹¹ Secretária das Obras Públicas - Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: Protocolos de Requerimento. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13.

pedido de concessão de lote, títulos e demarcações, e, posteriormente, a data em que o lote foi concedido.

A partir da análise dos protocolos de requerimentos dos lotes rurais pode-se compreender, primeiramente, o pedido dos colonos de requisições de lotes e concessões de títulos de propriedades. A Comissão era o órgão responsável por receber, analisar e aprovar as solicitações. No entanto, as fontes não evidenciam todo o período de 1930-1945, estando apenas disponíveis para estudo o intervalo respectivo ao Estado Novo (1937-1945), como pode-se entender na tabela 5:

Tabela 5- Relação Ano x Número de Requisições

Ano	Número de Requisições
1937	399
1938	115
1939	58
1940	107
1941	215
1942	71
1943	100
1944	162
1945	65

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Elaboração da autora.

No período de 1937-1945, contabilizou-se 1.292 requisições. Foi no ano de 1937 que mais se observou requisições, um total de 399. Pode-se entender uma maior atividade da Comissão de Passo Fundo nesta temporalidade do governo varguista em virtude das práticas centralizadora do governo federal que se intensificaram durante o Estado Novo.

As requisições eram um passo importante para adquirir o título da propriedade, para aqueles que já possuíam a licença do lote, ou, até mesmo, para adquirir as concessões das terras para os colonos que estavam iniciando neste processo visando obter a propriedade rural. Este recurso era gerenciado pela Comissão de Terras, e era o único meio legal pelos quais os colonos poderiam obter suas propriedades nas colônias ao norte do estado, apesar da Constituição de 1934 em seu artigo 125 declarar que:

Todo brasileiro, que não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirirá o domínio mediante sentença declaratória devidamente transcrita (BRASIL, 1934).

Em um sentido geral, sem ser através da usucapião, como transcorre no artigo 125 da Constituição mostrado acima, para os colonos se tornarem proprietários de terras deveriam adquirir os lotes rurais. As únicas propriedades que não estavam sujeitas à usucapião eram as da União, como se observa na Legislação Agrária:

Considerando ainda que, embora no direito pátrio os bens públicos, mesmo dominicais, já sejam insuscetíveis de usucapião, a circunstância de se terem manifestado em contrário algumas opiniões torna conveniente que o legislador volte a reafirmar esse princípio que é de ordem pública;

[...]

Art.1º É vedado o resgate dos aforamentos de terrenos pertencentes ao Domínio da União.

Art.2º Os bens públicos, seja qual for a sua natureza, não são sujeitos a usucapião. (JÚNIOR; FARIAS, 2007, p. 213-214).

Deste modo, com o propósito de proteger as terras públicas, foi promulgado o Decreto Nº 22.785 de 31 de maio de 1933. Mesmo que as terras da União não estivessem subordinadas à este tipo de posse, apenas o domínio de uma propriedade de até dez hectares, de acordo com o artigo 125 da Constituição de 1934, a principal forma de torna-se proprietário de lotes rurais era pela compra deste. As propriedades que estavam sendo adquiridas no norte do Rio Grande do Sul tinham em torno de 27 hectares.

Primeiramente eram realizados os protocolos de requisição. Neste documento havia os pedidos de concessões de lotes e de títulos de propriedade. Se a Comissão de Terras aprovava o requerimento, o colono adquiria uma dívida com o Estado, a chamada dívida colonial, abordada anteriormente, seu pagamento era necessário para o lote de terra ser oficializado como propriedade daquele colono.

Se o requerimento e o pagamento eram efetuados, o passo seguinte para o colono se tornar proprietário do lote rural era gerar o título de propriedade. Neste título constava a localidade, o tamanho da propriedade, o valor pago no total e acrescido dos juros em decorrência de eventuais atrasos e a data do documento, como pode-se observar na imagem abaixo:

anteriormente. Os títulos de propriedade foram analisados conforme os anos dispostos na coletânea de documentos da SENAIC (1930, 1931 e 1939), como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 6- Relação dos Títulos de Propriedade Lote x Localidade x Área x Valor x Ano (1930- 1931 e 1939)

Lote Nº	Localidade	Área do Lote	Valor	Ano
28	Guaporé	267.500m ²	1:337\$500	1939
109	Guaporé	279.418m ²	302\$500	1939
110	Guaporé	250.000m	375\$000	1939
10	Guaporé	236.710m ²	1:420\$300	1939
7	Guaporé	207.250m ²	273\$495	1939
16	Cruz Alta	261.000m ²	260\$000	1939
86	Passo Fundo	280.322m ²	1:962\$254	1939
162 a	Passo Fundo	1.013.236m ²	4:052\$944	1939
33B	Passo Fundo	83.100m ²	446\$852	1931
3	Passo Fundo	220.375m ²	2:653\$500	1931
3	Erechim	250.000m ²	427\$500	1930
9	Erechim	231.200m ²	390\$840	1930

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Elaboração da autora.

As localidades com mais títulos de propriedade foram Guaporé (5), Passo Fundo (4), Erechim (2) e Cruz Alta (1). Observa-se a propriedade de terra a partir do viés da capitalização da terra, através do ciclo dessa que esteve envolta em um projeto que implicava na compra de lotes rurais para alavancar a produção agrícola, além da intensificação do projeto de colonização, sendo assim, quase atribuído à agricultura um papel de subordinada à indústria durante à Era Vargas.

Dessa forma, pode-se entender que mesmo com as modificações que ocorreram ao longo da Era Vargas quanto à Secretaria de Obras Públicas e Negócios do Estado, que diz respeito ao Decreto nº 6.039 de 23 de agosto de 1935, que estabeleceu a criação da Secretaria de Agricultura, subordinada à Diretoria de Terra e Colonização; e os decretos anteriores, aqui

já abordados: decreto nº 4.337 de 26 de junho de 1929¹², decreto nº 2.915 de 5 de janeiro de 1922¹³, decreto nº 2.728 de janeiro de 1922¹⁴, o papel principal da Comissão de Terras e Colonização continuou sendo o de promover a colonização e agir sobre as terras públicas do estado.

Em 1938, as Comissões de Terras e Colonização transformaram-se nas Inspetorias de Terras. A organização da Diretoria de Terras e Colonização se subdividiu, assim, na primeira Seção de Discriminação e Legitimação de Posse e na segunda Seção de Colonização. Na segunda seção localizavam-se as Inspetorias, fracionadas em:

- Inspetoria de Terras do Norte – sede em Palmeira
- Inspetoria de Terras do Nordeste – sede em José Bonifácio
- Inspetoria de Terras do Centro – sede em Passo Fundo
- Inspetoria de Terras do Noroeste – sede em Santa Rosa
- Inspetoria de Terras do Leste – sede em Torres

Um dos grandes papéis atribuídos ao órgão central, a Diretoria de Terras e Colonização foi a concessão de terras, gerando assim, uma diminuição da saída da população da região norte do estado, pois os incentivos da Secretaria de Agricultura passaram a refletir no anseio dos colonos de manterem-se no norte do estado e de adquirir suas propriedades rurais, proporcionando, assim, tanto uma produção para sua subsistência quanto para a atividade do mercado interno.

As concessões de terras sofreram algumas modificações, como se pode observar através do decreto 7.677 de 9 de janeiro de 1939. O decreto de 1939 estabelecia que as famílias que se estabeleciam nos lotes rurais poderiam prestar serviços como forma de pagamento pela propriedade adquirida, por exemplo, a construção e manutenção de estradas.

Outro elemento estabelecido no Decreto de 1939 foi o auxílio financeiro disponibilizado pela Secretaria da Agricultura para àquelas famílias do meio urbano que gostariam ou pretendiam se dedicar à agricultura, propondo assim, a criação de lotes para estas se instalarem no meio rural.

Todas as ações realizadas pelas Comissões e pela Diretoria a partir de 1930, refletiram em iniciativas anteriormente efetivadas e planejadas no período em que Getúlio Vargas foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), pois de acordo com Fontoura “Getúlio

¹² Extintas as Comissões de Passo Fundo, Palmeira, Erechim e Santa Rosa e reduzidas a três: Passo Fundo, Santa Rosa e Erechim.

¹³ Reestabeleceu as Comissões de Passo Fundo e Lagoa Vermelha.

¹⁴ Extinção das Comissões de Terras de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, passando para a Comissão de Erechim os serviços.

estimulou a associação de produtores, a começar pela Federação das Associações Rurais e pelo surgimento da FARSUL, como forma de organizar os produtores ao recebimento do crédito rural” (FONTOURA, 2007, p. 117).

O crédito rural se mostrou uma iniciativa de auxílio aos colonos para sua organização e manutenção no mundo agrícola. Posteriormente, a partir do momento em que Vargas assume a presidência, essa prática seria alavancada e introduzida no projeto desenvolvimentista, colocando estes métodos de auxílio e financiamento do mundo agrícola como meio de modernização do campo projetando uma fortificação deste ambiente com a indústria crescente no período.

Para atuar sobre as terras do estado a Comissão necessitava de uma estrutura capacitada e de funcionários para operar o processo de ocupação e produção na propriedade da terra. Nas documentações da Comissão que abordam essas despesas durante o período de 1930-1945, observa-se que os funcionários atuavam em diferentes âmbitos: serviço de conservação de estradas dos caminhos que interligavam as localidades de atividade da Comissão de Terras; construções de pontes; serviços relacionados à demarcação e discriminação de lotes rurais. A documentação demonstra que as folhas de despesa contavam usualmente com técnico, auxiliar técnico, capataz e peões.

Para organizar e interceder entre todos estes meios pelos quais a Comissão de Terras atuava era necessária uma importante estruturação das despesas e arrecadações de suas atividades. Assim, grande parte dos documentos pertencentes ao acervo analisado, dizem respeito às despesas e às arrecadações da Comissão no período entre 1930-1945.

Primeiramente, as arrecadações da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo eram obtidas pelo recolhimento da dívida colonial. A cobrança era realizada no escritório da Inspetoria, pelo agrimensor Saint Claire Dalfolio, único agrimensor presente nos relatórios e pelo oficial administrativo. A arrecadação da dívida colonial correspondia à maior parte da renda da Comissão durante a Era Vargas.

No gráfico abaixo pode-se notar a média das arrecadações anuais da Comissão através da análise das fontes:

Gráfico 5- Média da Arrecadação da Comissão entre 1930-1945

**Média da Arrecadação da Comissão entre
1930-1945**

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).
Elaboração da autora.

No gráfico acima nota-se a variação da média das arrecadações e das verbas obtidas pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo para administrar as terras públicas do estado. A partir do gráfico, observa-se a variação da arrecadação, em 1930 a Comissão arrecadou 300:000\$000 seguindo 1934 com 390:480\$000, 1935 com 417:480\$000, 1937 com 418:000\$000, 1939 com 279:950\$000 e 1942 com Cr\$ 482.600,00. Os demais anos que não aparecem no gráfico 5 não apresentaram mudança da arrecadação, permanecendo as mesmas verbas dos anos anteriores.

Diferentemente das arrecadações que ocorriam por uma fonte principal, a dívida colonial, e a verba do governo para a atuação da Comissão, as despesas oriundas dessas duas se subdividiam em dois núcleos. O primeiro eram as Despesas Ordinárias, essas se referiam à gastos diários e rotineiros das Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, como: nomeação de pessoal, diária fixa do chefe da Comissão, diária fixa do ajudante, diária dos auxiliares técnicos, material técnico, veículos, auxílio custeio de automóveis, auxílio para alugueis de casas, discriminação e demarcação de terras.

O segundo núcleo de gastos eram as Despesas Extraordinárias que correspondiam às referidas ações da Comissão efetuadas pelos funcionários pagos através das despesas ordinárias tratadas anteriormente. As Despesas Extraordinárias correspondiam à: demarcação de lotes, construções, conservações, explorações, construções de pontes, trabalhos de instalações

urbanas.

Assim, as despesas da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo correspondiam às atividades acima descritas, deste modo, calculou-se através dos cadernos de despesas o valor anual gasto, como segue a tabela 7:

Tabela 7- Relação das Despesas Ordinárias e Extraordinárias da Comissão de Terras de Passo Fundo¹⁵(1930-1945)

Ano	Despesas
1930	341:486\$313
1931	211:954\$103
1932	110:144\$875
1933	194:401\$434
1934	147:397\$200
1935	146:240\$300
1936	259:059\$850
1937	225:635\$100
1938	374:738\$594
1939	298:206\$989
1940	219:020\$150
1941	409:433\$900
1942	Cr\$ 380.827,50
1943	Cr\$ 222.832,90
1944	Cr\$ 392.243,95
1945	Cr\$ 280.600,40

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Elaboração da autora.

Estes dois núcleos principais de despesas da Comissão (despesas extraordinárias e despesas ordinárias) demonstram, ao longo da Era Vargas, como ocorria a divisão de suas atividades. Como a arrecadação da renda da Comissão de Terras ocorria através do recolhimento da dívida colonial, significava que muitos colonos estavam ocupando as novas propriedades rurais. Em contrapartida, a Comissão deveria agir assegurando que esses

¹⁵ A partir de 1942 houve a troca da moeda nacional através do Decreto-lei nº 4.791 de 05 de outubro de 1942, desta forma as unidades da tabela a partir de 1942 estão em cruzeiros.

permanecessem nas localidades, produzindo nos lotes e mantendo o ciclo de capitalização da terra, dessa forma, as despesas abordam como ela proporcionava estas permanências.

Para isso, necessitava de um amplo investimento no que diz respeito à estrutura dos lotes e das regiões, como estradas e pontes para interligar as propriedades rurais, manutenção e conservação dos lotes, dos acessos e das instalações da própria Comissão. Deste modo, observou-se que a Comissão investiu gradativamente e de modo contínuo nas estruturas físicas, o que tange às despesas extraordinárias.

Como a Comissão atuava em diferentes frentes, necessitava de um elevado número de funcionários para realizar as atividades essenciais relacionadas à ocupação. O principal trabalho identificado nas fontes que descrevem o exercício dos funcionários é a demarcação de lotes rurais, seguindo por construções de pontes e estradas. Nota-se que essas atividades eram as principais na atuação da Comissão sobre as terras do estado, logo, a nova força produtiva dos colonos necessitava de terras cultiváveis e elas eram, deste modo, comercializadas a estes através da administração da Comissão.

Verifica-se que ambas as despesas da Comissão diziam respeito à sua atuação frente à política desenvolvimentista do governo Vargas, pois, para permitir que novos lotes rurais fossem ocupados pelos colonos ao norte do estado, e esses pudessem produzir em suas propriedades, retornando assim, valores para o próprio estado e demonstrando a capitalização do processo ligado à propriedade da terra, a Comissão deveria incentivar, garantir e modernizar os aspectos relacionados à ocupação.

Deste modo, o processo em torno da propriedade da terra estava envolto na modernização de todos os meios possíveis para levar o desenvolvimento ao campo, assim, além das construções realizadas e do melhoramento de pontes e estradas, a Comissão investiu em uma gama de funcionários, entre estes: técnicos, especialistas e peões, para garantir a execução de todos os projetos de demarcações, restaurações e construções propostos.

O ideal desenvolvimentista que abarcava a modernização planejada e efetuada ao longo da Era Vargas pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo representava uma modificação das relações e estruturas vigentes ao longo da República Velha. Durante esse período o principal meio utilizado pelo governo para o escoamento da produção, ou o transporte de mercadorias de um local ao outro do estado, era a ferrovia. A partir de 1930, no entanto, ainda que o Estado tenha se modernizado com o investimento de capitais externos na construção e interligação das vias férreas durante o século XIX e início do XX, as diferenças no que foi realizado a partir da Era Vargas no que tange ao aproveitamento das despesas extraordinárias para a manutenção, conservação e construções de estradas torna-se muito evidente.

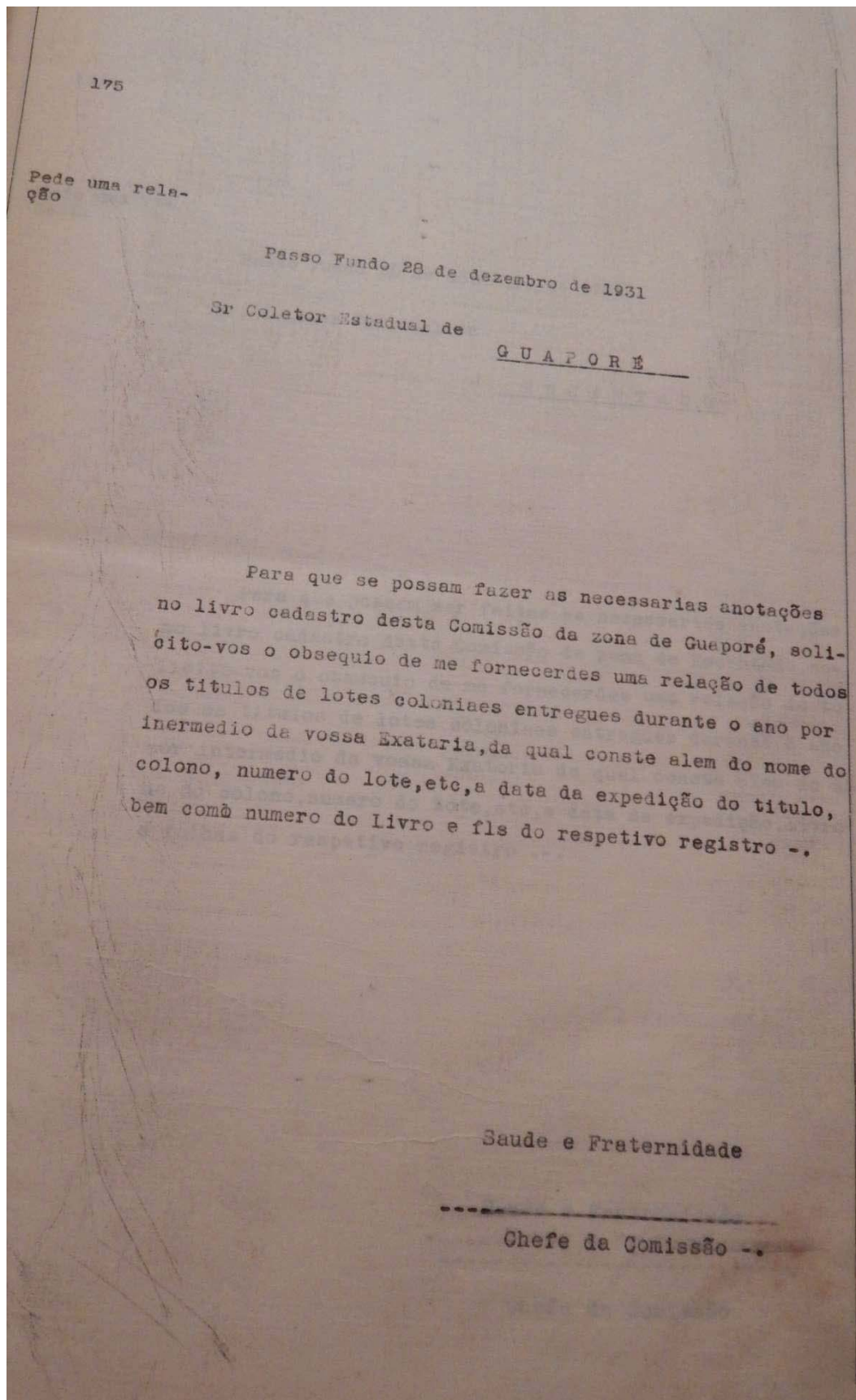
As documentações analisadas demonstram como ocorreu o processo de posse destes colonos nas propriedades ao norte do estado e, também, como repercutiu no estado a construção de um projeto desenvolvimentista através da atuação da Comissão de Terras de Passo Fundo no processo de desenvolvimento e ocupação da propriedade da terra.

Este processo de ocupação da região norte pelos colonos que ocorreu no período anterior e durante a Era Vargas, entende-se como uma ocupação estratégica para o desenvolvimento da região através de uma fronteira agrária que foi ocorrendo progressivamente por meio das relações em novos espaços dentro de uma organização capitalista.

Assim, além da ocupação de novas terras, o governo Vargas passou a interceder sobre as demais alternativas necessárias para que o projeto desenvolvimentista na região norte do estado se consagrasse, para isso, houveram iniciativas e condições para os colonos adquirirem a propriedade da terra, obrigações pré-estabelecidas para esses se manterem, por exemplo, o pagamento de uma dívida colonial, trabalho e auxílio nas vias referentes ao seu lote rural, demonstrando a preocupação com a modernização dos espaços rurais, assim como, despesas relacionadas ao ideal de progresso e mudança, construindo estradas, investindo e movimentando funcionários de diferentes escalas para prosseguir no ideal desenvolvimentista.

A Comissão de Passo Fundo estava em constante contato com a Diretoria de Terras, assim, foram analisadas amostragens dos 1.241 arquivos totais referentes aos ofícios expedidos e recebidos pela Comissão de Passo Fundo que, constantemente, ao longo do governo federal varguista atuou na troca de informações com a Diretoria de Terras do Estado, como observa-se na imagem 3:

Imagem 3- Ofício Expedido pela Comissão de Passo Fundo (1931)



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

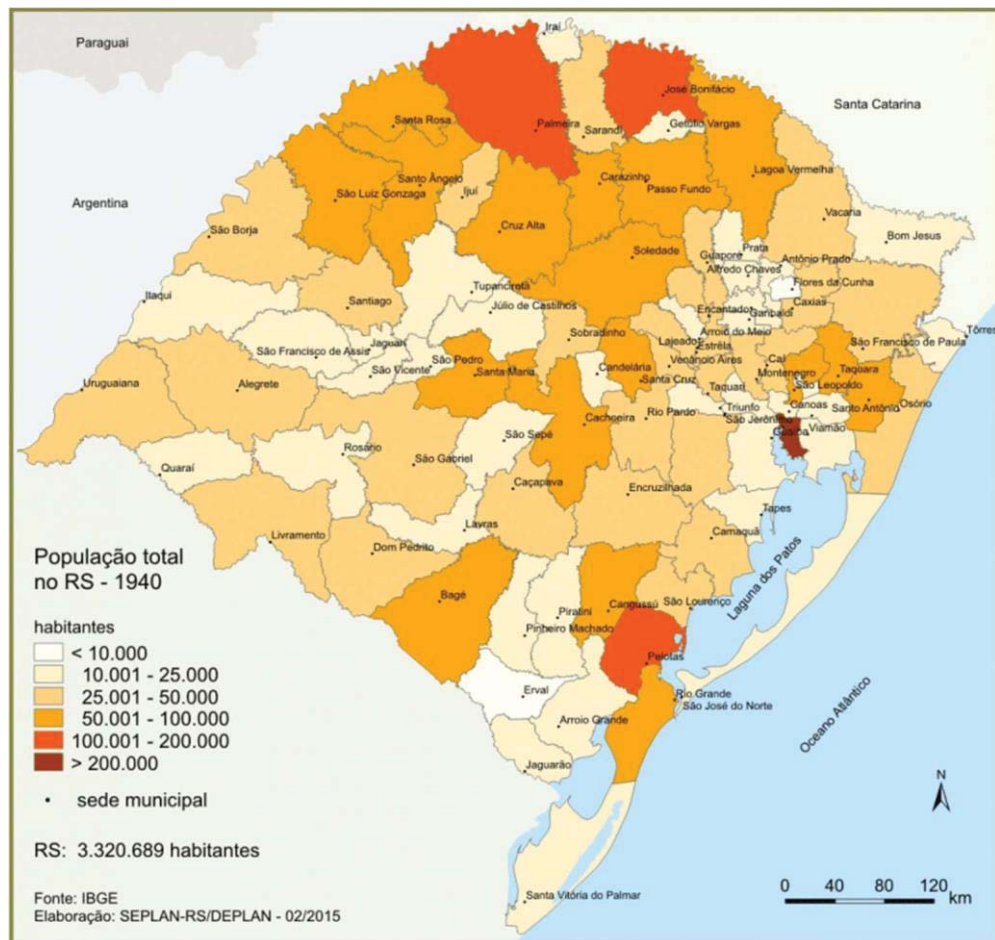
No ofício acima verifica-se uma troca de informações sobre os lotes coloniais da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo com a Diretoria de Terras e Colonização do Estado. Eram diversas as informações que constavam nestes documentos, desde relações de lotes, como dados presentes nos demais documentos relacionados à dívida colonial, tamanho dos lotes, valores, quanto informações referentes à pedidos de autorização para efetuar reformas em estradas, pontes, compra de materiais para os funcionários da Comissão.

Compreende-se que o projeto desenvolvimentista do governo Vargas estava pautado na base do nacionalismo, intervencionismo pró-crescimento e industrialização. Neste sentido, as fontes da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo demonstram a atuação para organizar e executar ações sobre a ocupação de terras e a colonização no norte do Rio Grande do Sul, atuação esta que dizia a respeito às três bases deste projeto desenvolvido a partir de 1930.

O intervencionismo estava presente no papel do Estado paterno que tomava e atuava sobre toda a organização e direcionamento do que diz respeito à propriedade da terra no norte do estado, como é o caso dos ofícios que eram enviados e necessitavam de autorização para seguir com os procedimentos da Comissão. Assim como, conseqüentemente, a colonização pelos colonos que adentraram no projeto de Estado, de ocupação de novas terras, desde o final do século XIX.

Pode-se verificar no mapa abaixo, o crescente número de habitantes no Rio Grande do Sul de acordo com o censo de 1940, do IBGE:

Mapa 5- População Total do RS em 1940



Fonte: IBGE – Disponível:
<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br> Acessado em: 17 jul.
 2020.

Observa-se um aumento crescente da população do RS durante a Era Vargas, um total de 3.320.689 habitantes, cerca de 1.137.976 habitantes a mais que o último censo de 1920. Nota-se também que a região de Passo Fundo e os municípios sobre organização da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo aumentaram relativamente o tamanho de sua população, demonstrando a atuação do estado envolto no processo de ocupação e capitalização da propriedade da terra.

Esse processo vinculado à propriedade da terra, sua compra e ocupação estabeleceu que os colonos, a partir de seu trabalho, se ajustassem ao processo de capitalização, produzindo na propriedade adquirida, retornando o dinheiro ao Estado através do pagamento da dívida colonial sucedida e, também, movimentando o mercado interno e a nacionalização da produção.

O processo de urbanização e modernização durante o século XX e, principalmente após 1930, com o avanço do governo Vargas, também manteve a propriedade da terra conectada à industrialização, pois, como observado, se os lotes rurais adquiridos estavam sendo usados

pelos colonos, não apenas para sua subsistência, mas buscando o retorno visando a venda de excedentes para o pagamento da dívida colonial, a produção estava diretamente vinculada ao avanço das indústrias no estado, pois: “O desenvolvimento comercial reflete o desenvolvimento agrícola e industrial, mas também, juntamente a esses setores, é parte integrante da dinâmica econômica nacional ou regional como um todo” (CORAZZA, 2007, p. 137). Assim, as indústrias alavancavam sua produção à medida que a produção agrícola se fortalecia e proporcionava matéria prima à estas indústrias crescentes no período.

Assim, mesmo que a pequena propriedade tenha sido introduzida através dos moldes visando a capitalização da terra, a colonização e a produção agrícola por parte destes colonos, o ideal de uma extinção progressiva do latifúndio pretendido pelo governo Vargas no início do seu mandato e manifestado no discurso de posse em 1930 não se efetivou. O latifúndio, ou seja, a grande propriedade manteve-se como formato principal da propriedade da terra no Rio Grande do Sul e no país.

Pode-se compreender esta relação de conservação do latifúndio no país, na obra “*A questão agrária no pensamento político e social brasileiro*”:

O fim da República Velha, sacramentado com a Revolução de 30 arrefece, mas não elimina o poder político e econômico dos latifundiários no Brasil. A manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas no patriarcalismo e patrimonialismo, em meio a mudanças políticas significativas, confluíram para que, no início dos anos de 1930, ressurgissem importantes debates sobre a necessidade de se reformar a estrutura agrária do país que, mesmo ante a uma oportunidade histórica, acabaram não sendo levadas a cabo pelo governo de Vargas. Menos mal que, mesmo com o redirecionamento da ação pública estatal para o processo de industrialização nacional, as raízes deste debate, notadamente sobre a necessidade da reforma agrária, permaneceram (CEPÊDA; CARVALHO, 2016, p. 14-15).

Enfim, a formação institucional de uma prática da Era Vargas que se caracterizou pela modificação de uma estrutura da República Velha, baseada no liberalismo, na independência dada aos estados e por uma economia gerenciada pela agro exportação. Todos esses fatores podem ser observados, como se demonstrou, através do estudo das fontes da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, que apontam como o governo Vargas efetivou seu projeto desenvolvimentista através da formação da pequena propriedade da terra no norte do Rio Grande do Sul. No decurso do estudo da formação da pequena propriedade no norte do estado observou-se a intervenção do Estado no processo de ocupação e gerenciamento dos lotes, do pagamento efetuado pelos colonos e pelas ações ligadas a um ideal modernizador empregado nas localidades de ação da Comissão.

Deste modo, o desenvolvimento da região norte do estado do Rio Grande do Sul teve

primeiramente um investimento sobre a propriedade da terra, promovendo aos colonos, através da compra dos lotes rurais, produção para o mercado interno e subsistência. Essa produção se caracterizou, sobretudo, pela agricultura familiar estabelecendo os moldes necessários através da intervenção da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo para um fortalecimento econômico da região.

Deste modo, além da propriedade da terra no norte do Rio Grande do Sul, outro fator importante para entender a repercussão do projeto desenvolvimentista do governo Vargas para o estado, é o estudo da produção agrícola no norte e sua relevância para a economia regional. Se primeiro verificou-se a formação da pequena propriedade ao norte do estado, torna-se importante estudar a função dada à ela e a repercussão do projeto desenvolvimentista na produção agrícola.

Assim, a agricultura, no norte do estado, constitui o tema e debate do próximo capítulo. Analisa-se através das fontes: relatório 1938-1942; correspondências, ofícios, cadernos de informações e censos agrários, como se deu a produção agrícola nas propriedades na região de abrangência da Diretoria de Agricultura e como esta repercutiu o projeto socioeconômico desenvolvimentista.

3 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E A DIRETORIA DE TERRAS

Neste capítulo objetiva-se compreender como o projeto desenvolvimentista do governo Vargas, através da atuação da Diretoria de Agricultura, influenciou na produção agrícola no norte do estado, para tal propósito, as fontes que sustentam este capítulo são ofícios, correspondências, telegramas e o relatório da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, referente à Diretoria de Agricultura (1938-1942).

Sobre o Relatório vale ressaltar a delimitação do período analisado, sendo referente apenas ao quinquênio 1938-1942. No entanto, esta delimitação temporal da fonte não interfere na análise da repercussão do projeto desenvolvimentista na produção agrícola no norte do estado, pois realizou-se o cruzamento do Relatório com outras fontes, e entendeu-se que elas refletem um processo de produção agrícola prévio à referida data.

Dessa forma, procurou-se evidenciar como transcorreu a modificação da realidade agrária no norte do estado, isso, através da produção nas pequenas propriedades no norte do Rio Grande do Sul, as quais foram discutidas e contextualizadas ao longo do capítulo anterior. Realizou-se uma retrospectiva da realidade da produção agrícola antes da Era Vargas, ou seja, como o estado do Rio Grande do Sul dirigia e agia sobre a produção agrícola.

Em seguida foram analisados os dados do relatório referentes à Diretoria de Agricultura e discutido como o projeto desenvolvimentista do governo varguista modificou a realidade agrícola na região norte, interligando com os ideais modernizadores e nacionalistas do governo, em contrapartida ao que havia durante a República Velha. Para tanto, utilizou-se como auxílio gráficos e tabelas na interpretação dos dados das fontes, de modo a demonstrar como o projeto socioeconômico interviu na propriedade da terra formada ao norte do estado e na sua utilização produtiva pelos colonos.

3.1 Diretoria de Agricultura e produção agrícola sob a ótica desenvolvimentista a partir de 1930

Verificou-se que o Rio Grande do Sul, após a transição da República Velha à Era Vargas, passou a consolidar as pequenas propriedades com cerca de 27 hectares ao norte do estado. Além disso, constatou-se que a principal força produtiva motora era dos colonos que aqui passaram a habitar com o auxílio das políticas públicas a partir de 1930, que visavam, além do incentivo à colonização, a capitalização da terra, através da compra de propriedades, e a

produção voltada principalmente ao mercado interno.

A produção agrícola no Rio Grande do Sul passou por algumas modificações principalmente a partir das crescentes crises enfrentadas pela economia charqueadora no período pré-1930, como é o caso da concorrência do charque platino. Além da pecuária bovina o Rio Grande do Sul caracterizava-se pela criação de ovinos, principalmente pela exportação de lã, equinos e suínos, esses em uma porcentagem bem pequena comparada à pecuária bovina, como se verifica na tabela abaixo:

Tabela 8- Relação do número de rebanhos presentes no RS de acordo com o Censo de 1920

Rebanhos	Número de Cabeças
Bovinos	8.489.496
Ovinos	4.485.546
Suínos	3.367.098
Equinos	1.405.809
Asininos e Muares	214.829
Caprinos	94.413

Fonte: Da Província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE. 1981. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020

Elaboração da autora.

Neste período era elevado o número de rebanhos e da economia pecuária no estado. A região norte do Rio Grande do Sul apresentava um desenvolvimento pecuário considerado menor comparado à pecuária da região da Campanha e no início do século XX entrou em declínio com o avanço da produção agrícola nas colônias.

Além de o estado do Rio Grande do Sul na década de 1920 ter se caracterizado pela pecuária também possuiu atividade agrícola em seu território. As principais culturas produzidas eram: arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho e trigo. Compreende-se que o estado dedicava seu setor primário ao cultivo destes excedentes, principalmente a partir de uma crise no sistema das charqueadas que implicou em uma modificação da realidade econômica do RS. As produções de milho, trigo, mandioca, fumo, feijão, batata-inglesa, cana-de-açúcar e arroz podem ser verificadas na tabela abaixo:

Tabela 9- Relação das principais culturas produzidas no RS de acordo com o Censo de 1920

Culturas	Produção no RS (tonelada)
Milho	1.148.634.1
Mandioca	402.837.2
Cana-de-açúcar	129.460.7
Feijão	121.114.0
Arroz	112.727.4
Trigo	83.748.0
Batata-inglesa	52.706.8
Fumo	14.420.6

Fonte: Da Província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE. 1981. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Elaboração da autora.

As culturas indicadas na tabela acima eram as de maior expressão em todo o estado durante a década de 1920. Deste modo, antes de analisar a produção agrícola no norte do estado do Rio Grande do Sul a partir de 1930, necessita-se apresentar o Relatório (1938-1942), uma das fontes utilizadas para a interpretação da produção agrícola.

O Relatório de 1938-1942 pertencia à seção Estadual da Secretaria de Obras Públicas do Estado. O documento foi organizado pelo Agrônomo Ataliba de Figueiredo Paz, da Secretaria de Agricultura e Comércio, direcionado ao General Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor federal do Rio Grande do Sul entre março de 1938 e setembro de 1943.

A Secretaria de Agricultura e Comércio foi criada em 1935 e instalada em 1936, sendo desenvolvida como um órgão governamental destinada ao fomento da produção agrícola do Rio Grande do Sul, assim como para a promoção do melhoramento econômico e assistência técnica aos produtores.

A Diretoria era responsável pela criação de Estações Experimentais, Campos Experimentais, Campos de Cooperação e Campos de Multiplicação de Sementes. O Relatório, assim, subdividia-se nas atuações da: Diretoria de Agricultura, Diretoria de Produção Mineral, Diretoria de Indústria e Comércio, Diretoria de Terras e Colonização e Diretoria de Produção Animal. Para este capítulo foca-se na atuação da Diretoria de Agricultura que possuía as respectivas seções: Agronomia e Inspeção; Assistência e Defesa; Fruticultura.

A Diretoria de Agricultura, com a instalação de diferentes subdivisões como Campos de Multiplicação, Cooperação e Entrepostos, além da organização da produção agrícola, tratava também de realizar estudos e testes para o melhoramento de novos implementos agrários no norte do estado.

Para o funcionamento de todo este aparato, o estado além de contar com o auxílio dos municípios também tinha o amparo de empresas, assim, para manter as Estações e Campos, a Diretoria contava com suporte público e privado. Deste modo, sobre o olhar de como o Estado, a partir de 1930, passou a incentivar o melhoramento agrícola e agir intensificando o desenvolvimento das localidades para estudo e produção de excedentes, como demonstra a documentação analisada, cabe, primeiramente, dissertar sobre as diferentes culturas produzidas no norte do Rio Grande do Sul a partir de 1930 e a modificação da produção agrícola no norte do estado comparada com o censo de 1920, como observa-se em seguida.

Assim, no segmento a seguir será discutida a produção agrícola no norte do Rio Grande do Sul através das fontes já citadas nesta pesquisa e dos censos de 1920 e 1940 para comparação da modificação de insumos produzidos no período estudado.

3.2. Produção agrícola nos municípios situados no norte do Rio Grande Do Sul

Neste subcapítulo, partindo da apresentação do Relatório da Diretoria, propomos uma investigação da produção agrícola nos municípios situados no norte do Estado que fazem parte da administração da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo (CTC) e da Diretoria de Agricultura. Assim, para exemplificar como se deu a produção agrícola nos municípios de Arroio do Meio, Carazinho, Cruz Alta, Encanado, Guaporé, Iraí, Palmeira, Passo Fundo, Sarandi e Soledade, utilizam-se os dados do censo de 1920 e 1940 para comparação. Os dados foram divididos nas seguintes tipologias para melhor compreensão e análise: cereais, raízes e tubérculos, leguminosos e diversos. Assim, segue:

Tabela 10- Produção de cereais em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940:

Municípios	(continua)					
	Arroz 1920	Arroz 1940	Milho 1920	Milho 1940	Trigo 1920	Trigo 1940
Arroio do Meio	-	280	-	15.111	-	367
Carazinho	-	762	-	36.032	-	662
Cruz Alta	11.562	711	22.112	20.749	787.6	775
Encantado	19.464	411	36.027	32.653	2.548	1.848
Guaporé	65.550	611	80.871	39.615	11.143	4.005
Iraí	-	109	-	11.782	-	566

Municípios	(conclusão)					
	Arroz 1920	Arroz 1940	Milho 1920	Milho 1940	Trigo 1920	Trigo 1940
Palmeira	19.467	689	32.588	55.870	922.2	2.156
Passo Fundo	20.837	980	32.670	28.382	4.211	4.603
Sarandi	-	185	-	21.282	-	2.686
Soledade	428	593	24.056	17.090	1.803	1.938

Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.

Disponível em:

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs.

Acesso em: 13 out. 2020.

Elaboração da autora.

Na tabela acima nota-se, primeiramente, que Arroio do Meio, Carazinho, Iraí e Sarandi não possuem números produtivos no ano de 1920, isso acontece, pois esses foram municípios criados posteriormente ao censo de 1920, deste modo, justifica-se o fato dessas localidades não apresentarem dados nas tabelas de produção acima. Arroio do Meio foi criado a partir do Decreto N° 5.759, de 28.11.1934; Carazinho através do Decreto N° 4.709, de 24.01.1931; Iraí por meio do Decreto N° 5.368, de 10.07.1933; Sarandi através do Decreto N° 7.840, de 27.06.1939.

Verifica-se a produção de arroz, milho e trigo nos municípios criados a partir de 1920, demonstrando que esses continuaram com produção agrícola a partir do que os municípios que foram desmembrados produziam. Arroio do Meio foi desmembrado dos municípios de Lajeado e Encantado, Carazinho e Sarandi do município de Passo Fundo e Iraí desmembrado do município de Palmeira. Visto que estes municípios passaram a produzir de modo próprio e a agregar no censo de 1940 a quantia da sua produção agrícola, observa-se que nos municípios que sofreram desmembramento houve uma diminuição da produção total no censo de 1940 comparado ao de 1920.

Os municípios nos quais se verificou o aumento da produção foram: Soledade com a produção de arroz que aumentou 38% e trigo com aumento de 8%; Palmeira em que a produção de milho foi acrescida em cerca de 70%; Passo Fundo com o cultivo de trigo aumentando em 9.3%.

De acordo com Rückert e Moro (1986) observa-se que a produção agrícola alimentar, especialmente no município de Passo Fundo, passou a ocorrer no início do século XX e no

decorrer da década de 1930, estabelecendo assim o desenvolvimento da região devido ao fato do município estar afastado dos principais mercados localizados no litoral e no centro do estado. Dessa forma, para que pudesse ocorrer uma produção agrícola relevante tornava-se necessária uma estruturação móvel, como estradas e ferrovias, e a mão de obra dos colonos.

O município de Passo Fundo desde o século XIX destacou-se na produção de trigo, mesmo que em pequena escala e quantidade em virtude das condições externas, como por exemplo, a qualidade da semente e os ensinamentos necessários para um cultivo adequado. É a partir da década de 1920 com Vargas na presidência do estado do Rio Grande do Sul, e de 1930 quando assume o cargo federal que notamos modificações importantes relacionadas à produção agrícola e sua infraestrutura no que diz respeito à locomoção e armazenamento da produção.

Sobre os incentivos acerca do trigo no governo estadual varguista, Tedesco e Sander elucidam:

Em termos de Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas então governador, em 1928, logo no início de seu mandato, definiu as bases para o cultivo racional do trigo, instalando estações fitotécnicas destinadas a melhorar as variedades, adaptando as sementes aos processos bioclimáticos. A ideia, que logo depois seria implantada em nível Brasil, era de propiciar a produção interna de alimentos e, de preferência, a preços baixos. Porém, a falta de recursos financeiros, de conhecimentos técnicos e de redes de comercialização levou a que os resultados esperados nos primeiros anos de atuação desses centros não fossem expressivos (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 103).

As mudanças introduzidas pelo governo varguista foram sendo inseridas na realidade rural de modo gradativo, como apresenta-se no decorrer do capítulo. Sobre a produção de trigo, nota-se que durante o governo federal varguista houve uma reorientação das políticas externas relacionadas à importação, principalmente no período de 1936-1940. Assim:

Com o desestímulo geral às importações de bens de consumo – exceção à farinha – no setor agrícola, estimula-se a diversificação da produção na região do café e amplia-se a integração de outras regiões e produtos para a expansão do mercado interno. É neste quadro geral, pois – diminuição das importações de bens de consumo, incentivos à importação de máquinas agrícolas, estímulos à produção alimentar – que se situa a política do trigo esboçada nesse período (MORO; RÜCKERT, 1986, p. 46).

Instituiu-se, assim, uma política de organização interna do mercado visando a produção, comercialização interna, postos de multiplicação e estudo das sementes de trigo e, também, estações experimentais. Toda essa organização buscava diminuir as dificuldades da produção enfrentadas até então. No ano de 1937, de acordo com a Lei n. 470, de 09/08/1937, foi criada a Estação Experimental do Trigo, instalado em 1939 e inaugurada em 1940 no município de

Passo Fundo¹⁶. A Estação foi desenvolvida para o melhoramento e estudo da qualidade e armazenamento das sementes, tanto do município de Passo Fundo, quanto dos outros municípios produtores. Além das Estações Experimentais que foram sendo criadas, nota-se que o estado atuou “Com o objetivo de reduzir a importação do trigo, o governo, por decreto, em 1937, criou o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, cuja finalidade era impulsionar a fabricação de pão misto, o qual teria 70% de farinha [...]” (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 103).

Verifica-se que o avanço das políticas envoltas sobre o trigo visando o mercado consumidor ocorreram a partir de 1930, pois durante o governo federal varguista tornou-se crescentes os incentivos à produção, como se pode perceber que:

Durante o Estado Novo, o governo federal assinou em 5 de janeiro de 1944, o Decreto – Lei 6.170, criando o Serviço de Expansão do Trigo – SET – junto ao Ministério da Agricultura. Cabia ao SET: a) centralizar e coordenar a política do setor; b) distribuir gratuitamente sementes; c) promover a criação de cooperativas e d) fiscalizar o comércio e a industrialização do cereal (MORO; RÜCKERT, 1986, p. 47).

A produção de trigo, assim como dos demais cereais demonstrados na tabela 10, foi amplamente conduzida nos municípios analisados e assegurada através de incentivos do governo, tema que será debatido ao longo deste capítulo: os diferentes estímulos desenvolvidos pelo Estado para alavancar a produção agrícola regional visando o mercado interno.

Seguimos a análise da produção agrícola com a tabela sobre as raízes e tubérculos:

Tabela 11- Produção de raízes e tubérculos em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940:

Municípios	Mandioca 1920	Mandioca 1940	Batata- inglesa 1920	Batata-inglesa 1940
Arroio do Meio	-	11.009	-	775
Carazinho	-	103.194	-	1.670
Cruz Alta	5.806	45.773	506	2.118
Encantado	8.800	1.744	186	413
Guaporé	150	9.207	1.368	389
Iraí	-	6.723	-	197
Palmeira	1.236	64.208	114.800	2.245
Passo Fundo	7.571	12.041	622	465
Sarandí	-	24.399	-	309
Soledade	380.800	10.585	213	567

¹⁶ Fonte: Estado do Rio Grande do Sul Relatório da SAIC do Estado/RS 1945.

Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.
Disponível em:
http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs.
Acesso em: 13 out. 2020.
Elaboração da autora.

Na tabela sobre raízes e tubérculos nota-se um aumento crescente na produção de mandioca em Cruz Alta, Guaporé, Palmeira e Passo Fundo. Produção essa que em Cruz Alta chegou a aumentar 600%, enquanto em Passo Fundo cresceu 60%. O único município que possuiu aumento produtivo em ambas as culturas foi Cruz Alta. Já Encantado e Soledade apresentaram no censo de 1940 uma queda na produção de mandioca, entretanto, a produção de batata-inglesa nesses dois municípios vivenciou uma alta. Em Soledade houve uma produção de 160% a mais de batata-inglesa que a identificada no censo de 1920, já em Encantado o aumento foi cerca de 120%.

Na próxima tabela será analisada a produção de leguminosas:

Tabela 12- Produção de leguminosas em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940:

Municípios	Feijão 1920	Feijão 1940
Arroio do Meio	-	1.472
Carazinho	-	1.211
Cruz Alta	1.095	1.327
Encantado	3.003	3.124
Guaporé	4.077	1.659
Iraí	-	823
Palmeira	3.957	5.599
Passo Fundo	1.849	1.557
Sarandi	-	805
Soledade	2.516	1.681

Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.
Disponível em:
http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs.
Acesso em: 13 out. 2020.
Elaboração da autora.

Sobre a produção de leguminosas verifica-se um aumento na década de 1940 nos municípios de Cruz Alta, Encantado e Palmeira, enquanto em Guaporé, Passo Fundo e Soledade ocorreu uma queda na produção agrícola do feijão. A produção de feijão nos períodos descritos demonstra que, mesmo que esta cultura não fosse uma das principais do norte do estado, como trigo, por exemplo, o aumento produtivo relaciona-se com o aumento de incentivos para a produção agrícola, como maquinários, trabalho nas propriedades e atuação da Diretoria de Agricultura.

A tabela 13 analisa a produção agrícola nos censos de 1920 e 1940 sendo referente ao

fumo e a cana-de-açúcar, como segue:

Tabela 13- Produção de diversos em tonelada nos municípios ao norte do RS de acordo com o Censo de 1920 e 1940:

Municípios	Fumo 1920	Fumo 1940	Cana-de-açúcar 1920	Cana-de-açúcar 1940
Arroio do Meio	-	351	-	9.165
Carazinho	-	1	-	4.535
Cruz Alta	348.400	27	165.100	22.722
Encantado	13.100	6	425.400	6.352
Guaporé	1.104	5	1.285	8.507
Iraí	-	129	-	10.767
Palmeira	369.600	1.849	10.396	39.662
Passo Fundo	135.300	2	88.300	156
Sarandi	-	33	-	3.186
Soledade	1.152	480	6.800	1.640

Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.

Disponível em:

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t

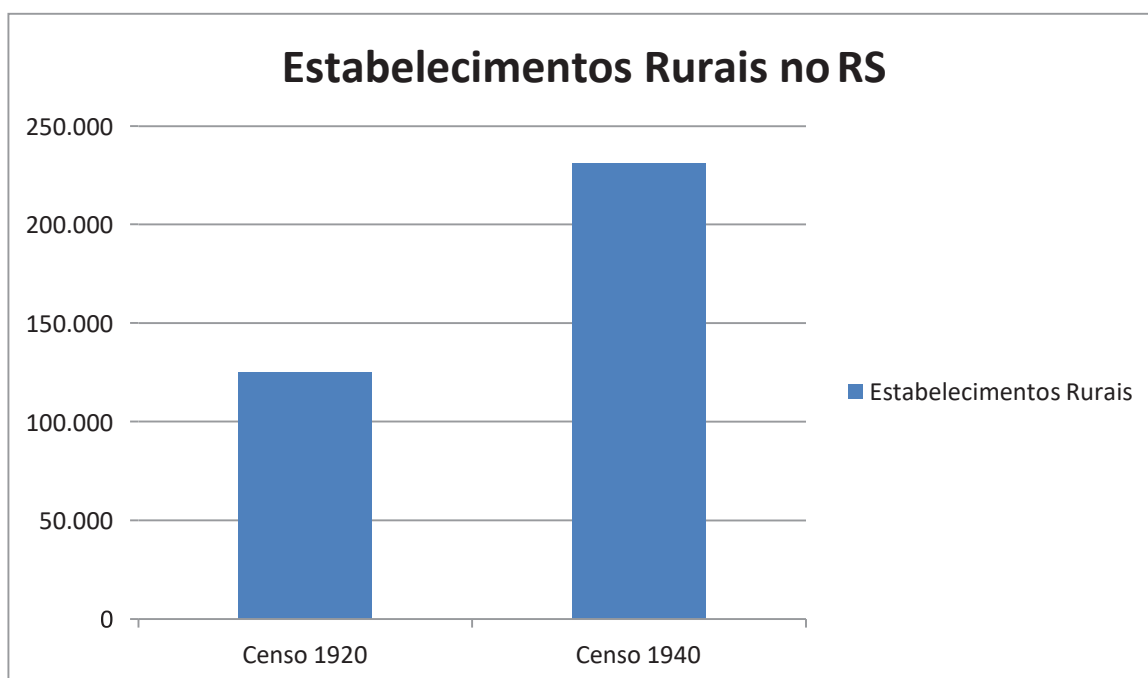
2rs.Acesso em: 13 out. 2020.

Elaboração da autora.

Nota-se que no censo de 1920 a produção de fumo era considerável nos municípios de Cruz Alta, Palmeira e Passo Fundo. Entretanto, entre os excedentes analisados nas tabelas ele é o que mais apresentou diminuição de produção durante a Era Vargas. Pode-se atrelar esse acontecimento ao fato de que ao final da década de 1920 e década de 1930 os impostos sobre o fumo aumentaram cerca de 200% (AXT, 2002, p. 130), dessa forma, esse aumento do imposto pode ter influenciado a queda da produção do excedente, assim como, levado essas localidades a produzir outras culturas, como observado nas tabelas acima.

Deste modo, nota-se nas tabelas supracitadas o aumento em 1940 na produção de excedentes em alguns municípios enquanto ocorre a queda da produção de outros, como o fumo e o feijão, principalmente. Uma das atribuições que podemos verificar no aumento da produção agrícola está ligada à quantidade de pequenas propriedades rurais, como se verifica no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Estabelecimentos Rurais (1920-1940) no RS



Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.

Disponível em:

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs.

Acesso em: 13 out. 2020.

Elaboração da autora.

De acordo com o censo de 1940 o Rio Grande do Sul possuía 230.722 pequenas propriedades enquanto em 1920 havia 124.990. Nota-se que houve, entre 1920 e 1940, 105.822 novos estabelecimentos, configurando um aumento de cerca de 84%. Pode-se entender a ampliação de estabelecimentos rurais no estado devido à crescente atuação da SENAIC, que visava efetivar uma colonização das áreas rurais, buscando, sobretudo, a produção agrícola nos estabelecimentos e a circulação dos excedentes no mercado interno. A relação do mercado interno é muito importante para entender o aumento dos estabelecimentos rurais no período, pois para Herrlein Jr.:

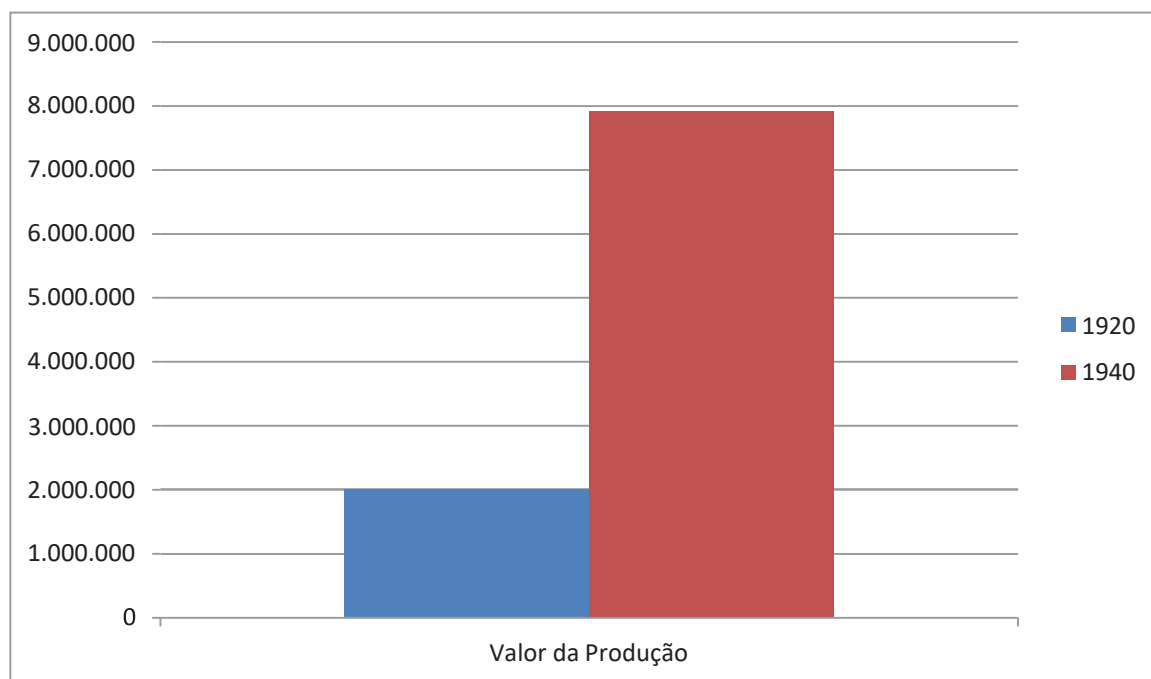
Ao longo das décadas de 30 e 40, a ampliação do mercado interno nacional, praticamente protegido das importações, permitiu que os setores produtivos regionais gaúchos permanecessem a salvo de pressões concorrenciais de produtores agrícolas melhor localizados ou de produtores industriais do centro, cujos estabelecimentos operavam com maiores economias internas (escalas de produção superiores) e externas (sobretudo baixos custos relativos de energia elétrica) (HERRLEIN JR. 2004, p. 6).

Assim, se o colono passava a possuir condições de adquirir um estabelecimento e produzir nesse local, utilizando os incentivos federais, a produção voltada ao mercado tenderia a ser positiva, visto que a produção nestes estabelecimentos estava protegida da concorrência

externa.

Assim, sobre o valor da produção nestes estabelecimentos segue o gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Valor da Produção agrícola no RS



Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.

Disponível em:

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs.

Acesso em: 13 out. 2020.

Elaboração da autora.

Já sobre a produção nestes estabelecimentos, o censo demonstra que em 1920 o valor de produção era de 2.010.999 enquanto em 1940 o valor passou para 7.929.191, um acréscimo de cerca de 295%. Tanto o aumento da quantidade de estabelecimentos rurais no RS quanto do valor da produção agrícola no comparativo aos censos de 1920 e 1940 é atribuído, primeiramente, à ação da CTC que investiu nos projetos de colonização de novas terras, mas também ao papel da Diretoria de Agricultura, como será discutido, no que diz respeito às ações de incentivo no campo e de facilidade para compra pelos agricultores de maquinário, por exemplo.

Como observado, o aumento da produção agrícola durante a Era Vargas, especialmente à década de 1940, como demonstrada no gráfico acima, relaciona-se com as políticas socioeconômicas do período, essas que incentivavam a expansão para novas áreas, gerando assim mais produção, o que implicava em um maior abastecimento de insumos ao mercado interno que estava em constante crescimento.

Através do Relatório podemos analisar a distribuição de sementes no quinquênio de

1938-1942 como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 14 – Distribuição de sementes no quinquênio de 1938-1942 no RS

Culturas	Unidade (kg)
Trigo	1.446.749
Feijão	757.355
Mandioca	306.065
Batata-Inglesa	282.219
Milho	221.241
Arroz	123.300
Fumo	36

Fonte: Estado do Rio Grande do Sul Relatório da SAIC do Estado/RS 1945. Elaboração da autora.

A tabela acima demonstra, em quilograma, a quantidade de sementes distribuídas pela Diretoria de Agricultura aos produtores rurais, sendo essas as principais culturas produzidas no RS. A distribuição representa, como pôde ser observado anteriormente nas tabelas 11, 12, 13 e 14, a produção crescente no censo de 1940 de culturas como milho, trigo, mandioca e cana-de-açúcar, que foram as mais expressivas e, conseqüentemente, assim como é o caso do trigo, mandioca e milho estão entre as mais distribuídas pela Diretoria.

Observamos, assim, na tabela 14, que o trigo com 1.446.749 kg, a mandioca com 306.065 kg e o milho com 282.219 kg eram as sementes mais distribuídas aos agricultores para plantio. No norte do estado, entretanto, vimos que o feijão não era uma cultura de grande plantio, com cerca de 1.925 toneladas por município, mas era a segunda semente mais distribuída pela Diretoria de Agricultura no estado do RS, demonstrando ser uma cultura muito produzida em outras regiões.

As principais sementes distribuídas observadas acima refletem muito a produção agrícola no norte do estado. O trigo em primeiro lugar, como dito anteriormente, era o principal cereal produzido ao norte do estado, especialmente na região de Passo Fundo, Guaporé, Sarandi e Palmeira, como observado na tabela 10. Na região de Passo Fundo o cereal era transportado através da ferrovia que havia no município ligando o norte do estado com as demais regiões do Rio Grande do Sul assim como de Santa Catarina. Dessa forma, a maior distribuição das sementes de trigo liga-se ao fato da existência de agroindústrias e moinhos no município, sendo fatores que alavancavam a produção e a distribuição ao mercado interno.

O desenvolvimento do trigo na região de Passo Fundo pode ser observado no que traz Tedesco, “[...] em 1938, entre sedes e distritos, havia em Passo Fundo 64 moinhos de trigo [...]” (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 100). Além dos moinhos, o município se destacava através do crescimento de setores como serrarias, frigorífico, ferrarias, engenhos de erva-mate

e descascadores de arroz.

Para Tedesco e Sander, o olhar sobre a região de Passo Fundo, através da cultura do trigo explana que “esse quadro nos dá uma ideia do dinamismo econômico do município e da liderança dos setores ligados à madeira e ao trigo no conjunto dos estabelecimentos econômicos” (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 100).

Uma das formas pelas quais a Diretoria de Agricultura atuava no auxílio ao produtor rural era o estudo das sementes para o desenvolvimento saudável dos produtos agrícolas no estado, assim, necessitava-se um laboratório específico de estudos.

A Diretoria de Agricultura possuía o Laboratório de Biologia Agrícola e o Laboratório de Química Agrícola¹⁷, o primeiro tendo sido criado em 1937. Foi durante o Estado Novo, no ano de 1939, que o Laboratório de Biologia Agrícola obteve melhoramento nos seus recursos, especialmente no que diz respeito a técnicos e materiais para um gradual desempenho nos estudos referentes às debilidades que afetavam as culturas produzidas.

Nota-se que durante o Estado Novo houve maior incentivo nos aspectos modernizadores do mundo agrícola. Fator observado devido à forte centralização de todos os aspectos da sociedade durante os anos de 1937-1945. Com uma maior atuação do Estado, controlando e modernizando o mundo agrícola, o período se caracterizou por estes incentivos à modernização, cientificidade e estudos, como é o caso do Laboratório de Biologia Agrícola.

Além de trabalhar no aprimoramento genético das sementes, a Diretoria de Agricultura investiu durante a Era Vargas, principalmente no período do Estado Novo, em estudos e publicações científicas de seus técnicos sobre pragas e melhoramento da saúde dos excedentes plantados. Na tabela abaixo pode-se observar o modo com que a Diretoria agiu sobre os estudos científicos:

Tabela 15 – Publicações realizadas pela Diretoria de Agricultura

Discriminação		1939	1940	1941	1942
Trabalhos Científicos publicados		18	-	-	-
Laboratório de Biologia Agrícola	Consultas	-	474	533	308
	Receitas	-	211	166	-
	Classificação de espécimes	-	359	396	-
	Trabalhos publicados	-	21	12	12
Laboratório de Química Agrícola	Análise de Terras	-	81	-	353
	Trabalhos Publicados	-	-	2	-

Fonte: Estado do Rio Grande do Sul Relatório da SAIC do Estado/RS 1945. Elaboração da autora.

Na tabela acima se analisa primeiramente a discriminação sobre os trabalhos científicos publicados, apenas no ano de 1939, dezoito desses foram publicados, eles dizem respeito aos ensaios realizados pelos cientistas da Diretoria de Agricultura sobre os estudos acerca da saúde das sementes e do solo agrícola.

O Laboratório de Biologia Agrícola realizava consultas aos agricultores, sendo que entre os anos de 1940-1942 um total de 1.315 foram realizadas. Elas eram executadas quando um agricultor notava algum problema nas sementes durante o plantio, ou possuía alguma dúvida pontual, as consultas, assim, podiam auxiliar no tratamento de pragas, por exemplo.

Entre 1939-1942 o Laboratório de Biologia Agrícola formulou 377 receitas. As receitas eram destinadas às plantações que apresentavam algum problema específico durante a consulta realizada pelos técnicos nas plantações. O Laboratório também realizava a classificação de espécimes, entre 1939-1942 houve 755 classificações. Esse trabalho ocorria a partir de estudos e experimentações feitas com diferentes sementes para o melhoramento genético dessas. Desse modo, as classificações de espécimes eram efetuadas a partir do momento que se concluía os estudos sobre culturas e sementes, assim, descobrindo novas diversidades para plantio.

Sobre a publicação de artigos, houve um total de 65 ensaios publicados pelo Laboratório

de Biologia. Pressupõe-se através da contextualização dos dados que estes artigos estavam ligados a trabalhos científicos sobre experimentações, estudos genéticos, assim como, para noticiar as melhores maneiras de realizar plantio e cuidado a determinada semente. A fonte, nesse caso, não responde com clareza a temática explícita destas publicações.

O Laboratório de Química Agrícola realizava, por sua vez, análise de terras, que consistia no estudo sobre as terras que possuíam alguma ocorrência realizada pelo agricultor, por exemplo. Quando a terra apresentava alguma particularidade, como má qualidade do solo para plantio, o Laboratório de Química realizava o estudo para saber os motivos e como solucionar esses problemas, visando melhorar a qualidade do solo para que o trabalho do agricultor pudesse ser realizado. Durante o período de 1939-1942, ocorreram 434 análises de solo.

Outra atuação realizada pelos técnicos da Diretoria de Agricultura durante as visitas às propriedades rurais era a discussão com os agricultores sobre a utilização dos lotes rurais. Era debatida, assim, a necessidade daqueles agricultores que possuíam apenas núcleo pastoril, de anexarem um núcleo agrícola juntamente ao foco pastoril, pois, tornava-se importante agir sobre a imposição alimentar dos rebanhos. Deste modo, a Diretoria demonstrava sua visão sobre a necessidade de uma transição gradual do sistema pastoril para o pastoril-agrícola validando a importância fundamental da agricultura neste período.

No relatório a ideia principal sugerida é a da união de duas colônias, ou seja, o ideal segundo os técnicos seria cada colono ter duas colônias, cada uma com uma média de 25 hectares, assim, cada colônia ficaria responsável pelo funcionamento de uma atividade. Enquanto o colono realizasse atividade pastoril em uma, na outra ocorreria a produção agrícola. A Diretoria era responsável pela difusão do conhecimento necessário aos colonos para estes poderem agir sobre a produção agrícola em suas propriedades da forma que achassem necessário.

Entende-se, desta forma, tanto através de consultas, receitas, publicações, quanto da atuação dos técnicos da Diretoria de Agricultura nas propriedades rurais, a importância do ensino rural para o avanço do projeto socioeconômico desenvolvimentista ao mundo rural. Pois é a partir deste ensino agrícola e do trabalho da Diretoria pontualmente nas propriedades rurais e com os agricultores que as melhorias técnicas e a modernização poderiam adentrar no mundo agrícola. Este ideal de uma educação rural foi manifestado durante os discursos de Getúlio Vargas a partir de 1930, e era compreendido como uma peça fundamental para o desenvolvimento tanto da agricultura quanto do mundo agrícola.

Assim, verificou-se que um dos meios concebidos pelo governo estadual em parceria

com o incentivo federal para difusão do conhecimento agrícola foi o ensino ambulante da agricultura, iniciado em 1941. Na região norte do recorte deste estudo, os municípios que receberam o ensino ambulante da agricultura realizado pela Diretoria, de acordo com o Relatório, foram Encantado e Arroio do Meio. A educação rural foi assim um dos projetos do governo varguista para alavancar a produção agrícola, partindo da ideia central de que o conhecimento exposto aos agricultores traria melhores resultados em sua produção. Para o ensino rural a Diretoria dispunha de técnicos, veterinários e agrônomos, além do material necessário para demonstração, como sementes, gráficos e amostras.

Após o ano de 1942 não houve mais menções do ensino agrícola realizado pela Diretoria no Rio Grande do Sul, logo, de acordo com os dados analisados, esse sistema de auxílio e ensino aos agricultores ocorreu entre 1941 e 1942, isso, mesmo verificando-se que este projeto de desenvolvimento e melhoramento das condições do mundo agrícola havia sido exposto nos anos iniciais do governo varguista em seus primeiros discursos que apresentavam seus ideais de governo.

Além do ensino rural, nota-se o incentivo crescente à modernização agrícola inserido no projeto desenvolvimentista do governo varguista, o que se verifica com o estímulo da Diretoria na modernização sistemática do aparelhamento rural, devido ao fato de que eram inúmeras as condições disponíveis para o financiamento de máquinas e instrumentos para a agricultura.

O maquinário poderia ser adquirido com 20% ou 30% de entrada e o restante dividido entre 09 até 30 meses de acordo com o valor da máquina adquirida. Ressalta-se que, para poder adquirir o maquinário à preço de custo, o agricultor deveria estar inscrito no Registro Especializado pertencente à Secção de Informações e Propaganda Agrícola.

Na tabela abaixo, pode-se verificar a quantia de máquinas e instrumentos presentes nas propriedades rurais no Rio Grande do Sul em comparação aos censos agrícolas de 1920 e 1940:

Tabela 16 – Máquinas e Instrumentos Agrícolas no RS (1920 – 1940)

Especificação	1920	1940
Arados	73.403	22.656
Grades	33.014	65.322
Semeadeiras	7.969	72.334
Cultivadores	9.200	99.467
Ceifadeiras	10.780	1.662
Tratores	817	1.104

Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.

Disponível em:

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs.

Acesso em: 13 out. 2020.

Elaboração da autora.

Nota-se na tabela acima o amplo aumento do maquinário e instrumento agrícola em 1940. Em vinte anos, a ampliação ocorreu com os arados em um total de 149.253, já as grades demonstraram aumento de 32.308, as semeadeiras¹⁷ de 64.365, os cultivadores de 90.267 e os tratores de 287. Por outro lado, os cultivadores¹⁸ decresceram 9.118.

Este crescente aumento esteve correlacionado com a modernização dos aspectos rurais, pois o governo, através do Crédito Agrícola e políticas fomentadoras, por exemplo, auxiliou na possibilidade de pequenos produtores, assim como de grandes proprietários de terras, adquirirem maquinários e alavancarem a produção agrícola em suas propriedades.

De acordo com Leme na obra *“Políticas Estatais para a Agricultura Brasileira”*, verifica-se a importância do Crédito aos produtores rurais no período:

No início da década de trinta, as políticas de incentivo à produção podem ser consideradas bastante setoriais, porém na segunda metade desta mesma década, o Governo assinala com a primeira iniciativa de desenvolver uma política agrícola mais abrangente, que não privilegiasse apenas uma região e um ou outro produto. Esta política tinha como objetivo principal suprir o mercado interno, para tanto era necessário diversificar a produção agropecuária em todo o país. A grande ferramenta utilizada para alcançar esta meta foi o Crédito Rural - o CREA do Banco do Brasil (LEME, 1999, p. 67).

Assim, percebe-se, sobretudo, o aumento do número de maquinário e instrumentos presentes nos estabelecimentos rurais, em parte devido ao incentivo à modernização realizada

¹⁷ Instrumento utilizado para plantar a semente no solo de modo ordenado, seguindo as características definidas de espaçamento e profundidade.

¹⁸ Instrumento para preparar o solo antes do plantio.

pela Diretoria de Agricultura, mas também pelas condições financeiras impostas, muitas vezes facilitando o processo para adquirir um novo instrumento.

O maquinário e os instrumentos agrícolas são questões importantes na realidade do período, pois estão conectados com a infraestrutura e modernização do mundo agrícola. Sabe-se que durante a Era Vargas o intervencionismo foi uma das bases pela qual o projeto desenvolvimentista foi sendo constituído, logo, o papel do estado sobre a intervenção na economia fazia-se também através da atuação e, também, estabelecendo meios pelos quais os pequenos proprietários pudessem adquirir equipamentos agrícolas.

Mesmo que observamos na tabela acima o aumento do número de maquinários e a leitura de que as políticas fomentadoras do período contribuíram para este crescente número, observa-se na leitura de Leme, outro viés acerca do assunto:

Apesar da iniciativa do Governo Federal em promover a distribuição de recursos, esta realidade não chegou a ser real e amplamente concretizada. Vários motivos são apontados, por exemplo, a insuficiência de agências do Banco do Brasil pelo território nacional, a falta de recursos para o financiamento de todos os produtores e entre estes motivos, e a razão particularmente mais relevante: o fato de que em todas as épocas desde que foi criado o crédito rural a atualidade, o recurso financeiro é retirado em grandes quantidades, e apenas por grandes produtores ou proprietários, que muitas vezes atuam como intermediários para o financiamento dos pequenos produtores cobrando destes, taxas de juros muito mais altas do que as praticadas pelas agências bancárias (LEME, 1999, p. 68).

Assim, não se desconsidera o fato de que apesar do número de maquinários ter aumentado em grandes proporções nos vinte anos descritos, muitos dos indivíduos que alavancaram suas propriedades e modernizaram estas com instrumentos agrícolas tenham sido grandes proprietários que possuíam, de forma desproporcional aos colonos donos de pequenos lotes de terras, vantagens e oportunidades financeiras de adquirir instrumentos e máquinas mais modernas.

Outra tabela que pode evidenciar o aumento do maquinário e instrumento agrícola é a que demonstra, através dos municípios ao norte do RS, a aquisição dos equipamentos, assim, segue abaixo:

Tabela 17 – Maquinário e Instrumentos nos municípios ao norte do RS (1940)

Municípios	Grades	Arados	Semeadeiras	Cultivadores	Ceifadeiras	Tratores
Arroio do Meio	127	2.309	1.022	397	15	7
Carazinho	370	5.296	1.839	619	6	17
Cruz Alta	1.196	5.231	2.081	642	13	23
Encantado	174	2.655	1.825	1.083	10	7
Guaporé	65	4.964	4.255	46	66	10
Iraí	17	474	624	43	6	1
Palmeira	1.097	5.142	4.592	5.372	18	14
Passo Fundo	385	3.860	1.186	737	13	5
Sarandi	68	2.341	304	220	8	2
Soledade	375	2.781	486	108	36	6

Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.

Disponível em:

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t

2rs.Acesso em: 27 nov. 2020.

Elaboração da autora.

Na tabela acima verifica-se a quantidade de instrumentos e maquinas agrícolas presentes em cada um dos municípios analisados ao norte do estado. Nota-se, primeiramente, que os arados e as semeadeiras eram os instrumentos agrícolas mais adquiridos em todos os municípios de análise. Por outro lado, os maquinários que apareciam em menor quantidade entre os municípios eram as ceifadeiras e tratores. Para melhor visualização do total de maquinário presente em cada um dos dez municípios, segue a tabela abaixo com a totalidade de instrumentos correspondentes:

Tabela 18- Quantidade total de maquinário e instrumentos em 1940 por município

Município	Nº total
Palmeira	16.235
Guaporé	9.406
Cruz Alta	9.186
Carazinho	8.147
Passo Fundo	6.186
Encantado	5.754
Soledade	3.792
Arroio do Meio	3.877
Sarandi	2.943
Iraí	1.165

Fonte: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950.
Disponível em:
http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs. Acesso em: 27 nov. 2020.
Elaboração da autora.

Nota-se que os municípios de Palmeira, Guaporé e Cruz Alta eram os que mais possuíam maquinário e instrumentos agrícolas de acordo com o censo de 1940. Verifica-se que esses três municípios por serem grandes produtores agrícolas no norte do estado necessitavam de um bom aparelhamento e instrumentos para produzirem as culturas e repercutirem o desenvolvimento agrícola da região norte. Desta forma, a modernização dos aspectos agrícolas, como os maquinários e instrumentos, está diretamente ligada ao projeto desenvolvimentista e, conseqüentemente, à expansão produtiva das culturas na década de 1940.

Nota-se também, que mesmo Passo Fundo sendo um dos principais municípios da região norte neste período, não era o que mais possuía maquinário agrário, estando apenas na quinta posição entre os dez municípios de recorte desta pesquisa.

Assim, além das ações modernizadoras e de incentivo à educação agrícola, a Diretoria agia fisicamente nas localidades. Nos municípios de atuação da Diretoria de Agricultura constava o núcleo de ação da Secretaria Estadual dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (SENAIC), denominada como Seção de Assistência e Defesa. Suas subdivisões podem ser visualizadas na tabela seguinte:

Tabela 19 – Subdivisões da Diretoria de Agricultura no norte do RS

Seção	Subdivisão	Município
Seção de Assistência e Defesa da Diretoria de Agricultura	Campo de Multiplicação de Sementes	Palmeira
	Entrepósito de Sementes	Passo Fundo
	Campo de Cooperação	Soledade

Fonte: Estado do Rio Grande do Sul Relatório da SAIC do Estado/RS 1945. Elaboração da autora.

A Seção de Assistência e Defesa atuava nos municípios de Palmeira, Passo Fundo e Soledade realizando ações de assistência e auxílio aos centros produtores. Analisa-se, primeiramente, o Campo de Multiplicação de Sementes de Palmeira, que atuava sobre a produção de trigo, tendo sido construído em 1943, na vila de Frederico Westphalen, com área de 1.600.000 metros quadrados. O custeio deste Campo foi de Cr\$ 10.000,00 cruzeiros, mais algum número não informado de toros de madeira e lotes de terras públicas, já o de Soledade possuía área de 8000.000 m² e foi instalado em 1940.

A importância do Campo de Multiplicação de Sementes para o projeto desenvolvimentista do governo Vargas se fez perceber no interesse, primeiramente federal, passando para o estadual, de ação da Diretoria de Agricultura de modernização do aparato rural, assim como no desenvolvimento de uma educação rural do produtor, visto que a Diretoria investia, como dito anteriormente, em técnicos para informar e passar aos produtores rurais informações sobre o campo, conforme ocorriam novos estudos e descobertas envolvendo a produção agrícola nas seções da Diretoria de Agricultura.

Assim, o Estado passou a investir nas frentes tecnológicas para o melhoramento da produção agrícola, deixando claro o interesse científico por parte do governo em gerar melhorias no mundo agrícola no norte do Rio Grande do Sul.

Em Passo Fundo localizava-se o Entrepasto de Sementes. Este local tinha como objetivo armazenar as sementes que eram produzidas nos municípios fornecedores e melhoradas nos laboratórios da Diretoria de Agricultura. O Entrepasto de Sementes, como já mencionado, se encontrava no intermeio de municípios produtores e os municípios de consumo ou fácil localização para escoamento, como rota estratégica, por exemplo. Logo, como Passo Fundo era o principal município no norte do estado e fazia ligação tanto com os demais municípios ao norte do estado quanto pela linha férrea com os demais estados, ele se tornava um importante local para o estabelecimento do Entrepasto de Sementes.

Verifica-se como se deu o trabalho da Diretoria de Agricultura através das construções nas estações e campos de atuação como segue a tabela abaixo:

Tabela 20 - Construções nas Estações e Campos do Interior (1938-1942)

Espécies	1929-1938	1939-1942	Valor total das Construções
Casas Residenciais	6	38	
Celeiro	1	10	
Hangar	-	9	
Estábulo	1	9	
Edifícios	3	6	
Estrumeira	-	6	
Reservatórios	-	3	
Depósitos	1	3	
Casa de Máquinas	-	2	
Aviários	-	2	
Pocilga	-	1	
Edifício para Laboratório	-	1	
Hospedaria	-	1	
Garagem	-	1	
			Cr\$ 5.046.708

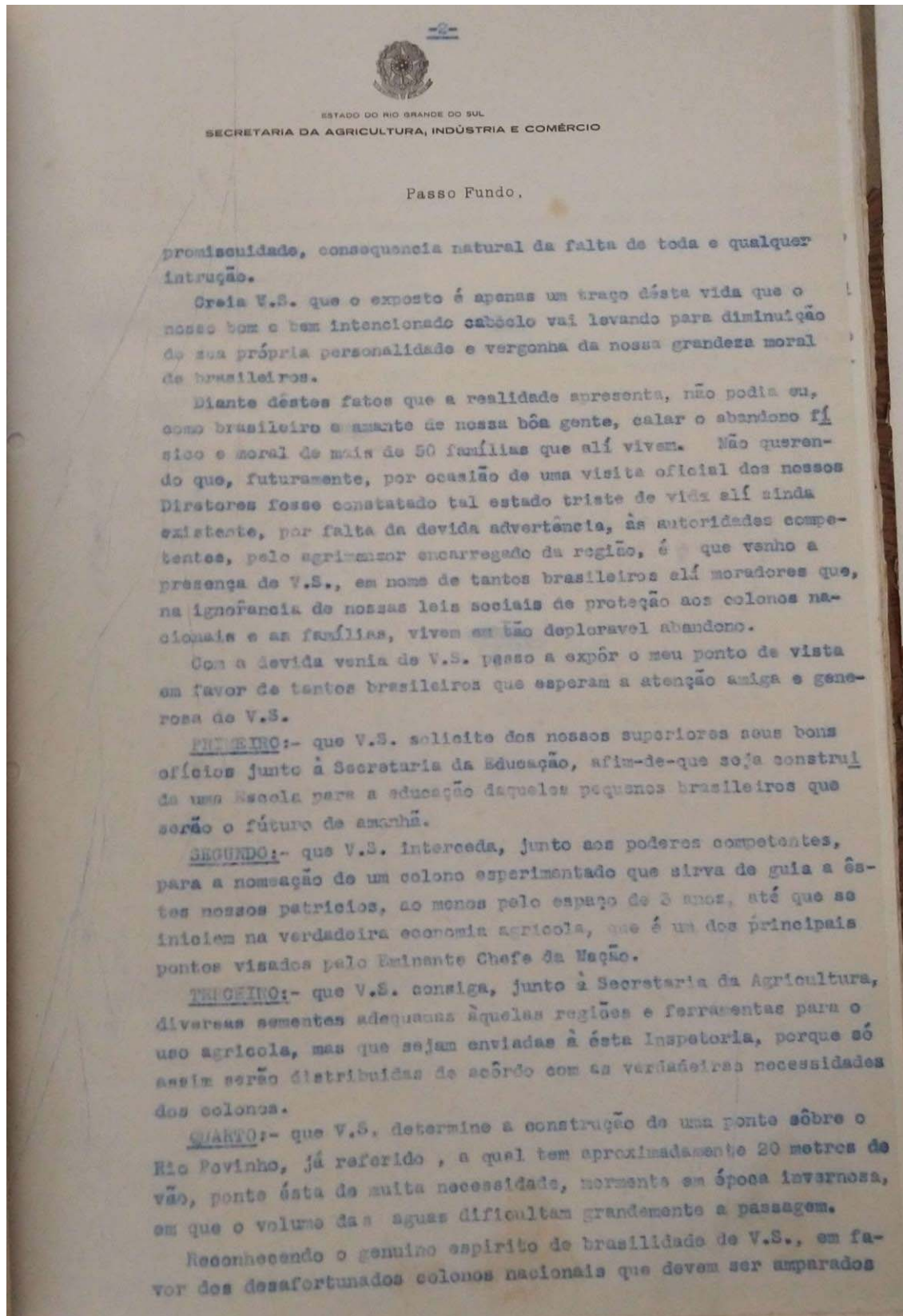
Fonte: Estado do Rio Grande do Sul Relatório da SENAIC do Estado/RS
1945. Elaboração da autora.

Os dados da tabela supracitada se referem a todos os Campos e Entrepostos presentes no território do RS durante a Era Vargas, não exclusivamente aos de Palmeira, Passo Fundo e Soledade. Desse modo, esses dados servem para evidenciar como a Diretoria de Agricultura, sob a ótica do projeto desenvolvimentista do governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo, estava inserida no intuito de modernização e progresso do mundo agrícola, pois, se observa o crescente número de construções realizadas a partir de 1938 nos entrepostos e campos e o valor total gasto pela Diretoria de Agricultura para a construção de toda a variedade de estabelecimentos, tendo sido um total de Cr\$ 5.046.708.

A repercussão da política socioeconômica desenvolvimentista sobre a produção agrícola no norte do RS também pode ser verificada através do estudo das correspondências expedidas. Estas eram realizadas, muitas vezes, pelos agrimensores, como é o caso das correspondências efetuadas pelo Agrimensor Atílio Della Méa, destinada ao Engenheiro Chefe da Inspetoria de Terras do Centro (CTC de Passo Fundo).

As correspondências descrevem a atuação e os procedimentos realizados pelos técnicos que se dirigiam até as propriedades rurais, como: descrição da qualidade das terras, procedimentos realizados para melhoramento do terreno, plantio, necessidade de sementes. Pode-se verificar como eram tratados os assuntos através da imagem da correspondência abaixo:

Imagem 4 – Correspondência Expedida 1942



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

Na referida correspondência, observa-se o terceiro ponto de vista exposto pelo agrimensor Atílio Della Méa, que disserta através da Correspondência Expedida em 1942: “Terceiro: - que V. S. consiga, junto à Secretaria de Agricultura, diversas sementes adequadas àquelas regiões e ferramentas para o uso agrícola, mas que sejam enviadas a esta Inspeção, porque só assim serão distribuídas de acordo com as verdadeiras necessidades dos colonos”.

A citação trata sobre a produção agrícola, elucidando a necessidade da Secretaria de Agricultura de distribuir sementes e ferramentas para o uso na lavoura de acordo com a necessidade da região, assim como, de sementes específicas que sejam úteis para os pequenos produtores e para a tipologia de terreno presente em cada localidade.

Esta opinião do agrimensor nos demonstra a visão presente dentro da SENAIC de um desenvolvimento da agricultura no RS através da atuação do papel do estado como interventor no que se refere a toda a estruturação em que o mundo agrícola estava inserido. Para que as sementes pudessem ser distribuídas, como opina o agrimensor no trecho, primeiramente elas eram testadas nas Estações Experimentais, plantadas e multiplicadas pelos Campos de Multiplicação e distribuídas pelos Entrepostos de Sementes.

Outros assuntos presentes nas correspondências tratavam dos testes realizados nas Estações Experimentais, assim como o auxílio técnico desenvolvido nos Entrepostos e Campos nos municípios. As viagens necessárias dos técnicos, educadores e pesquisadores eram informadas em ofícios e enviadas diretamente ao representante da Diretoria no município. Os técnicos também dissertavam nas correspondências sobre as condições da terra e quantas sacas de cada insumo plantado era esperado no fim de cada período de plantio.

Outra informação recorrente nas correspondências é a situação física dos locais de ação da Diretoria de Agricultura nos municípios. As correspondências mencionavam a estrutura do mundo agrário do município em que atuava, como por exemplo, quanto maquinário havia na propriedade rural, qual era a característica produtiva citando as culturas produzidas, quais eram as condições para chegar ao lote rural, se haviam estradas, pontes, etc.

Notou-se que a relação da Diretoria com a comunidade local de cada município era muito importante, pois cada localidade possuía suas lideranças e representantes que melhor dissertavam sobre qual produção geraria mais lucros e seria mais bem cultuada nos locais, assim, sabendo as necessidades do município eram pedidas sementes específicas e realizadas as observações sobre a modernização das estruturas físicas locais, como pontes e estradas para escoamento da produção aos centros comerciais.

Desse modo, neste capítulo, portanto, houve o estudo sobre a produção agrícola no norte do Rio Grande do Sul, especificamente nos municípios de Arroio do Meio, Carazinho, Cruz

Alta, Encantado, Guaporé, Iraí, Palmeira, Passo Fundo, Sarandi e Soledade. Este estudo foi realizado a partir da documentação referente à Diretoria de Agricultura que nos evidenciou sua atuação no mundo agrário durante o governo varguista.

A análise das fontes, em especial do Relatório, ocorreu a partir da ótica do projeto socioeconômico desenvolvimentista que surgiu em 1930 e ganhou força durante o Estado Novo, período em que ocorreu maior centralização econômica e intervenção política do Estado no processo referente à produção agrícola e, conseqüentemente, a propriedade da terra, como foi verificado no capítulo anterior.

Os censos de 1920 e 1940 foram utilizados para realizar a comparação da produção agrícola, primeiramente no Rio Grande do Sul, seguindo para a produção dos municípios de recorte deste estudo e o maquinário e instrumentos agrícolas presentes nesses locais.

O que se pode verificar na comparação de ambos os censos foi a transformação do mundo agrário, no que diz respeito à diversificação da produção, ou seja, enquanto no censo de 1920 os municípios produziam poucas culturas, mas uma quantidade significativa destas, no censo de 1940 notou-se que, mesmo a quantidade de respectivas culturas tendo decaído, houve maior diversificação produtiva, isso é, ao invés de determinado município produzir grandes quantidades de um excedente, houve menor produção, mas maior diversidade de culturas.

Também notou-se, de acordo com os censos de 1920 e 1940, que a modernização adentrou o campo na comparação do maquinário e instrumentos agrícolas presentes nos municípios de análise. Foi evidente então, o aumento do maquinário agrícola nos municípios ao norte do Rio Grande do Sul durante a Era Vargas.

Pode-se compreender o crescente número de instrumentos agrícolas no período em virtude, tanto através dos incentivos à modernização do campo e da produção de excedentes realizados pela Diretoria de Agricultura, quanto pelo amparo e incentivo cedido para que os colonos pudessem adquirir novos maquinários, como foi observado através das condições disponibilizadas para compra-los.

Desse modo, a Diretoria de Agricultura atuou no mundo agrário no norte do Rio Grande do Sul fisicamente, através das respectivas construções: Campos de Multiplicação de Sementes, em Palmeira; Entrepostos de Sementes em Passo Fundo; Campo de Cooperação em Soledade. Estas divisões de atuação da Diretoria de Agricultura nos municípios ocorreram em todo o Rio Grande do Sul, no entanto, os três estabelecimentos citados acima são referentes ao recorte espacial desta pesquisa, situando-se no norte do estado.

A principal função dos estabelecimentos era atuar sobre a produção agrícola através dos estudos científicos de sementes, testes genéticos e armazenamento para distribuição nos demais

municípios. Além desta atuação física que implicava na construção de estabelecimentos nos municípios, a Diretoria de Agricultura agia também através da atuação de técnicos e especialistas nas propriedades locais, realizando, sobretudo, o auxílio ao colono, informando sobre plantio, condições do terreno, isso, além da chamada educação rural que idealizava um ensino ao produtor rural buscando que este, através do aprendizado sobre métodos, técnicas e com novas sementes, pudesse corresponder com sua produção para o melhoramento da produção agrícola no estado e, conseqüentemente, alavancando economicamente o mercado interno.

Estas questões evidenciadas ligadas à experimentos, estudos científicos, armazenamento e distribuição demonstram que o Estado do Rio Grande do Sul estava buscando no período de 1930 e 1940 o desenvolvimento regional através da intervenção à produção agrícola, como é o caso de estudos, melhoramento de sementes, incentivo à produção e créditos para compra de maquinário e equipamentos agrícolas.

Em síntese neste capítulo, tratou-se de como o projeto socioeconômico desenvolvimentista conduzido durante a Era Vargas refletiu nas ações da Diretoria de Agricultura sobre a produção agrícola no estado do Rio Grande do Sul, em especial no norte do estado, através do intervencionismo, dirigindo modificações relacionadas à produção de excedentes, especialmente através de incentivos modernizadores como os relacionados à compra de maquinário e instrumentos agrícolas, educação rural, auxílio técnico, assim como o estudo de sementes e melhoramento de suas condições para um melhor desenvolvimento do plantio. Em suma, o projeto socioeconômico desenvolvimentista passou a atuar no mundo agrário no norte do Rio Grande do Sul de modo progressivo e com maior evidencia a partir de 1937 quando se inicia o Estado Novo e o governo passou a agir majoritariamente de modo centralizador e intervencionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisou-se a propriedade da terra e a produção agrícola no norte do Rio Grande do Sul, durante a Era Vargas, especialmente os municípios sobre influência da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e da Diretoria de Agricultura, ambos ligados à SENAIC.

O problema principal analisado foi a repercussão do projeto socioeconômico desenvolvimentista do governo varguista colocado em ação a partir de 1930. O projeto propunha uma intervenção do estado nos aspectos políticos e econômicos da sociedade através de projetos nacionalistas, do incentivo à industrialização, de práticas modernizadoras e centralizadoras. Conclui-se que o período do Estado Novo (1937-1945) foi o momento em que houve maior centralização e intervenção do Estado nos aspectos ligados à propriedade da terra e da produção agrícola, como foi observado através da atuação da SENAIC no norte do RS.

No centro das implementações do projeto socioeconômico de 1930 a 1945, objeto central deste estudo, estava a propriedade da terra e a produção agrícola. Primeiramente, sobre a propriedade da terra, verificou-se através das fontes analisadas, que por meio dos projetos voltados à colonização no norte do estado do RS formaram-se pequenas propriedades com cerca de 27 hectares, seus valores variavam muito de acordo com a localização, quanto mais perto dos centros comerciais mais caro era o valor do metro quadrado, assim como a qualidade do solo, do mesmo modo, terras melhores para plantio possuíam maior valor.

Os colonos que nas propriedades de terra se estabeleciam deveriam arcar com as dívidas coloniais para se manterem donos de suas propriedades. A dívida deveria ser paga e este ciclo de compra de lotes rurais correspondia, assim, ao processo de capitalização da propriedade de terra no estado. Para pagar a dívida o colono precisava, por consequência, produzir em suas terras, gerando assim, não apenas produção para sua subsistência, mas para o mercado interno, girando então, a roda da economia local.

Além da dívida colonial os proprietários das terras deveriam cumprir algumas obrigações aos se estabelecerem nos lotes, demonstrando, assim, o comprometimento com a efetivação de um projeto desenvolvimentista que se iniciou em 1930, mas que possuiu seus momentos de maior atuação durante o Estado Novo, período em que o governo federal agiu de modo mais centralizador, reverberando na atuação da CTC e da SENAIC.

Os incentivos modernizadores puderam ser observados na análise sobre a propriedade da terra, por exemplo, através das fontes referentes às despesas da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, que investia em melhorias físicas nos municípios de atuação, com

o intuito de gerar um progresso no mundo agrário em que atuava, como também, na atuação da Diretoria de Agricultura sobre a produção agrícola no norte do RS.

Observamos também, que as comparações realizadas entre os censos de 1920 e 1940 demonstraram a crescente produção agrícola no norte do estado, principalmente em decorrência das ações repercutidas do projeto desenvolvimentista, como o auxílio para o agricultor comprar maquinário e instrumentos para uso no campo, que também aumentaram em comparação a 1920, demonstrando que a modernização estava entrando nas propriedades da terra. Outra questão analisada foi o aumento dos estabelecimentos rurais que cresceram em todo de 45% durante a Era Vargas.

Consideramos, assim, que esta pesquisa demonstra que o mundo agrário, tanto a propriedade da terra quanto a produção em si, estão envolvidos no processo de capitalização, pois quando os colonos compravam os lotes rurais, deveriam produzir para arcar com a dívida colonial. Assim, além do valor da terra em si, a produção agrícola também gera lucro ao estado, envolvendo a economia interna, que retorna o investimento ao mundo agrícola, repercutindo em atividades como pesquisas, produções científicas, estudos sobre aprimoramento genético de novas sementes para melhor se adaptarem nos lotes rurais, educação agrícola ao colono para esse produzir de modo mais adequado, assim como, investimentos físicos em Campos, Entrepostos, estradas e pontes, o que foi observado ao longo do capítulo nos municípios ao norte do estado.

A pesquisa demonstrou, dessa forma, que o projeto socioeconômico desenvolvimentista alavancado pelo governo varguista a partir de 1930 repercutiu no desenvolvimento progressivo do mundo agrário no norte do RS, através da capitalização da terra nas análises referentes aos lotes rurais e do processo de comercialização e incentivo econômico ao mercado interno, que ocorreu a partir da produção agrícola e das modernizações inseridas no campo, como instrumentos, maquinários e infraestrutura do mundo agrário.

REFERÊNCIAS

- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Divisão Municipal 1872**. 5 ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Divisão Municipal 1900**. 5 ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **População Total do RS em 1920**. 5 ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- AXT, Gunter. O governo Governo Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 119-139.
- BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **Revista de História da UFOP**, n. 15 p. 1-23, 2005.
- BOTH, Marcio. Caboclos. **História Unisinos**. 18(2):338-351, Maio/Agosto, 2014.
- BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro. Assembléia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro. Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 14 ago. 2020.
- CAMARGO, Aspásia. Carisma e Personalidade Política: Vargas da Conciliação ao Maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV. 1999. p. 13-33.
- CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. **O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da Colônia Erechim (1890/1910)**. Revista História Unisinos, São Leopoldo, v. 16, n.2, p.220- 231, maio/agosto, 2012.
- CEPÊDA, Vera Alves; CARVALHO, Joelson Gonçalves de (Orgs.) **A questão agrária no pensamento político e social brasileiro**. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições - UFSCar, 2016.
- CORAZZA, Gentil. Indústria e Comércio no Desenvolvimento Econômico (1930-1985). In:

GERTZ, René; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **República:** da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. Cap. 6, p.137-153.

DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo (Org.). **História Social do Campesinato**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. v. 2. p. 73-98.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 6, n. 14, p.7-22, abr. 1992. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100002. Acesso em: 14 ago. 2020.

FARIAS, Valdez; JÚNIOR, Joaquim Modesto Pinto (Orgs.). **Legislação e jurisprudência agrária e correlata**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na primeira república. **Estudos Econômicos**, São Paulo, p. 263-289 mai/ago 1985.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo: v. 15, n. 2, p.225-256, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo:** a construção do conceito. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Agricultura da Associação à Modernização. In: GERTZ, René; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **República:** da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. Cap. 5. p. 117-134.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra:** A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista da USP**, São Paulo, 2005, n.65, p. 105-119, mar/mai 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13414/15232> Acesso em: 17 de maio de 2020.

HERRLEIN JR., Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1 (22), p. 175-207, jan./jun. 2004.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1908-1912**. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatísticas. v. 1-3, 1916-1927. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 05 jul. 2020.

JACOMELLI, Jussara. **Comissão de Terras:** Relações de poder em Palmeira. Passo Fundo: UPF. 2004. p. 215.

LAUERHASS JR., Ludwig. **Getúlio e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. São Paulo: UNICAMP, 1986.

LEME, Rosana Biral. Políticas Estatais para a Agricultura Brasileira. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v.3, n. 01, p. 65-79, 1999.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Região e História Agrária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Ironita P. **Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890- 1930**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2012. 336 p.

MACHADO, Ironita P. **JUDICIÁRIO, TERRA E RACIONALIDADE CAPITALISTA NO RIO GRANDE DO SUL (1889-1930)**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

MAESTRI, Mario. **Uma história do Rio Grande do Sul: A república Velha: desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional - 1889-1930**. Passo Fundo: EdiUPF, 2005.

MORO, Selina Dal; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. A agricultura no processo de desenvolvimento do planalto médio rio-grandense. **Revista de Filosofia e Ciências Humanas**, Passo Fundo, v. 3, p. 39-78, 1986.

NORA, Nilse Cortese Dalla. **Quem chega, quem saia política de distribuição de terras em Jaboticaba- RS**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/13>. Acessado em: 13 jun. 2020.

PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. v. 1.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**, Passo Fundo: Editora UPF, v. 1, 1999.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: ANTONACCI, Maria Antonieta (Org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. Cap. 8. p. 255-274.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012 SANTOS,

Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 2014.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira; NUNES, Rosani Maria Martinelli. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira: atuação nos toldos indígenas sob suas jurisdições. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v.20, n.01, p. 05-15, jan./jun. 2018.

SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e Transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

TEDESCO, João Carlos. Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX. Alguns apontamentos. In. MEYRER, Marlise Regina. **Quinze de Novembro-Fronteiras da (in)tolerância**: Passo Fundo (1945-1955). São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 37-51.

VARGAS, Getúlio. **Discursos, Mensagens e Manifesto**: (primeira parte) 1930-1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

VARGAS, Getúlio. **Proclamação ao povo brasileiro**. Discurso pronunciado no Palácio da Guanabara. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: biblioteca.presidencia.gov.br. Acesso em: 2 dez. 2017

VARGAS, Getúlio. **A estrada de rodagem Rio – Baía**. Discurso pronunciado no Ginásio Leopoldinense por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas. Leopoldina, 24 out. 1939. Disponível em: biblioteca.presidencia.gov.br. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. **O trabalhador brasileiro no Estado Novo**. Discurso pronunciado no estádio Vasco da Gama por ocasião das comemorações do dia do trabalho. Rio de Janeiro, 1 maio 1941. Disponível em: biblioteca.presidencia.gov.br. Acesso em: 2 dez. 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 243 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p8pr7>. Acesso em: 20 jun. 2020.

WIRTH, John D. **A política do desenvolvimento na era de Vargas**. Tradução Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1973.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

FONTES

Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatísticas, v. 1-3, 1916-1927. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE).

Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE. 1950. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000361&m=2478&n=censo1940vol20t2rs. Acesso em: 13 out. 2020.

Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: **Cadernos de Informações**. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13.

Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: **Guias de Registros de Concessões de Lotes**. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13.

Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: **Títulos de Propriedades de Lotes Rurais**. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.7.

Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: **Guias de Recolhimento da Dívida Colonial**. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13.

Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: **Protocolos de Requerimento**. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); Código A-2.4.13.

Da Província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul. **Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.